

Reinaldo, o "Lula" dos jogadores de futebol? Voltando ao campo, ao bate-bola da pesada, novamente pelo Atlético após dez meses afastado,

o Rei, Rei Reinaldo revela em entrevista exclusiva os bastidores do futebol, o por quê da sua garra pela conquista do gol e o que acha da anistia (ele quer a irrestrita) e Pág. 10 da abertura do regime.

25/4 A 2 de maio de 1979

Na Europa, ditadura brasileira acusada de liderar a

Pag. 5

• Liberdade e Autonomia Sindical

Direito de Greve

 Garantia no Emprego · Salário Mínimo Real Unificado

Contra a Carestia





mais: as comemorações em Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. E o protesto dos trabalhadores contra a legislação trabalhista, a fome e a carestia. Pág. 7

DE NOSSA MUSICA POPULAR!

Funcionalismo bota Maluf na parede Pág. 12



Assembléia do EM TEMPO

No dia 4 de março deste ano, realizouse uma Assembléia Geral da Editora Apante S/A onde, entre outras deliberações, resolveu-se convocar para o dia 29 de abril próximo uma nova Assembléia, visando discutir e aprovar resoluções políticas, editoriais e administrativas. No entanto, de lá para cá, a preparação para a próxima Assembléia desenvolveu-se de modo precário em todo o coletivo nacional, não havendo, até o momento, propostas formalizadas de resoluções em circulação entre o conjunto dos acionistas. Certamente pesou para tal resultado a intensidade do trabalho semanal desenvolvido nestes dois meses, agravada por fatores como, por exemplo, a apreensão de nossa edição nº 54 e os problemas daí decorrentes. Assim sendo, a Diretoria, após consultar grande parte dos acionistas, resolveu adiar a realização da Assembléia, convocando-a para o dia 20 de maio próximo, na expectativa de que, com mais este prazo, será possível alcançarmos um nível satisfatório de preparação em torno do temário da reunião.

O QUE ERA O CGT

Erros e acertos do sindicalismo em 1964, contados pelo homem do CGT.

Pág. 8

Vinicius Caldeira Brant, presidente da UNE na gestão 62/63, conta as lutas estudantis do período e comenta a reconstrução da entidade hoje. Pág. 9





Favelados se organizam e derrubam pelegos

No último dia 8, domingo, foram realizadas as eleições para a diretoria da FAFERJ (Federação das Associações de Favelas do Rio de Janeiro). A chapa da oposição foi vencendora, conseguindo 49 dos 51 votos dos presidentes de associações de moradores de favelas que participaram das eleições. Os membros da situação notórios pelegos, nem sequer ousaram concorrer diretamente contra a chapa de oposição, preferindo entrar com um processo na justica, certos de que seu peleguismo havia de ser derrotado

A FAFERJ foi criada em 1963 pelas associações de moradores diante da necessidade da existência de um órgão onde estivessem agregadas ou unidas todas as entidades de representação dos moradores de favelas. Durante algum tempo a FAFERJ foi efetivamente um

órgão combativo, que se colocava ao lado dos moradores nas lutas que estes travavam contra as remoções, reivindicando a urbanização, assim como levantando a bandeira do título de propriedade da terra para todos os que residem em morros, favelas e parques proletários.

O periodo mais importante da FAFERJ foram os anos de 65/68, quando da presidência de Vicente Mariano, líder favelado que posteriormente foi preso quando o governo interviu na FAFERJ com o objetivo de desorganizar os favelados. Vicente Mariano veio a falecer mais tarde, depois de ter saído da prisão, devido aos maus tratos recebidos. Após 73, quando os pelegos agora derrotados, Jonas e Souza se apossaram da Federação, começou sua fase mais negra, quando ela acabou se distanciando dos

Irineu, presidente da Associação dos Moradores de Jacarezinho e recém-eleito presidente da FAFERJ reconheceu o que «a maioria dos favelados não conhece a federação. Temos que fazer um trabalho junto às associações de moradores, assumindo suas lutas, para que os moradores possam compreender que a FAFERJ é uma entidade deles, para defender seus direitos. A última diretoria da FAFERJ, dirigida pelo Souza, descaracterizou totalmente a entidade. Era um imobilismo total eles não faziam nada pelos moradores. Houve uma época, antigamente, que existiam Congressos de Favelados. Eu mesmo participei de dois. Vamos voltar a organizar estes congressos, como forma de incentivar o debate entre os favelados»

(Orlando Guilhon)

Mantida a «prisão preventiva» de Cajá

ano passado, acusado de tentar reorganizar o Partido durante o periodo em que ficou incomunicável passou por violentas torturas. Desde essa época está em «prisão preventiva», tendo passado apenas 20 dias em liberdade, em novembro, qundo a sua prisão foi relaxada. Posteriormente foi revogada a decisão de relaxamento de sua prisão preventiva e ele retornou ao presídio de Itama-

Recentemente Cajá impetrou recurso ao STM, pedindo a revogação de sua prisão, fundamentando esse pedido no fato de ser primário, da inexistência de periculosidade e no excessivo prazo em que permanece preso sem que tenha sido julgado

O Supremo Tribunal Mili-

Washington, classificou o

crime como «o mais covarde

e brutal» que já presenciou em 19 anos de farda.

Numa das ruas do bairro

de Pinheiros, a Morato

Coelho, um grupo de jovens

brincou com um rapaz,

provocando-o. Ia sair briga,

houve discussão, mas o

problema, como muitas vezes

ocorre, foi contornado pela

turma-deixa-disso. Mas ai

apareceu alguém que se dizia

autoridade, de arma em

punho, esbravejando e atiran-

do. O primeiro tiro não

chegou a ferir ninguém. O

segundo, no entanto, a queima roupa, foi dado no rosto

do soldado Humberto, que

estava à paisana. Violento,

sempre impune, o «Raul

Careca» acabara de fazer

politicos. O deputado Milton

Lima, do MDB, entrará com

uma representação no Conse-

lho Regional de Medicina

pedindo as famosas e tradici-

onais «providências

Por outro lado os próprios

alunos do Jean Paul já estão

recolhendo as provas de sua

participação em torturas

para exigir sua demissão da

UFMG Afinal eles estão

estudando num curso univer-

sitário e não curso de polícia

politica para regimes ditato-

mais uma das suas.

cabiveis».

O médico e o monstro

tar, entretanto, resolveu mantê-lo preso e justificou. num cinismo deslavado, que caso o estudante fosse posto em liberdade «tudo indica que o estudante Edval voltaordem pública». O STM, por se cansam de arrochar os organização da grande maioria do povo: os Figueiredos, os Delfins e os Simonsens da

Secas e saques no Nordeste

«Manter a ordem pública e impedir a subida dos preços». Esta máxima não é somente dos ministros do Trabalho e da Fazenda, querendo conter as greves e combater a

Desde a semana passada em várias cidades do Interior nordestino, em especial no Ceará e no Rio Grande do Norte, em função das secas que atingem a região e do descaso total do Governo, as autoridades locais vêm haixando o pau nas tentativas de apropriação de alimentos por parte de milhares de flagelados que fogem do Interior em direção às cidades. E ao mesmo tempo, estas mesmas autoridades se lancam a uma blitz contra os especuladores comerciantes que neste momento de grande procura jogam seus preços para as alturas.

Os planos — que o Governo ainda não acionou - são simples: pouco dinheiro para quem berrar mais perto

A BIBLIA

de seus ouvidos; ou seja, para os proprietários rurais coara que facam obras a fim de dar empregos aos flagelados». Só que com o dinheiro curto e tardio, quando ele chega, os famintos já se foram para as cidades e assim, é o proprietário quem ganha o dinheiro para outros usos que nada têm a ver com

o problema. Os saques a armazens nas cidades se repetem numa violência furiosa das massas e a solução oficial é a mesma de sempre: policia neles. Pauladas, tiros e feridos são o saldo de mais de uma semana. A decretação de situações de calamidade pública já atingia até o começo da semana 320 municípios e cerca de mais de 25 mil flagelados já haviam se inscrito para as frentes de trabalho de emergência abertas pela Sudene, segundo dados oficiais.

Como não poderia deixar de ser, a comparação com o

DEUS TRABALHOU

SEIS DIAS E NO SETIMO

FEZ HORA EXTRA!

REVISITADA:

«Sul maravilha» não fica só na máxima inicial. Igualmente no Nordeste, as autoridades, generalizadamente, têm declarado que os responsáveis por saques não são os trabalhadores rurais vindos para as cidades mas os «fla-

gelados urbanos», desocupa-

dos, «infiltrados» na massa a

tirar proveito próprio. E diante dos «piquetes nordestinos» - flagelados em grupos, tentando pegar os trens que circulam pelo Interior em direção às cidades a reação também não fugiu do esquema geral. De agora em diante os trens transitarão policiados para evitar «as

invasões de famintos sem

pagamento de passagem»

dizem as autoridades. A única medida «positiva» das autoridades, pronta e imediatamente acionada, esta sim, não guarda paralelo com o Sul: liberação da pesca, por qualquer meio nos açudes e rios da região. O povo que se vire, ora bolas...

Bancários paulistas torturados

Na segunda-feira, 16 de abril, cinco funcionários do Banco Real em São Paulo foram chamados na Segurança Interna do banco e acusados pelo Capitão Edimar, chefe do serviço, de terem roubado Cr\$ 1.105.000,00 do caixa automático. Depois de acusar os bancários o capitão tentou resolver o caso internamente: «...olha, se vocês confessarem aqui fica tudo bem, vocês devolvem o dinheiro e essa história não sai dagui. Roupa suja se lava em casa». Nada conseguindo, o capitão foi mais longe: «é melhor para você dizer aqui onde está o dinheiro, se não confessar vou levar os cinco para delegacia e lá levando uma surra, vocês acabam

Como não podiam confessar um crime que não cometeram, foram entregues ao delegado Lacorte, do 4º Distrito Policial, onde permanceram detidos até terça-feira. Dois deles, Paulo Roberto e Carlos Alberto foram. submetidos a torturas para «confessar o crime», como havia sido prometido pelo capitão Edimar. Os bancários foram submetidos ao pau-dearara, choques elétricos e palmatórias.

Para deliberar uma medida contra este crime das autoridades, os bancários do Real realizaram no sábado dia 21 uma assembléia no seu Sindicato, onde decidiram a realização de um ato público na segunda-feira, dia 23 de abril.

Aniversário no sertão da Bahia

No sertão da Bahia, na cidade de Ruy Barbosa, mais de 500 trabalhadores rurais comemoraram o primeiro aniversário da fundação do Sindicato, no último dia 17, com a retomada da luta pela Reforma Agrária. «Terra para quem trabalha», diziam os cartazes e faixas. E todos ouviam, atentamente, o discurso do advogado do Sindicato, Herbert, Reis. Foi quando a repressão chegou. Na pessoa do delegado, tenente Bernardino, que levou, detido, o orador do Sindicato, acusando-o de agitador. A massa foi atrás. E fez pressão na porta da delegacia Chegaram outro advogado e um dos dirigentes sindicais. Reis foi solto. O delegado deu uma desculpa esfarrapada para a detenção: «Ordens Superiores». Entre os trabalhadores rurais, entretanto, circulam informações sobre quem são esses superiores: nada menos que os grande proprietários de terra da região, tendo à frente o delegado da Polícia Metropolitana de Salvador, Edgard Medrado, que há alguns dias mandara queimar a casa do trabalhador Aurelino Sena, no municipio vizinho de Iaçu. (C.T.)

Arena é tareco

O senador Jarbas Passarinho, líder da Arena no Senado, fez um pedido enraivecido através da imprensa ao senador Teotônio Vilela (Arena-AL) para que «ele tome o mais depressa possível a decisão de deixar a Arena».

Passarinho e outros senadores da Arena não gostaram nem um pouco quando Vilela qualificou a Arena de «tareco» e assinou manifesto a favor da emenda oposicionista do senador Mauro Benevides, que restabelece a autonomia nas capitais.

Vilela afirmou ainda, em Maceió, que «quem manda no Brasil hoje não é apenas o governo militar, mas também uma força que se chama comissão trilateral». formada por magnatas europeus. norte-americanos e japo-

O senador Teotônio Vilela é arenista mas não é cego!

Todo mundo pro xadrez!

Em Gravatá. Pernambuco. João de Assis Cavalcanti. auxiliar de serviços administrativos da Secretaria da Educação do Estado, não aguentou mais pagar aluguel com o seu salário de Cr\$ 1.226,40 e resolveu morar por conta do governo.

Solucionou o seu problema pedindo - e conseguindo do juiz de Direito autorização para morar na cadeia até que sua situação melhore. Fica aí a sugestão para os pretendentes a inquilinos de todo o País, que por enquanto estão nas favelas, debaixo de viadutos e de pontes. E também a sugestão para o governo de aumentar as cadeias porque, se a moda pegar, só no Rio e em São Paulo ele vai ter alguns milhões de inquilinos que até agora, ao contrário do funcionário pernambucano, tem evitado ao máximo as «hospedarias» públicas. (RVN)

O ex-presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Pernambuco e membro da Pastoral da Juventude da Arquidiocese de Olinda e Recife, o estudante Edval Nunes da Silva, «Cajá», vai continuar preso por decisão do Supremo Tribunal Militar. ao negar o pedido de relaxamento de sua prisão preven-

Cajá ioi preso em maio do Comunista Revolucionário e

«Raul Careca», delegado de

polícia de São Paulo, ex-

funcionário do Dops e do

Decoidi, citado em listas de torturadores elaboradas por

presos políticos, está sendo

julgado por homicídio. E deve

ser condenado, segundo

opinião de especialistas do

Forum criminal, citados pela

«Folha de São Paulo». Raul

Nogueira de Lima, o «Care-

ca», matou com um tiro no

rosto, na noite de 13 de

novembro de 1976, o soldado

do Exército, Humberto Liber-

tini Junior, de 19 anos. E se

deu mal. Foi preso em

flagrante pelo sargento

Washington de Souza Lisboa. Uma das testemunhas do

crime, o 3° sargento PM Darci de Almeida Barreto,

que apontou a vítima e o

criminoso para o sargento

Na França tem um Jean

Paul que todo mundo conhece, o Sartre, certo ou errado

(segundo as concepções de

cada um) um batalhador

Em Minas Gerais tem

outro Jean Paul, que não tem

nada a ver com esse, embora

seja francês. Jean Paul

Nicola Seeberg Kinsch, médi-

co e professor da Universida-

de Federal da Minas Gerais

(UFMG) é mais chegado a

uma tortura e dedicou-se a orientar o DOPS mineiro na

prática de torturar presos

por liberdades.

rá a cometer os mesmos fatos de perturbação da essa lógica, deveria mesmo é prender os grandes perturbadores da ordem pública neste país, prender aqueles que não salários e impedir a livre

Flagelados mineiros lutam por moradia

MARYNGON i

O drama dos flagelados pelas enchentes deste ano na região industrial de Belo Horizonte-Contagem foi revivido no último dia 21, através de uma vigilia de oração, organizada pela Pastoral Operária e associações comu-

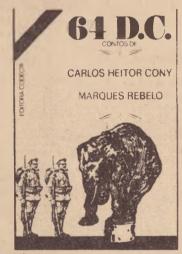
A vigilia reuniu cerca de 600 familias que perderam nas águas os poucos recursos materiais que possuiam e o lugar onde moravam. Os flagelados chegaram ao Colé-

gio Helena Guerra, onde foi realizada a vigilia, carregando faixas e cartazes reclamando por «um lugar para morar», «melhores condições de moradia», etc.

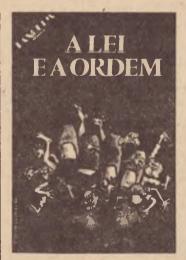
Ao final da vigilia, foi organizado um abaixo-assinado para ser encaminhado às autoridades, relatando os estragos provocados pelas chuvas em cada um dos bairros e vilas da região e exigindo que «seja doado ou vendido a baixo preço, terreno próximo à Cidade Industrial, para um bairro onde irão os flagelados que não podem reconstruir seus barracos no local onde moravam, ou que estejam em locais condenados, e material de construção doado ou financiado.

Os flagelados reivindicam também o fornecimento de alimentos, roupas, remédios, calçados para todos, até que seja resolvido o problema de

Começa o julgamento do FDITORA QUE VAI FUNI delegado Raul «Careca»



Antônio Callado, Carlos Heitor Cony, Hermano Alves, Marques Rebelo, Sérgio 128p. Cr\$ 80,00



Ref. 45 - A lei e a ordem Armindo Blanco 157p. Cr\$ 140,00



Ref. 47 - Tem piranha no pirarucu & As folias do látex Márcio Souza 110p. Cr\$ 100,00



Ref. 48 - Carta sobre a anistia Fernando Gabeira 80p. Cr\$ 65,00



Ref. 50 - E por que não eu? Alberto Dines 73p. Cr\$ 85,00

Compre hoje mesmo, nas livrarias ou pelo Reembolso Postal.



EDITORA CODECRI - Serviço de Reembolso Postal Rua Saint Roman, 142 — Copacabana 22.071 — Rio de Janeiro — RJ Queiram enviar-me os livros abaixo assinalados Profissão: CEP: Cidade: Referência: (assinale aqui os tivros que você quer ler): 43 45 47 48 50

EM TEMPO:

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluisio Marques, Carlos Tibúrcio, Flamínio Fantini, Flávio Andrade, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadai, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Sérgio de Carvalho Alli, Tom Duarte, Fausto Brito (Conselheiro-Presidente), Suplentes: Paulo Cavalcanti, Valmir Menezes, Luci Ayala, Maria Cândida. DRETORES: Flávio Andrade (Diretor Presidente), José Luiz Nadai, Tom

Duarte, Carlos Tibúrcio, Robinson Ayres.

Secretário de Redação: José Luiz Nadai

Editor Geral: Carlos Tibúrcio EDITORIAS: Nacional; Flamínio Fantini, Tibério Canuto. Antonio Espinosa, Jorge Baptista, Antonina Silveira, Carlos Savério, Antonio de Pádua Prado Jr., Fábio Munhoz, Fátima Barbosa, Flávio Andrade, Maria Moraes, Paulo Sérgio, Sergio Alli, Elvira Oliveira, Jesus Varela, Wilson Prudente, Maria Candida, Sebastião Santos Jr., Terezinha V. Ferreira. Internacional: Carlos Eduardo Matos, Lionel Almeida, Aluisio José Monteiro, Altair Moreira, Cecilia Tompson, Cleide Ono, Eliezer Rizzo de Oliveira José Veiga, Lana, Marineide Oliveira Olgária Matos, Suzana Rios, Virginia Pinheiro. Suplemento Cultural: Flávio Aguiar (Coordenador), Antonio Espinosa, Inimar Santos, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Valderez

Arte e Produção: Coordenação Geral e Secretaria Gráfica: Paulo Roberto M. Borges Diagramação: Sergio Papi e Fábio Prado; Ilustração; Sian, Martinez, Cadinho, Cida, Beto Maringoni, Claudio, Nilson e G.M.D. Fotos: Jesus Carlos e Ennio Brauns Filho; Revisão: Alfredo Maria de Souza. Arquivo e Pesquisa: Antonio Alfredo S. Nunes, J. Moura Marinho, Josephine Ghetti, Maria Martins, Maria Quinteiro, Silvestre Prado. Valderez Amorim.

SUCURSAIS: Belo Horizonte: (R. Bernardo Guimaráes, 1884) Alberto Duarte (Chefe da sucursal), Edgar da Mata Machado, Ernesto Passos, Fernando Mi randa, Lelio Santos Maizé Trindade, Mauridio Godinho, Paula Régis Paulo Vilara, Ricardo Rabelo, Sergio Aspahan (redação); Mariza Araujo (administração). Porto Alegre. (av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20) Ana Barros Pinto, Carlos Aveline, Gerson Schimer, Letânia Menezes, Sosa (redação), Adão Capa, Claudio Almeida, Flávio Siqueira, João Rodrigues Soares, Luis Alberto Rodrigues, Lucy Ayala, Raul Pont. Rio de Janeiro (r. da Lapa 200, sala 408) Adauto Novaes, Mendes, Fernando Karan, Carlos Alberto Bahia, Clotilde Hasseimann, Fernanda Coelho, Jorge Ricardo Gonçalves, Luis Antonio de Aguiar, Luis Arnaldo Dias Campos, Marcelo Beraba, Margarida Autran, Maria Helena Malta, Olga de Assis, Orlando Guilhon Braga, Sergio Sbragio.

Salvador: (Av. Sete de Setembro, 202 - sala 501) Adelmo Oliveira, João Henrique

Antonio Dias, Emiliano José, Dalton Godinho, Oldack Miranda, Lina Maria.

ESCRITORIOS - Recife: Antonio Sergio de Souza, Cecy Prestello, Orlando Mindelo, Fred Navarro, Márcio Tavares, Eliane Veloso, Marina Lima, Mario Everaldo, Riva M. Nogueira: Aracaju: David Dantas. Campinas: Rinaldo Barros, Maria Alice. Fortaleza: Fausto Aguiar (coordenação), Gervásio de Paula, Rogério Araujo (redação), Daniel Santos, José Saraiva, Vinivio de Araujo (administração) e distribuição). João Pessoa: Aurélio Aquino, Geraldo de Araujo, Manoel Campos. Natal: Cicero Correia, Francisco de Assis. Maceió: Régis Cavalcanti. Campina Grande: Jonas Araújo.

ADMINISTRAÇÃO: (São Paulo) Isasc Barbosa da Silva, Aparecida da Silva, João Carlos, Samira Zaidan, Edward Silva: Monéya Brauns. Assessoria Jurídica: Luiz Eduardo Greenhalgh, Luiz Alberto Marcondes Piccina (São Paulo), Arnaldo Barbosa (Belo Horizonte), Adelmo Oliveira (Salvador).

Diretor - Responsável: Robinson Ayres.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A - Rua Bernando Guimaráes, 1884 - Lourdes (Belo Horizonte). Redação: Rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros (São Paulo) - CEP 05415 - Telefones: 280-4759 - 853-6680 Distribuidora (Rio, SP, BH, Brasília): Super Bancas.

Alex Polari continua preso

uma avaliação subjetiva

sobre o direito de adequação

das penas, que é, por sua

vez, uma questão suposta-

mente objetiva, tendo em

vista a aprovação da lei que

Assim, não vemos nossos

companheiros anistiados;

garante este direito.

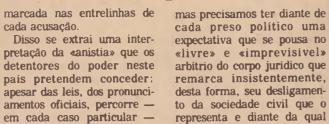
Alex Polari de Alverga continua aprisionado. Libertando-se em cada gesto criativo - poesia e teatro - mas o corpo arbitrariamente abandonado à espera de decisões jurídicas que não se definem, mas tensionam em cada prorrogação de seu julgamento. A última se deu na quarta-feira, dia 18, alegando-se necessidade de leitura cautelosa de cada item de seu processo. Não lidam, entretanto, esses senhores, com a história real, dos injustiçados por esse regime, irremediavelmente

Mais creches!

Mais de cem pessoas, representando cerca de trinta entidades, estiveram reunidas na última sexta-feira, para discu-tirem o problema da falta de creches em São Paulo para filhos de trabalhadores, tanto nos bairros em que moram como nos locais em que trabalham.

O plenário era composto quase que totalmente por mulberes, desde faveladas até universitárias que, com a participação dos homens sensíveis ao problema (que também os atinge), estão unificando e organizando sua

Durante a reunião, uma delas disse: «o dia das mães está chegando ai, e logo começam as propagandas comerciais para empurrar presentes na gente. Não queremos presente da Sears, do Mappin, essas coisas: queremos creches!». É isso ai. (RVN)



deveria ser imparcial. Diante disso, uma anistia que discrimina cada preso politico deve ser vista com desconfiança. Enquanto isso, Alex Polari e suas angústia continuam esperando e nós também: amigos, parentes, brasileiros. (AMMR)



Andreazza quer parar São Paulo

Já em 1971, o então prefeito Figueiredo Ferraz dizia que São Paulo precisava parar de crescer. Não parou. Quem parou (de ser prefeito) foi Figueiredo Ferraz, que foi substituído por contrariar as orientações (ou a falta delas), do governo Laudo

Agora é o ministro do Interior, Mário Andreazza que diz a mesma coisa: São Paulo (e outras metrópoles) têm que parar de crescer. O

Greve pela

Depois da greve dos restaurantes, pelo congelamento dos preços das refeições, outra greve estourou na Universidade Federal de Minas Gerais. Desta vez foi o 8º Período da Escola de Medicina, que paralisou as aulas exigindo melhores condições de ensino.

Dentre os problemas levantados pelos estudantes. os mais importantes são: falta de professores em algumas disciplinas; o precário funcionamento dos ambulatórios e a redução cada vez maior dos leitos do Hospital das Clínicas para indigentes e segurados pelo Funrural.

Diante do movimento, a diretoria da Escola se pronunciou: «as reivindicações são justas, mas não podem ser atendidas face à grave crise financeira por que passa a Universidade». Como foi esclarecido na ocasião só a Escola de Medicina apresenta um déficit de cerca de 20 milhões no orçamento para este ano, para manter as atividades no

mesmo nível do ano passado Agora os estudantes estão se organizando em cada período e se preparando para um Seminário a ser realizado na próxima semana, onde será feito um Raio-X de todo o curso, procurando indentificar os principais problemas da Escola e as formas de enfrentá-los conjuntamente. (Carlindo Rodrigues)

problema é que o Andreazza não diz como fazer isso. E ele já tem um opositor, Erasmo Dias, que surpreendentemente diz que São Paulo precisa mesmo é humani-

O Erasmão também não deu a fórmula, e se ele a tem, quando podia utilizá-la não quis. Nos seus tempos de Secretário da Segurança Pública, o seu método de «humanização» foi à base de bombas, cara feia e esbravejamentos contra qualquer um que ousasse rebelar-se contra a desumanização que são os baixos salários, a falta de liberdade e a má qualidade do ensino (entre outras coisas). É uma parada dura: partindo de onde partiu, a «parada» de São Paulo é uma proposta suspeita e contra proposta de humanização, de quem veio, é mais suspeita ainda. Dá até vontade de deixar como está. (RVN)

Quem é quem nas patrulhas ideológicas?

Na última terça-feira, 24 de abril, o Jornal da Tarde, de São Paulo, publicou extensa matéria assinada pela sucursal do Rio sobre as «patrulhas ideológicas», numa linguagem que lembra bastante a nova fase teefepeana da revista «O Cruzeiro».

Muitos patrulheiros (de direita) foram utilizados para acusar principalmente os jornalistas, de controlarem as informações, a favor de pessoas de esquerda. Entre elas, não podia faltar o anarquista-no-bom-sentido (ele mesmo já se classificou assim) Gilberto Freyre que, como sempre fora de época, disse: a patrulha obedece a uma direcão muito clara — a

da «Rússia Soviética». Mas, em outras bandas enquanto isso, o escritor

Adonias Filho também deu seu palpite: «A censura do Estado já foi abolida, agora, a censura dos marxistas nos orgãos democráticos e conservadores, esta permanece, que é a famosa patrulha ideológica de Carlos Diegues».

Pois é Cacá, será que estão usando seu santo nome em vão ou você concorda com isso? Os patrulheiros de direita, que logicamente são contra os de esquerda, estão querendo te transformar num Simonal (outro perseguido).

Por mim, neste panorama, tô achando melhor companhia a dos acusados de, patrulheiros ideológicos que a dos coitadinhos dos patrulheiros.



Assine EM TEMPO:



ı	
ı	Nome Profissão Profissão
	Idade Endereço
ı	Bairro Fone Cidade
ŀ	Estado CEP End. Comercial
ı	Horário Fone Estou enviando o cheque nº
l	do Banco em nome da Editora. Aparte,S/A.
ı	Rua Bernardo Guimarães, 1884, Lourdes, Belo Horizonte MG CEP 30.000. Em
1	São Paulo. Rua Matheus Grou, 57, Pinheiros, São Paulo - (SP)
1	the state of the s

Anual: Cr\$ 600.00 Semestral: Cr\$ 350,00

CEP 05415, fone: 853-6680

Exterior Anual: US\$ 90,00 Semestral: US\$ 50,00

Rasgando a fantasia

«A mão estendida do general Figueiredo esconde um soco inglês». (Palmas). Foi assim que o deputado (MDB-SP) e jornalista Fernando Morais terminou o seu discurso do dia 18, na Assembléia Legislativa, pedindo a imediata convocação dos representantes da imprensa alternativa para uma reunião que avaliasse o plano do Centro de Informações do Exército (CIE), elaborado com o proposito de destruir a chamada imprensa «nanica». Representantes de diversos jornais alternativos de oposição reuniram-se, no dia seguinte, na Assembléia, juntamente com deputados emedebistas vinculados às lutas populares, e as representações da ABI-SP e do Sindicato ddos Jornalistas. Decidiuse, então, convocar o Conselho Parlamentar de Defesa dos Direitos Humanos, elaborar um dossiê completo sobre as pressões que vem ocorrendo contra a imprensa alternativa e continuar debatendo, nesta quintafeira, sobre a formação do Comitê de Defesa da Imprensa Alternativa — Seção São Paulo e sobre as possibilidades de realização de um Encontro Nacional de toda a imprensa independente.

Enquanto isso, o governo, que não desautoriza o plano nem o assume, faz pressões contra o jornalista Evandro Paranaguá, de O Estado de São Paulo, que revelou o plano do CIE, ameaçando processá-lo bem como ao jornal que divulgou a matéria.

Sem dúvida, abertura e conciliação — mas com soco inglês. (CT)

Pelego na rua

A chapa Pro-Entidade unica (Chapa 2), do movimento de oposição dos professores da rede oficial de ensino do Estado de São Paulo venceu as eleições para a Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - APEOESP com 73 % dos votos. Formada a partir do Comando

Geral de Greve do ano passado, a Chapa 2 conseguiu a maioria dos votos em 33 das 37 cidades do interior do Estado e segundo seus componentes esse resultado representa a vitória, não apenas do movimento de oposição à atual diretoria da entidade, mas de todo o professorado paulista

A UNE vem aí

O ministro da Educação, Eduardo Portela, está tirando o corpo fora da questão da União Nacional dos Estudantes (UNE), o que é muito bom (embora não seja essa a intenção do governo) pois uma UNE atrelada ao MEC, vocês já sabem no que ia dar, né?

Outro que tirou o corpo fora foi o prefeito de João Pessoa, na Paraiba, que

prometeu publicamente dar 20 mil cruzeiros para a viagem dos participantes paraibanos no Congresso de Reconstrução da UNE, em Salvador.

Depois da bravata inicial, lembrou que o cargo de prefeito biônico de capital é hoje em dia destinado a pessoas mansas, pacatas e obedientes. Acalmou-se logo € voltou atrás, é lógico. (RVN).

precoce», mas a precocidade

só vale na hora de levar pau.

Antes disso, é melhor ressus-

citar um negócio que existia

antes na Constituição, que

dizia que qualquer brasileiro,

independente de idade, sexo,

etc., tinha que ganhar pelo

menos um salário minimo,

coisa que a justiça «revoluci-

onária» de 1964 acabou, ofici-

alizando o salário de menor.



Cadeia para o menor. Agora, salário...

O novo secretário da Segurança Pública do Estado de São Paulo, Otávio Gonzaga Júnior, mostrou que veio para matar a saudade (embora isso pareça impossivel) do coronel Erasmo Dias. Logo que tomou posse, já começou a defender uma ação policial à base de porradas. Agora, vejam só o que ele propõe: para resolver o problema do menor reduzir a maioridade, para efeito de responsabilidade penal, para

16 ou mesmo 14 anos. Ou seja, para entrar em cana, o cara já é maior com 14 ou 16 anos, mas para receber um salário (muito ruim por sinal), só vai ser conside-

rado maior aos 18 anos. A alegação dele é que o

Mas, voltando ao secretário, para solucionar o problema do menor, ele propõe, ainda, a construção de grandes reformatórios, entre outras coisas. Acabar com a miséria, que é bom, ninguém quer. O que querem é pôr os

povo brasileiro é «muito locupletam por ai. (RVN) **Professores de Minas** também na luta

O ressurgimento das lutas dos professores mineiros foi marcado pela assembléia do último dia 21, que contou com a presença de cerca de 700

professores da rede oficial e particular do ensino do Estado Passando por cima dos

pelego Ewert Possas (presidente do Sindicato dos Professores de MG) e Maria Thelma Lopes Cançado (presidente da Associação dos Professores Primários de MG), que não assumiram a luta, os professores se organizaram independentemente e deram início à campanha salarial da categoria. E, a exemplo do que vem ocorrendo em outros Estados (Rio, São Paulo, Rio Grande do Sul e Brasília), já acenam com a possibilidade de greve, caso suas reivindicações não sejam atendidas.

Durante a assembléia, o plenário respondia com grande entusiasmo às intervencões mais combativas. Todos 'foram unânimes em afirmar que esta luta deve ser um passo para retirar das mãos

dos pelegos os sindicatos e as associações da categoria.

miseráveis na cadeia,

enquanto uns e outros se

Ao final, as propostas de reivindicação foram aprovadas por consenso: para os da rede estadual equiparação com os vencimentos conquistados pela greve dos professores cariocas, para os da rede particular 30% de aumento. Os professores definiram ainda muitas outras reivindicações, tanto de aumento de piso salarial como de melhores condições de trabalho.

Como forma de encaminha-

mento da campanha ficou definido a realização de nova assembléia para o dia 28 de abril, quando as propostas aprovadas tiverem sido discutidas por maior número de professores. Nesta ocasião será definido o prazo a ser dado aos patrões e ao governo e como será a entrega das reivindicações. Foi formado, ainda, uma comissão coordenadora da campanha, que procurará levar a discussão às escolas da Capital e do Interior. (Tarcísio Lemos e Carlindo Rodrigues).

Família de Manoel Fiel em ação contra a União

A viúva e as filhas de Manoel Fiel Filho, operário morto nas dependências do DOI-CODI do 2º Exército em janeiro de 1976, ingressaram na 5ª Vara da Justica Federal de São Paulo com uma ação ordinária de indenização por perdas e danos contra a

A ação, apresentada pelos advogados Marco Antônio Rodrigues Barbosa, Samuel Mac Dowell Figueiredo e Sérgio Bermudes - os mesmos que conseguiram ganho de causa à família do jornalista

PASSOU NO VESTIBULAR PRA

UNIVERSIDADE?

Vladimir Herzog, morto em condições semelhantes baseia-se em diversos documentos periciais, em depoimentos e no próprio reconhecimento por parte da União, que afastou o general Ednardo D'Ávila Melo do Comando do 2º Exército no dia posterior à morte de Manoel Fiel Filho.

A ação afirma que o operário foi preso legalmente e que foi submetido a torturas durante o interrogatório, fato esse comprovado pelo depoimento de Sebastião de Almei-

EU? FIQUEI

DA 19

NOS CUIDADOS

INFANCIA ...

da, que estava preso no DOI-CODI na mesma ocasião.

Além disso, constam também da ação a cópia do laudo de exame necroscópico feito no cadáver de Manoel Fiel Filho, no qual os peritos José Antônio de Mello e José Henrique da Fonseca concluiram que «a vítima veio a falecer por asfixia mecânica por estrangulamento» e que «casos de estrangulamento são, na quase totalidade das ocasiões, casos de homicídio. O auto-estrangulamento é coisa rarissima na medicina legal». (RF)

Mais Arena

O Brasil, que na nossa infância era o futuro celeiro do mundo, ou seja, exportador de alimentos, desencaminhou-se e acabou exportando coisas bem menos atraentes que arroz com feijão. De uns tempos para cá, exportou seu modelo político-econômico para todo o cone sul da América do Sul e, segundo dizem, mandou para os mesmos lugares o seu know-how de torturas.

Agora, o governo argentino está falando em implantar lá o bipartidarismo brasileiro, com uma Arena e um partido de oposição. Lá, como aqui (afinal tamos ou não tamos tudo igual?), se importa de tudo atualmente, principalmente coisa que não presta. Quem diria que a Arena iria virar produto de exportação? (RVN)

Dom Ivo é o novo presidente da CNBB

Sem surpresas, a 17° Assembléia-Geral do Episcopado, em Itaici, elegeu os novos dirigentes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Dom José Ivo Lorscheiter, gaúcho de 51 anos, é o novo presidente. A chapa de dom Ivo, reconheci-

da como progressista, venceu, mas trouxe entre seus componentes um nome comum à chapa conservadora. Nada menos que o do novo secretário-geral da CNBB, o bispo auxiliar de São Paulo, dom Luciano Mendes de Almeida, que foi eleito - o que não era prá menos — com uma votação recorde - 219 votos, contra 22 dados a outros dez bispos e um em branco. Para dom Paulo Evaristo Arns, dom Luciano é «um grande companheiro, um grande organizador, delicado ao dizer as coisas mais quentes e tem uma grande consideração pelo interlocutor e talvez aí esteja a sua força de

Os progressistas conquistaram, no computo final. 70 por cento dos votos. Na escolha da nova presidência o percentual chegou a 78 por cento e na CEP - Comissão Episcopal de Pastoral - atingiu 67 por cento. Um dos aspectos destacados da nova direção da CNBB é que. a exemplo da anterior ela poderá contrabalançar. no contexto da América Latina. a recente vitória obtida pelos conservadores no Conselho Episcopal Latino-Americano - CELAM.

O encontro do Direito

Depois de longos anos de dispersão os estudantes de Direito vão dar um passo significativo na retomada de sua organização nacional: de 27 a 29 de abril será realizado, em Belo Horizonte, o I Encontro Nacional dos Estudantes de Direito.

Fruto da organização de entidades estudantis de mais de nove Estados do país, o I ENED teve a sua origem no IV Encontro Nacional dos Estudantes, realizado em São Paulo no ano passado: «A partir do IV ENE, os estudantes de Direito de todo o país

começaram a trocar suas experiências mais frequentemente, analisando os problemas específicos do ensino em cada escola e a sistemática da Universidade em geral, constatando que os problemas são basicamente os mesmos, uma vez que o caos no Ensino Juridico já assumiu proporção nacional. Surgiu dai a idéia da realização de um Encontro Nacional de Estudantes de Direito, tendo em vista a necessidade de um maior intercâmbio e organização para enfrentar a luta por melhorias em nossas áreas de ação».

Braços Cruzados, Máquinas Paradas

Foi lançado na semana passada, em São Paulo, o documentário longametragem «Braços Cruzados, Máquinas Paradas» que acompanha o movimento sindical em São Paulo, durante o ano passado. O documentário é uma realização do Grupo Tarumã, com direção e roteiro de S. de Toledo Segall e Roberto Gervitz e segundo eles «tem por objetivo principal ser utilizado e discutido em sindicatos, entidades de classe, organizações de bairro, etc., ou seja, ser utilizado pelos próprios agentes retratados pelas câmeras».

O filme não tem, aparentemente, nada de especial. Afinal, ele nos conta fatos que já foram noticiados pela imprensa ou mesmo que a gente já sabia de uma ou outra forma. Os operários cansados da exploração, seus encontros de rebeldia, a greve que se estende, as comissões que se formam, as negociações dificeis, a asquerosa máquina burocrática que vai do pelego ao ministro do trabalho, e depois as eleições manipuladas para

garantir um novo mandato ao eterno Joaquim, e enfim a organização doposição sindi-

cal: o filme mostra as lutas travadas pelos metalúrgicos de São Paulo no ano passado através dos seus protagonistas reais. Tudo isso a gente E no entanto, precisamente

o fato de ver as imagens diretas desses acontecimentos - as caras, as palavras, os gestos dos operários e operárias nos piquetes, porta de fábrica, em frente ao sindicato - nos transmite a forma pela qual eles compreendem e assumem luta por seus interesses de um modo como nenhuma análise pode fazer.

Ver o modo pelo qual se expressam esses homens e mulheres cujo silêncio foi durante anos a condição dos altos indices de crescimento saudados por nossos ministros produz um efeito emocional que ninguém pode esquecer.

Ver a cara do Joaquim Santos Andrade, presidente do sindicato desde (coincidência!) 1964, cabelos carregados de brilhantina e todo o

de uma concepção simplista de arte «engajada» não fosse a transcrição direta dos acontecimentos. Como as cenas na Delegacia do Trabalho, quando o agente da Justiça do Trabalho interpreta seu papel mediador com requintes de hipocrisia, querendo primeiro vender aos operários a proposta dos patrões e, depois, ameacando os representantes da classe que a recusam. E que dizer de outro momento - antalógico - quando o agente do Ministerio, tendo desconhecido as provas da fraude, transmite o cargo de novo ao Joaquim? Os discursos e as caras de um e de outro, as madames com suas jóias, as falsas palmas, tudo chega a evocar cenas de Eistein, quando esse gênio de um expressionismo revolucionário apresentava em seu aspecto mais grotesco os personagens da sociedade burguesa. Só que aqui os autores se limitaram a deixar correr a câmara. (Der

estilo indisfarçável - até

caricatural - do pelego. e

ver suas manobras e grossei-

ras mentiras, pareceria obra



O pesado fardo do trabalhismo

Num momento em que as massas trabalhadoras dão demonstrações de grande autonomia, como agora nas greves do ABC e outras tantas, a proposta do PTB significa a ressurreição do reformismo, quando o que seria necessário é retomar o fio das tradições de luta.

Por Eder Sader

ão entremos agora na discussão acerca dos desígnios do Planalto com sua reformulação partidária. Tem muita gente que impugna o projeto (ou os projetos) de reconstrução do PTB porque ele corresponde a tais desígnios e «rompe a frente oposicionista», constituída pelo MDB.

Seria preciso dizer, sobre isso, que todo democrata consequente só pode ser favorável à plena liberdade de organização partidária. Não à substituição do bipartidarismo imposto em 1965 por algum sistema artificial de 3 ou 4 partidos ou outra geringonça igualmente imposta. Mas sim a inteira liberdade de organização. Que se constituam abertamente as diferentes tendências políticas e que se unam numa frente comum aquelas que se oponham efetivamente ao regime militar, assumindo a defesa das aspirações populares.

Se os trabalhistas pretendem reconstituir seu partido, ilegalizado pelo regime de exceção, é um direito que não podemos lhes recusar.

Mas não podemos tampouco deixar de julgar o conteúdo político dessa proposta.

LEGADO DE GETÚLIO

Todo projeto político leva consigo um modo particular de cretomar o fio da história», de vincular o passado ao presente. No caso do PTB esse propósito é evidente. Os seus promotores justificam mesmo toda a sua ação pela importância atribuída à herança de Getúlio. Neste caso a valorização da cradição trabalhista» chegou mesmo a anteceder as proposições concretas para a conjuntura presente.

Mas afinal qual é essa

Será que o PTB foi realmente uma expressão genuína das lutas e interesses dos trabalhadores? Qual o significado do trabalhismo na história do nosso país?

E preciso lembrar — de novo!
— que o PTB foi criado por Getúlio com o concurso de empresários, usineiros, altos funcionários do Estado e dirigentes sindicais que haviam ganho essa posição depois que o mesmo Getúlio reprimira duramente as lideranças autênticas dos antigos sindicatos e impusera essa estrutura sindical parafascista que ficou até hoje.

E verdade que Getúlio foi um líder da burguesia disposto a conceder aos trabalhadores uma série de reivindicações destes, que ficaram na CLT. Por isso, e porque o regime do Estado Novo pôs na ilegalidade, prendeu, perseguiu e matou a antiga liderança classista, os novos contigentes de trabalhadores olharam Getúlio como «o pai dos pobres».

É verdade que com o tempo —

no período entre 1945 e 1964 vários trabalhadores e sindicalistas membros do PTB assumiram posições mais combativas. Mas a verdate é queo PTB, enquanto partido, e Getúlio enquanto seu chefe, foram expressão do paternalismo sobre a classe operária, da colaboração de classe pela: qual grandes setores de trabalhadores apoiavam um desenvolvimento capitalista que lhes extraía muito suor e muito sangue. E o retrato mais óbvio de tudo isso está na mesma estrutura sindical, que é um fardo pesado na herança traba-

OS HERDEIROS

Já escuto a argumentação de alguns «neo-trabalhistas» para quem a recusa ao PTB constitui uma espécie de «elitismo», porque a «classe operária é petebista», porque «é preciso se pôr ao nível das massas para avançar com elas» e coisa e tal.

Plenamente de acordo em que é preciso compreender a forma pela qual as massas expressam sua situação e seus anseios. E essa forma, ainda quando seja uma tomada de consciência atrasada, ambígua, deformada, é a premissa neces-

ria para qualquer movimento social de envergadura. Mas, não é verdade mesmo que as massas sejam trabalhistas e que o PTB com todas as suas ambiguidades seja a expressão da consciência atual dos trabalhadores. Não estou com isto supervalorizando a consciência dos trabalhadores. As grandes massas apenas começam a despertar para a luta

econômica. Mas precisamente elas não carregam todo o peso do paternalismo passado e por que iremos nós agora inculcarmos essa «tradição»? Elas não esperam algum desenvolvimento capitalista «autônomo», que «harmonize o capital com o trabalho». Olhem um pouco essas massas que se lançam às greves. Olhem o novo sindicalismo (sejam as oposições sindicais, sejam mesmo os chamados autênticos). Existe às vezes até um certo obreirismo, como reação classita espontânea às manipulações burguesas e pequeno-burguesas do passado. Pois o avanço dessa forma de consciência nunca poderá ser em direção ao populismo traba-

QUAL ALTERNATIVA?

Mas o que propõem hoje os trabalhadores? vem raiemos do projeto mais tradicional de dona Ivette.

O lancamento do PTB lidera-

do por Brizzola foi precedido por várias declarações do exgovernador gaúcho que visavam mais que nada mostrar ponderação e bom comportamento. Até mesmo o «imperialismo» desapareceu do seu vocabulário. Depois, ante os efeitos negativos dessa reaparição, sua ala esquerda partiu para o contraataque. Aproveitando-se da crise no movimento comunista e nos países socialistas, eles se apresentam como alternativa demonacional, popular, à estreiteza e dogmatismo do leninismo. Bem, é certo que a experiência comunista exige hoje um sério balanço. Mas sinceramente, não será essa alegre ligeireza dos petebistas que poderá assumir essa tarefa.

Quais são suas propostas

Hoje, quando os trabalhadores — esmagados por 15 anos da mais dura super-exploração e falta de liberdade — descobrem por si mesmos as armas de suas lutas; e quando na luta vão provando a podridão de todo o sistema, quando vão descobrindo a profunda injustiça deste regime de exploração; quando vão forjando suas organizações autônomas e questionando a exploração do homem pelo homem; que lhes diz o PTB?

Os princípios proclamados permanecem todos dentro do quadro das promessas de todo reformismo burguês: «desenvolvimento autônomo», participação dos operários nos lucros nas empresas, reformas tributárias, etc. É claro que propõem também medidas imediatas que estão na boca de todo trabalhador: anistia ampla e irrestrita. reajustes salariais que reponham o poder de compra perdido nestes 15 anos, etc. Muito bem. Mas de um partido político se espera que aponte como realizar tais propostas. E 15 anos depois de 1964 voltar a propor as «reformas de base» para promover um desenvolvimento capitalista que favoreça operários e patrões não é só avançar utopias. É também propor as mesmas alianças e estratégias que já foram responsáveis por muitos desastres..

Está certo que o socialismo não será para amanhã. Mas também um desenvolvimento em que as empresas protejam ao mesmo tempo seu capital e sua prosperidade e também os interesses dos trabalhadores (ver o item 9 dos principais trabalhadores) não será para amanhã nem para nunca.

Está certo que as grandes massas, ainda não lutam por um novo sistema social. Mas são cada vez mais os que já sentem o antagonismo que lhes opõem ao capitalismo. Um projeto político que queira hoje ser um estímulo para avançar e não um obstáculo, deve tomar essas virtualidades anticapitalistas e dar-lhes uma formulação concreta. Deve apontar para a organização autônoma das massas, nas empresas, usinas, campos, bairros, para que expressem seus interesses. Deve apontar para políticas de habitação, saúde, educação, trabalho, que preservem a vida dos trabalhadores e que por isso se opõem a ganância dos lucros capitalistas. Para isso deve apontar um projeto político que queira fazer avançar a luta e não ressuscitar velhas propostas de conciliações impossíveis.

Queremos retomar o fio das tradições de luta e não herdar o fardo pesado do reformismo. O trabalhismo em questão



Armar o povo? Já tentamos e não deu certo

A reorganização do PTB tem recebido apoio de vários exilados da chamada «geração de 68». Um dos que se incluem aí, é o jornalista Alfredo Hélio Syrkis, residindo atualmente em Portugal e conhecido pelo pseudônimo de Marcelo Dias. Condenado a várias penas, inclusive prisão perpétua sob acusação de militância e ações armadas através da Vanguarda Popular Revolucionária - VPR, ele saiu do país em 71 e hoje escreve para o Le Monde

Diplomatique, o Diário Popular de Lisboa entre outros.

Aqui, suas opiniões sobre o novo PTB.

Depoimento a Carlos Minc

ue programa e PTB deveria ter?

Com relação a uma definição mais de fundo posso apenas dar a minha própria opinião que coincide com a de vários companheiros que como eu iniciaram a sua militância no movimento estudantil de 68, posteriormente tomaram parte na resistência armada e hoje apoiam a reorganização do PTB.

Sou pelo socialismo. Pela gestão democrática da sociedade e da economia pelos trabalhadores.

Creio que as bandeiras de justiça social que o trabalhismo sempre levantou conduzem em última análise a esse objetivo que é a única solução global, para os problemas do nosso país.

Não creio porém que o socialismo possa constituir uma alternativa imediata. Não creio que seja possível acumular a necessária força histórica para alcançá-lo, nos próximos dez anos pelo menos. O socialismo tem que ser obra de dezenas e dezenas de milhões de pessoas conscientes, mobilizadas e organizadas. Na situação de atraso político que vive o nosso povo, na correlação de forças mais geral que existe entre os trabalhadores, por um lado, e a burguesia monopolista e o seu estado, do outro e na atual situação continental e internacional, vai ser necessária uma longa fase de acumulação de forças e de avanços parciais.

— Então o projeto socialista não se coloca a curto prazo?

— Não. Essas coisas não vêm da vontade da gente, vêm da ação coletiva de milhões de pessoas. Lutar hoje pelo socialismo é colocar-se junto ao povo, partir do nível de consciência que tem hoje para, junto com ele, avançar passo a passo. Não é tentar radicalizar segmentos restritos, ainda que da classe operária, destacando-os e isolando-os socialmente. À força de muitas derrotas que vivi e assisti no Brasil e em outros países, duvido muito da capacidade de mobilização das opções minoritárias, quimicamente puras, com uma ideologia muito elaborada que tentam, sensibilizar as massas com uma simbologia política e um discurso estereotipado do início do século.

É tragicômico se ver, ainda hoje, muitos companheiros buscarem com sofreguidão a sol cão para os problemas políticos do Brasil de hoje nos livros de Lenin como se aquilo fosse a Biblia e referenciarem os problemas atuais com aqueles de 70 anos atrás, do outro lado do mundo, numa outra fase histórica do próprio capitalismo. O discurso comunista ortodoxo ou neo-ortodoxo, a propaganda do marxismo-leninismo como se fosse uma ideologia, não sensibiliza as amplas massas trabalhadoras no Brasil, nem no resto da America Latina, nem possivelmente na maioria dos outros países do terceiro mundo.

Só as causas nacionais, os discursos amplos que incorporem valores arraigados na cultura e na memória popular é que podem ter a capacidade de mobilização necessária. Veja o Ira: se dependesse do Tudeh (o PC) ou dos muitos grupúsculos marxistas-leninistas de lá, a dinastia dos Pahlevi ia durar mil anos. Foi com base no Islá, nos seus valores de justiça social, dignidade e liberdade que o povo irâniano fez uma revolução que vai marcar a história não só do Oriente-Médio como de todo o mundo. Claro, o Islá tem aspectos fracionários que vão criar muitos obstáculos, mas sem ele não teria sido possível a revolução.

Na América Latina, com a relativa exceção do Chile e do Uruguai, a coisa passa na minha opinião pelos grandes movimentos nacionais e populares: o peronismo na Argentina, o nacionalismo revolucionário na Bolívia (que agora ressurge com toda a sua vitalidade com Siles Zuazo) o sandinismo na Nicarágua, o trabalhismo no Brasil. Então quem vê o marxismo como um método científico de análise da realidade concreta para a sua transformação e não uma religião - cheia de dogmas e de seitas se excomungando umas às outras e polemizando ad eternis em torno das santas escrituras - não pode ignorar esse fato. Tem que saber atuar criticamente dentro

Acho que o avanço futuro rumo ao socialismo será o desdobramento revolucionário de uma série de conquistas históricas de uma causa nacional que é a democratização cada vez mais profunda do País e a implementação de um projeto de desenvolvimento independente e auto-centrado. É possível reunir um amplo bloco social em torno disso e acho que o trabalhismo pode jogar um papel, importante nessa perspectiva.

PROJETO DE INDEPENDÊNCIA NACIONAL

— O PTB poderia chegar ao governo por via eleitoral num prazo mais curto do que você colocou anteriormente como necessário para uma acumulação de forças no sentido do socialismo. Que tipo de programa de governo teria nestas condições?

 Acredito que qualquer governo popular teria que executar, a curto prazo, uma orientação que, no plano econômico



Alfredo Hélio Syrkis

contemplasse os seguintes pontos: renegociação da dívida externa, transformação total do modelo econômico voltando-se para o mercado interno e a produção prioritária de bens de consumo popular, aumento substancial do salário real e do nível de vida das massas desfavorecidas, reforma agrária, reforma fiscal, fim dosprivilégios concedidos às multinacionais e às financeiras, diminuição substancial das taxas de juros para a indústria nacional, entre outras medidas. Isso tem condições de reunir um grande bloco social.

No entanto a sua implementação vai exigir uma grande mobilização porque as pressões imperialistas serão muito grandes e porque os seus interesses controlam grande parte dos «midia» no nosso país. O grande desafio vai ser conservar unido o bloco social nacional e tomar essas medidas sem empurrar a classe média e os setores mais atrasados para a direita e, ao mesmo tempo, garantir espaços cada vez maiores para os trabalhadores. E também incorporar a Igreja e setores significativos das Forças Armadas neste processo.

Uma política correta, que não divida o povo, poderá permitir desdobramentos posteriores no sentido de uma nacionalização sob controle dos trabalhadores do sistema financeiro e das indústrias de ponta nas mãos do capital estrangeiro.

A maior ou menor velocidade deste processo, os avanços e eventuais recuos que ele sofrerá se articulam com a situação internacional e com a correlação de forças internas. Na medida em que o Brasil juntamente com os outros países do terceiro mundo, consiga ganhar maiores espaços de soberania econômica frente aos países imperialistas, que haja uma modificação da relação de forças mundial no sentido de um enfraquecimento dos blocos e de um fortalecimento das vias independentes e não alinhadas, esse processo será mais fácil e poderá avançar mais rápido, internamente.

O PROBLEMA DAS FORÇAS ARMADAS

Não adianta definir um programa bonito, ultra-radical, que conceba logo o socialismo se, em termos econômicos o imperialismo tem condições de nos estrangular ou, pelo menos, criar uma crise tal que a classe média apavore e sirva mais uma vez de base de apoio para a direita. Neste caso um governo popular terminaria por sofrer um golpe e mais uma derrota clássica. Não se pode conceber uma política que não leve em conta as Forças Armadas. Qualquer tipo de política que conduza, novamente, ao seu coesionamento em torno do seu pólo mais a direita é suicida. E não adianta querer resolver o problema de maneira fantasiosa. Armar o povo, criar um outro exército para destruir esse aí, já tentamos, não deu

Acho que a política com relação às Forças Armadas tem que ser de longo prazo. Primeiro devolvê-las ao seu devido lugar de defesa da soberania nacional, da integridade territorial e das instituições democráticas que emanem do voto popular livremente expresso. Depois partindo destes três deveres que tem condições de se re-assimilados pela maioria dos militares, estabelecer um diálogopara aprofundar o seu significado no Brasil de hoje. Eles são a favor da soberania nacional? Nós também. Então vamos aprofundar juntos essa questão, ver quem realmente ameça a nossa soberania. É essa ou aquela idéia política existente no seio do nosso povo? São as reivindicações dos setores desfavorecidos e reduzidos à mais negra miséria? On é o domínio dos setores básicos da nossa economia pelo capital estrangeiro e um modelo que gera cada vez mais dependência e acarreta a super-exploração do nosso povo, a expoliação das nossas riquezas, o controle estrangeiro sobre o nosso mercado?

Acho que hoje começa a haver um clima propicio para um diálogo com a maioria dos militares, de coronel para baixocom exceção de pequenos setores comprometidos com a repressão e os seus crimes - quefazem parte da classe média e não têm ligação de interesse com os grandes grupos econô-

PGDATE

A unidade das

e a rearticulação partidária

"O PTB de hoje é pior que o do passado"

É a opinião de Paulo de Mattos Skromov, presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Artefatos de Couro e Plástico de São Paulo, e um dos mais ativos articuladores da proposta do Partido dos Trabalhadores, lançada no começo deste ano pelos sindicalistas «autêntiços». Aqui, êle avalia o ressurgimento do PTB.

omo você avalia o lançamento do PTB?

As duas propostas, a do pessoal de Brizola bem como a de Ivete não diferem substantivamente. Assim creio que elas tendem para a união num mesmo PTB, apesar de todas as desavenças. No fundamental as duas propostas não diferem. De outro lado o que talvez pretendessem, uma bomba, terminou n°passadno de um simples traque. O efeito foi extremamente tímido e reduzido na oposição como um todo.

Indo ao conteúdo da proposta do PTB, como você vê a renovação pretendida pelos autores?

Tanto o PTB do passado, como este de agora que se diz renovado, não variam substantivamente. Ambos significam um partido do empresariado para a classe operária e demais trabalhadores. Não se trata portanto de um partido dos trabalhadores. A integração num único partido, de empresários e trabalhadores, sempre levou em última instância, a um partido dos patrões por mais que se tentasse lhe dar um conteúdo popular.

Assim sendo, hoje vemos com mais desconfiança ainda do que no passado, a proposta de um PTB. A retomada deste velho fantasma é mais perigosa do que êle próprio, quando todos sabem do apoio com que vem contando parte da social democracia, do governo americano e até mesmo, em alguma medida, do próprio governo. É algo como a volta de Perón na Argentina, guardadas as devidas proporções, é claro, que somente levou a fracassos para os trabalhadores. Perón, ao voltar nem sequer conseguiu segurar a bandeira do nacionalismo de tão comprometido que estava com uma nova correlação de forças. E tudo indica que no caso de Brizola o mesmo está se dando.

Isto posto, há alguma chance de unidade entre vocês do PT e o trabalhismo?

Unidade na ação sim, pois haverá lutas onde concordaremos. Mas unidade orgânica enquanto partido, de forma alguma. Se o PT vier a se ligar ao trabalhismo isto será um claro sinal de seu fracasso. Agora, devemos reconhecer que entre as fileiras trabalhistas há militantes de grande valor, representativos de segmentos da classe operária, principalmente no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro. Quanto a estes companheiros tenho expectativa de uma unidade orgânica, na esperança de que eles venham a compreender o engano que é o trabalhismo e se juntem a nós. O que de resto se dá igualmente com relação a vários companheiros que hoje militam no MDB e que poderão a vir a engrossar nossas fileiras.

Qual a presença sindical que você espera que o PTB venha a obter?

Pelo que podemos constatar até agora, praticamente nenhuma. A grande massa dos dirigentes sindicais está ainda alheia a esta discussão. E não são pelegos propriamente, pois há que se distinguir entre o pelego propriamente e o dirigente sindical comum que emergiu a partir de 64. O pelego é um elemento com trânsito entre os trabalhadores, que consegue vender uma imagem de defensor de seus interesses, mas, que, na verdade, pelo trânsito que tem nos gabinetes patronais e estatais, é, de fato, um amaciador dos conflitos entre os trabalhadores e os patrões. Portanto não é qualquer um que se torna pelego de uma hora para outra. O regime anterior a 64 precisou de muitos instrumentos e muito tempo para gerar todo um time de pelegos. E o regime pós-64, aparentemente, não se preocupou em gerar sua burocracia sindical. Intervinha reprimindo e punha qualquer um no lugar, sem criar quaisquer mecanismos de cooptação e formação do dirigente sindical. Assim, a grande massa de sindicalistas hoje não é propriamente pelega como no período populista. São dirigentes confusos, indefinidos sobre a maioria das questões, e sujeitos portanto às motivações de oportunidade.

Isto posto, justifica-se que la grande maioria dos sindicalistas não esteja definida diante desta questão partidária. mas dentre os que estão definidos, pouquíssimos se posicionam pelo PTB; rarissimos melhor dito. A grande maioria dos dirigentes combativos ou está conosco na proposta do PT ou está ainda defendendo a unidade em torno do MDB como tarefa imediata. Enfim, a presença sindical no PTB é irrisória.

Finalmente, como estão as articulações do PT?

As bases mais estruturadas estão aqui em São Paulo, em Minas e no Rio Grande do Sul. Já há também um início de trabalho promissor no Rio de Janeiro. A idéia é divulgar já a carta política e preparar para maio um lançamento de manifesto mais formalizado em termos de participantes. Em seguida registrariamos o título PT, como a lei requer, e passaríamos à discussão e estruturação de bases. E nossa idéia não é um partido de dirigentes sindicais exclusivamente como muitos têm criticado. Breve passaremos a discutir com vários setores e tendências da oposição e buscaremos uma configuração partidária clara. Até mesmo porque pensar em um partido calcado nesta estrutura sindical seria um grave erro, pois o atrelamento dela ao Estado é mortal para qualquer organização da classe que se pretenda independente. E o que queremos é inequivocamente um partido de caráter classista, dos trabalhadores, e que já aponte para transformações sociais na direção do socialismo.

Tribunal Russel II acusou o governo brasileiro de liderar na América Latina Internacional da tortura

Existe uma rede de colaboração internacional entre os governos latino-americanos que trabalha como os meios técnicos e financeiros necessários para aperfeiçoamento, ensino e prática dos mais diversos e depurados métodos de tortura a presos políticos.

Esta acusação foi lançada pelo Tribunal Russel II em 1974, ao botar no banco dos réus as ditaduras do Brasil, Chile, Uruguai e Bolivia, cujos documentos este semanário começou a publicar semana passada, já que eram desconhecidos no País, pois na época reinava forte censura à imprensa.

O general Golberi do Couto e Silva aparece como «o principal teórico» da Doutrina de Segurança Nacional, sustentáculo ideólogico da rede, num estudo do professor Ettore Biocca, do Instituto Italianoa de Antropologia.

O jornalista Fernando Gabeira, exbanido e hoje no exílio, é uma das testemunhas que prestaram depoimento sobre o assunto. Aqui, um resumo das conclusões acerca da «internacional da tortura», apresentadas na introdução «Atas das sessões romanas do Tribunal Russel II sobre a Violação dos Direitos Humanos na América Latina».

ara a «Doutrina de Segurança Nacional» o fim justifica os meios. E entre os meios mais importantes estão a transgressão de liberdades fundamentais e o emprego indiscriminado, sistemático, organizado e tecnificado da tortura. As testemunhas — em alguns casos, interrogados pelos magistrados — deram em Roma valiosas pistas que conduzem o investigador ao terreno da tortura em escala internacional. Deixou de ser discutivel a existência da «internacional da tortura»: efetivamente uma rede de colaboração internacional na América Latina — pelo menos — trabalha com os meios técnicos e financeiros necessários para aperfeiçoar a organização que se dedica exclusivamente ao ensino e a prática dos mais diversos e depurados métodos de tortura.

Aqueles que sofreram na carne os suplícios da repressão dão fé de haver observado sintomas inequivocos que levam à confirmação existência de engenhos técnicos muito adiantados de suposta fabricação estrangeira: atuação de torturadores, oficiais, médicos e outros colaboradores adestrados em centros militares ou pára-militares estrangeiros de tortura; presenca de assessores estrangeiros em programas de torturas psicológicas, investigação sobre o terreno do comportamento popular frente ao regime e análise pormenorizada dos resultados de interrogatórios; envio de equipes

Prisoners and Human Rights Country by Country



de tortura — homens e instrumental — de um país para outro, segundo as necessidades mais urgentes de repressão, distribuição, pelos países chaves do subcontinente, de agentes super especializados na prática de torturas, luta contra a subversão guerrilheira urbana, espionagem e suborno de altas hierarquias do Exército e a administração, etc.

O ENVOLVIMENTO DE MITRIONE

Um destes últimos exemplos humanos é do conhecido cidadão norte-americano Dan Mitrione, que um belo dia apareceu executado no Uruguai por membros do Movimento de Libertação Nacional Tupamaros, em agosto de 1970. Mitrione era agente secreto estadounidense dos chamados de «ação múltipla» na matéria de assessoramento. Sobre sua morte, disse uma testemunha uruguaia, o senador Michelini: «Dan Mitrione morreu porque

era o representante de um país que utilizava os organismos internacionais onde doutrinava a Polícia e o Exército de um país subdesenvolvido para mantê-lo atado ao cargo do imperialismo».

Ao analisar em profundidade esta rede internacional da tortura volta a aparecer a cumplicidade do governo norteamericano, ou inclusive ainda mais: o patrocinio norte-americano. São inúmeras as testemunhas que confirmam isso. Convém deixar claro, diante de tão repetida incidência da ação norte-americana no sub-continente e nos seus últimos acontecimentos, que o Tribunal de Roma não se pronunciou de modo acusatório contra este governo, porque não havia sido apontado expressamente como réu, como foi o caso do Brasil, Chile, Bolivia e Uruguai; mas não passou desapercebida sua deploravel participação. Neste sentido, o Tribunal anunciouuma nova convocação para entrar de cheio no estudo em profun-

didade do papel desempenhado pelo Governo norte-americano, assim como pelos organismos internacionais que dependem diretamente deste governo, no desenvolvimento das mais recentes mudanças sócio-econômicas e políticos latino-americanas. O Tribunal não expressou nenhuma acusação na espera de poder pronunciar-se quando se haja estudado em profundidade sua responsabilidade, assim como a de outras empresas multinacionais, cujo desdobramento mundial preocupa grandemente, como é bem sabido, ao próprio secretariado geral das Nações Unidas, além de muitos outros organismos internacionais.

Que os EUA estejam igualmente metidos na «internacional da tortura» - como asseguram os testemunhos prestados ao Tribunal Russel II - não deve surpreender ninguém depois de conhecer a existência da famosa teoria do dominó, à qual - do mesmo modo que a Doutrina Brasileira de Segurança Nacional tampouco lhe põe algum obstáculo. (Ver abaixo) Até agora, pôde-se provar, ao nível dos trabalhos neste Tribunal, que os Estados Unidos mantém escolas - por exemplo, no Panamá — onde se adestra jovens oficiais na prática de certas torturas. Suspeita-se — sem que se tenha, ou haja sido posto a disposição do Tribunal provas definitivas — que no Brasil, Uruguai, Bolivia e Chile, se utilizam aparatos altamente tecnificados de fabricação norte-americana para torturar os presos. Sabe-se igualmente que nas escolas de adestramento aperfeiçoam-se métodos de tortura que, anteriormente foram empregados pelo Exército norteamericano no Vietnã. A intervenção de militares norte-americanos em práticas de tortura no Vietnā ficou demonstrada em não se conheceu argumento sério que o desminta durante as sessões suecas do Tribunal Russel I.

A COMPROVAÇÃO DE GABEIRA

Uma testemunha brasileira, Fernando Gabeira, (jornalista, participante do sequestro de um dos empaixadores, exbanido) em resposta às perguntas dos magistrados assegura: «Sobre a participação de estrangeiros podemos falar nós que estivemos presos. En estive preso na Marinha, com alguns companheiros, que continuam ainda detidos e cujos nomes não se pode dar. Nas sedes da Marinha fomos interrogados por alguns oficiais norte-americanos. Notava-se pelo sotaque que era norte-americano. E, realmente, a presença de Dan Mitrione no Brasil foi comprovada igualmente. Esteve em Belo Horizonte, onde foi considerado homem benemérito pela polícia brasileira, e depois prosseguiu sua missão no Uruguai».

Panamá e nos Estados Unidos, segundo as informações de que dispomos. Ou melhor, informações de jovens capitaes que passaram à resistência, alguns dos quais participaram nestes adestramentos. Se exercitam nas escolas do Panamá e nos Estados Unidos, concretamente no que eles chamamde contra-insurreição. E em matéria de contra-insurreição há uma parte que diz respeito à tortura. Isto é, deste adestramento nos Estados Unidos existe já um determinado conhecimento técnico, de prática e ensino no Brasil, de onde se exporta ao Uruguai e ao Chile. Posso assegurar que os torturadores brasileiros estão no Chile e no Uruguai, aplicando all as coisas que aprenderam não só nos Estados Unidos, mas também o que foram desenvolvendo em sua prática no Brasil».

OS TENTÁCULOS NO URUGUAI

Também na sessão dedicada ao Brasil, outras testemunhas deram conta da sinistra participação estrangeira, o que ratifica a tese da «internacional da tortura» E em suas declarações, o senador Michelin documenta amplamente aos membros do Tribuna sobre este mesmo tema na sua dimensão uruguaia. Na sala de sessões de Roma foi tal o clima de preocupação que o tema da «internacional da tortura» provocou em todos os presentes. que o professor George Casalis, teólogo protestantes, cobrou mais informações das testemunhas uruguaias sobre esta participação estrangeira.

O senador Michelini, homem que dispõe de importantes informações em razão de suas funções públicas exercidas antes de abandonar seu país, recordou em que alguma ocasião o senado norteamericano havia se ocupado, através de suas comissões investigadoras, da presença de agentes norte-americanos em países latino-americanos: «interrogou-se a vários homens que haviam ido aos Brasil e que estiveram na República Dominicana, e um deles, Dan Mitrione, havia chegado ao Uruguai e se comprovoiu suficientemente que a ajuda militar norte-americana se fazia sentir por meio da Aliança Para o Progresso. Há um documento, que conseguimos, no qual Mitrione aparece rodeado das mais altas hierarquias brasileiras, depois de haver dado um de seus cursos».

Disse também o senador uruguaio: «A influência brasileira no Uruguai é muito grande. Denunciamos na oportunidade no Senado da República o crescimento vertiginoso do números de assessores militares brasileiros que faz dez anos atrás eram menos que os assessores militares argentinos, em pouco tempo havia dobra-Disse mais: «Os verdugos brasileiros do o número destes, o que indicava bem são treinados no Brasil, mas também no claro o índice de penetração alcançado».

Golberi, o teórico da jogada

tratados amplamente nas sessões tomadas do Tribunal Russel II em que o governo dos Estados Unidos aparece como elemento encoberto ou figura de acobertamento, às vezes como acusado. às vezes como cúmplice. Trata-se da «Doutrina da Segurança Nacional», explicada perante o Tribunal pelo informe do professorr Ettore Biocca, e a existência de uma «internacional da tortura».

Ambos põe a nu claramente o encadeamento de uma série de graves aconteciemtnos atuais na América Latina e revela, a existência de uma teia de aranha que apanha, em suspeitas manobras, organismos norte-americanos de âmbito internacional, assim como algumas chamadas «multinacionais».

A INTERVENÇÃO BRASILEIRA

O estudo do professor Ettore Biocca, presidente do Instituto Italiano de Antropologia, é uma investigação esclarecedora. Através de suas revelações, pode-se explicar muitos acontecimentos sintomáticos na atual era de terror na América Latina; bem como o papel que, nas últimas tomadas de poder por parte dos militares, desempenharam potências mundiais, como os Estados Unidos, e sul-americanas, como o Brasil.

Ao fim das sessões do Tribunal em Roma, muitos observadores internacionais chegaram à conclusão de que a maré dos militares na Bolivia. Uruguai e Chile respondia a uma estratégia de domínio subcontinental de inspiração estado-unidense e com assistência brasileira. As dúvidas que possam surgir sobre estas informações ficam resolvidas com as informações prestadas pelas próprias testemunhas, segundo as quais pouco antes do goloe que derrubou o regime de Allende barcos de guerra da Armada

a dois temas suscitados e Brasileira foram vistos em águas próximas a Valparaiso. Há testemunhas de que grandes contingentes de homens e armamento do Exército brasileiro foram situados ao largo da fronteira brasileirouruguaia, durante as tensas jornadas anteriores ao triunfo dos militares, com a ordem de intervir de não haver se imposto o atual regime ditatorial. As mesmas precauções militares haviam sido adotadas, por parte do Brasil, na linha divisória com a Bolívia nos dias que precederam o triunfo direitista e militar de

A participação brasileira não termina aqui: há testemunhas da intervenção de especialistas brasileiros em práticas de tortura no Chile, Bolivia, Uruguai, etc. Finalmente, recorde-se ainda que o Exército do Brasil foi o único sul-americano que interviu, com os Estados Unidos, na invasão armada da República Dominicana em 1965, quando se registrou igualmente a presença de mercenários paraguaios e nicaraguense.

O COMECO: TEORIA DO DOMINO

Esta série de intervenções encontram sua explicação precisamente na megalomaniaca, arrogante e racista «Doutrina da Segurança Nacional», posta em prática por militares brasileiros, desde o golpe de Estado de 1964. Dela se derivaram, por ampliação dos fins emperialistas de clara inspiração norte-americana, as doutrinas da segurança coletiva e internacional. «Todas emanam - segundo assinala o professor Biocca - da musa estado-unidense: a doutrina da segurança nacional, expressada com tanta ênfase pelos generais brasileiros, não é um novo conceito político, mas que deriva diretamente com alguns aperfeicoamentos, da teoria do dominó enunciada claramente pela primeira vez pelo Conselho Nacional de Segurança dos Estados Unidos, em fevereiro de 1950, quando se decidin pres-



tar ajuda militar aos franceses na Indo-

Prossegue o estudo do professor italiano: «Neste Conselho N.J. Spykman se expressou de maneira ainda mais clara: «Tudo o que não seja criar um grande espaço vital, que compreenda todo o continente sob a base de uma economia planificada, com produção e direção centralizada do comércio internacional, não poderá sobreviver... Somente a conquista do hemisfério por parte dos Estados Unidos pode realizar a integração necessária».

Ettore Biocca esclarece a relação EUA-Brasil, nesta perigosa convivência. dizendo que «a Doutrina da Segurança Nacional elaborada, sobretudo, pelos

generais brasileiros introduz um conceito novo, o de satélite privilegiado, como base de exploração pelas empresas multinacionais e como gendarme dos Estados Unidos na América Latina e no mundo». O reconhecimento desta estatura de satélite privilegiado e gendarme dos EUA, ajudam a entender o porquê da intervenção brasileira no Chile, Bolívia, Uruguai, e'antes, em São Domingos.

Vamos agora averiguar a fundo o arrepiante conteúdo da «Doutrina de Segurança Nacional», cujos princípios básicos são: segurança nacional, nacionalismo até a morte, racismo, hegemonia subcontinental e internacional e glorificacão da guerra global, tudo isso entendendo-se que para alcançá-lo é preciso acabar com as liberdades, às quais o povo tem que renunciar no interesse dos destinos nacionais: total, fascismo puro, cujas evocações nostálgicas de procedência germano-italiana não são difíceis de detectar.

A GEOPOLÍTICA DA ESG

O principal teórico desta doutrina é o general Golberi do Couto e Silva, da famosa Escola Superior de Guerra, à qual pertencem - ou já pertenceram, nos casos dos já falecidos - os militares de maior prestigio e hierarquia que vêm encabeçando a ditadura brasileira de 1964 até hoje. O general Golberi do Couto e Silva desenvolve seu pensamento no livro Geopolítica do Brasil, cujo conteúdo é considerado como a expressão do pensamento oficial do governo brasileiro. Da mão do professor Ettore Biocca, e de seu informe apresentado ao Tribunal vamos analisar seus pontos principais.

(SEGUE UM RESUMO DO CONHECI-DO LIVRO DE GOLBERI, na 2ª edição, da EDITORA JOSÉ OLIMPIO, ENCON-TRAVEL NAS BOAS CASAS DO RAMO) .

Esta doutrina, que o professor Biocca julgou de suma importância para o Tribunal e para suas deliberações, está baseada num conjunto de diretrizes que o regime pôs em prática há anos, calçadas pela promulgação de leis de exceção, de decreto leis secretos e confidenciais, que multiplicaram os poderes dos militares e reduziram, até extremos de uma total carência de liberdade - como sugeria a estratégia golberiana - os direitos do cidadão. Todos os famosos «atos institucionais» apresentados perante este Tribunal na sessão específica sobre o Brasil, não são mais que atropelos constantes às leis que protegiam antes os direitos politicos e civis do povo.

De acordo com o professor Biocca, inclusive as sociedades multinacionais estão chamadas a desempenhar um importante papel na estratégia do domínio continental. Ele recorda a intervenção da ITT (International Telephone and Telegraph) em união com a CIA, como todo mundo sabe, na queda do regime de Allende. Isto é, nos projetos imperialistas de domínio continental, deram-se as mãos as forças econômicas oligáquicas imperialistas e os poderes políticos contra o povo. Consequentemente, a situação de estado de emergência prático, pois o que está ligado aos menosprezo das leis e à existência de torturas de todo tipo e a arma mais importante de repressão interna que justifica esta estratégia de domínio em todos os países de sua área.

Do mesmo modo que o Brasil colaborou diretamente na derrocada dos regimes de Bolívia, Uruguai e Chile, com emprego de efetivos humanos e armamentos, não é, nem muito menos, de se excluir que num futuro não previsível se faça o mesmo com outros países que fazem suas fronteiras ao Norte e a Oeste.

A STATE OF THE PARTY OF THE PAR

Os caminhos da oposição sindical — 2

A grande maioria dos operários brasileiros está realizando agora o seu aprendizado de luta democrática, assumindo o seu papel no interior do amplo movimento do conjunto da sociedade que visa instaurar uma verdadeira democracia no Brasil», diz a introdução de documento. Para ele, o «movimento operário já é um movimento de massas e o fato de haver começado a articular-se em São Paulo não se deve ao acaso, pois é ali, centro do capitalismo nacional, que se dá o eixo da luta de classes no Brasil.

Chama a atenção para a nova face do sindicalismo brasileiro, a intensa experimentação de massa, mostrando-se contrário aos esquemas préfabricados afirmando que «há formas diversas de luta que buscam a sua unidade. Reconhece, ainda, que já alguns anos a Oposição Sindical acreditava que a estrutura sindical ruiria e seu lugar seria ocupado pela OS. A pressão das bases apontaria o caminho do sindicato, bem como a necessidade de não apenas lutar contra, mas propor uma nova estrutura sindical. Para os signatários, a OS deve centrar todas suas forças na construção de um sindicalismo autônomo em relação ao Estado, democrático e profundamente. enralizado nas bases, um sindicalismo unitário cuja expressão mais geral deve ser a Central Única dos Trabalhadores e a Organização de Comissões Operárias na fabricas.

Dinamizar a vida sindical nas bases

conjunto de objetivos a curto prazo. Esses objetivos devem ser compreendidos, sempre, como o desdobramento imediato das proposições gerais. Eles são ditados, então, por duas linhas mestras.

a. são ditados pela clara compreensão dos objetivos

b. são ditados pela realidade imediata da luta político-O sindicalismo que queremos construir não pode ser

apenas uma coisa abstrata. E não será uma coisa abstrata se cada ação prática significar um passo em direção a ele, um avanço rumo ao sindicalismo que queremos construir e do qual a classe operária brasileira necessita.

Hoje, a vida sindical tende a agitar-se cada vez mais. As proposições se multiplicam. Algumas dessas proposições são de interesse da classe operária, outras são contrárias aos seus interesses. Como exemplos de proposições que são de interesse da classe operária temos a Central Unica dos Trabalhadores, os aumentos trimestrais de salário, as ações sindicais unitárias, etc. Como exemplo de propostas que são contrárias aos interesses da classe operária temos o sindicato de empresa, isto é, para cada empresa um sindicato, o sindicalismo paralelo, a intensificação do papel assistencialista do sindicato, o pluralismo sindical, isto é, uma central sindical para cada corrente política, etc. Cabe à Oposição Sindical buscar sempre as proposições corretas, levá-las para o conjunto da classe e, através da prática. reforçar as proposições que são efetivamente de interesse dos trabalhadores. Esse papel da Oposição Sindical somente será efetivo se esta tiver a capacidade de submeter sempre o seu julgamento ao critério da classe

A nossa palavra de ordem geral, no plano tático, só pode ser uma: participar da vida do sindicato. Isso significa, na prática, participar da luta e da vida sindical em todos os ampos para levar aos companheiro, permanentemente alternativas de qualidade superior. Ocupar o espaço da vida Sindical significa, na prática, participar de todas as eleições significa participar de todas as assembléias significa organizar os companheiros das fábricas para que participem da vida sindical. O resultado que se pretende com essa presen qual existe, não é levar água para o moinho da atual estrutura sindical tornando-a, aparentemente, mais eficiente. O objetivo que se busca alcancar é transformar alestrutura sindical através da intensificação da luta no seu próprio campo de ação.

Não se trata, nois, de simplesmente ocupar o sindicato pelo sindicato. Para a Oposição Sindical trata-se de ocupar esse espaço de maneira diferenciada daquela que é típica

Em Tempo publica o documento «Contribuição para um Programa de Ação Sindical Unitária». redigido pelo setor Socorro e subscrito por 21

delegados que se retiraram do 1º Congresso da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. Nas próximas edições divulgaremos entrevistas com as duas correntes combativas da OS.

O que diferencia a Oposição Sindical dos sindicalistas tradicionais é que nos queremos ocupar o sindicato através da dinamização da vida sindical ao nível das bases. Para a Oposição Sindical, ocupar o sindicato significa as bases ocuparem o sindicato, traduzindo em prática uma linha de ação sindical correta

É nesse sentido que a sindicalização ampla passa a ser uma orientação básica de luta sindical. É preciso levar os companheiros a participarem da vida sindical para que estes conheçam o seu sindicato, com suas qualidades e seus defeitos. A base real para a sindicalização e massa é a fábrica, e a qualidade da sindicalização dependerá da qualidade do trabalho na fábrica. Mas não é conveniente subestimar a importância da propaganda. Uma campanha de sindicalização bem pensada, articulada com as proposições gerais da luta sindical que a Oposição Sindical propõe, permitirá fugir do tradicional recolhimento a que a Oposição Sindical se obriga durante os períodos de baixa do calendário sindical oficial

Outra orientação básica reside no seguinte: apoiar propostas corretas, venham de onde vierem; e criticar as propostas incorretas venham, também, de onde vierem. E preciso acabar, de uma vez, com a postura infanto-juvenil caracteriza em saber primeiro quem propos para depois decidir a posição a tomar. A democratização da luta sindical vai tender a embaralhar cada vez mais os personagens, e vai exigir cada vez maior lucidez na capacidade de separar propostas corretas de incorretas em vez de pessoas corretas e incorretas. É claro que vai ser muito dificil que notórios pelegos venham a assumir posições que se identificuem com os interesses da classe operária. Mas se, por interesse de sobrevivência político-sindical algum desses notórios pelegos encaminhar na prática alguma proposição que represente um avanço em direção ao sindi-calismo que queremos, há que apoiar a proposta.

OS DELEGADOS SINDICAIS

A nossa luta é por um sindicalismo democrático e unitário. Isso exige que apolemos as acões unitárias. No momen to, e partindo de dirigentes sindicais com mandato sindical pelegos ou não, existem propostas de grande sentido unitário. Trate-se, por exemplo, da unificação das datas-base, da campanha intersindical pela unificação do salário mínimo nacional ou, ainda, do 1º de Maio unificado. Essas propostas devem ser valorizadas pois representam um passo à frente no caminho da ruptura do isolamento que hoje emperra a construção da unidade do movimento sindical brasileiro.

Um grande número de propostas, entre as que foram aprovadas no último Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos do Estado de São Paulo, em Lins, merecem franco apoio da Oposição Sindical É o caso, então, da unificação das datas-base, da campanha pelo salário mínimo nacional, do 1º de Maio unificado, da luta pela revogação da portaria 3437, pelo fim do estatuto padrão, da luta pela livre negociação entre patrões e empregados, da luta pela garantia de emprego Estas propostas representam, se postas em prática, a consolidação progressiva, se bem que parcial, da ação sindical unitária.

Merece especial atenção a proposta do Delegado Sindical na fábrica. Essa proposta não pode ser combatida sem mais nem menos. Entendemos que a questão se coloca nos seguintes termos: se esse delegado proposto, estável e contando com todas as prerrogativas da imunidade sindical for indicado pelas bases através de um processo democrático, isso representará um enorme avanço em relação à situ ação atual em que o sindicato paira acima das fábricas Além disso, desde que se aceite a idéia levantada em Lins. de que deverá haver um delegado para cada 500 (quinhentos) operários, contando titulares e suplentes nas fábricas grandes, já se poderá ter uma espécie de cómissão representativa É claro que a qualidade do delegado sindical vai depender da qualidade do trabalho que existe no interior da fábrica. Em fábricas onde há um bom trabalho sindical, o delegado será representativo. Onde este trabalho ainda frágil. os riscos de uma ação pelega serão sempre grandes

COMISSOES: ORGANIZAÇÃO DEMOCRÁTICA NAS FABRICAS

Deve-se apoiar a iniciativa, buscando conferir-lhe conteúdo democrático. Mas não se node, em hipótese alguma, abandonar a bandeira das Comissões de Fábrica, por estas representam a base futura para qualquer forma pensável de vida democrática no mundo sindical.

Na medida em que a ocupação do espaço sindical comeca necessariamente nas fábricas, é preciso reafirmar uma orientação geral que algumas vezes é esquecida na prática; valorizar as lutas específicas no interior das fábricas. É através dessas lutas específicas (que vão desde a reivindi cação de melhor alimentação no refeitório até a parada por atraso de pagamento) que se vai realizar o aprendizado o mais elementar, mas também o mais fundamental, para a organização da grande massa de trabalhadores. É através desse trabalho que o conjunto de militantes sindicais, que vai encontrar o caminho para a superação da distância que a separa da grande massa de trabalhadores. Em relação a esse ponto é preciso retomar a luta pelas subsedes. Para uma categoria tão numerosa como a do metalúrgicos de São Paulo, dispersa por fábricas agrupadas em bairros cada vez mais afastados da Rua do Carmo, a criação de subsedes é uma exigência para a efetiva participação, real e permanente, na vida sindical. Esse objetivo deve ser conquistado. numa linha de coerência com o que se propôs durante o Campanha da Chapa 3 e durante a última campanha sala

A Onosição Sindical deve tomar a iniciativa da intensificação da participação dos operários na vida do sindicato questões importantes devem passar por discussões e deliberações de assembléias sindicais, e a Oposição Sindical deve tomar a iniciativa da convocação dessas assembléias empre que isso seja importante. A convocação de assembléia é uma prerrogativa dos sócios, e essa prerrogativa não pode ficar nas mãos exclusivas das diretorias.

Uma série de questões importantes podem ser decididas em assembléia. No caso da sindicalização, por exemplo. a assembléia pode decretar uma anistia para os companhei ros que, per razões que escapam à sua vontade, tem um débito grande e que, por não poderem quitar esse débito não conseguem se filiar ao sindicato. Uma assembléia pode propor e aprovar uma campanha de sindicalização, chegando mesmo a abolir, durante um prazo determinado, cobrança da taxa de inscrição que, junto com o preço das fotografias acaba pesando para os companheiros que tem

CONTRA O SINDICATO PARALELO

Assembléias podem decidir que se ponha em prática as decisões dos Congressos anteriores que sejam de interesse da categoria, e que, apesar de aprovadas, até pelas direto-rias, têm sido sistematicamente jogadas para o fundo da gaveta. A lista seria enorme se quiséssemos ir mais longe O que fica claro é que a ativação das assembléias sindicais é um dos caminhos para que as bases pressionem as cúpu las sindicais, levando à prática a proposta de participação da categoria na vida de seu sindicato.

Fica claro, então, que o caminho para a superação da distância que separa a Oposição Sindical da grande massa de trabalhadores não passa pela ilusão de um sindicato pararelo. A superação desta distância passa, isso sim, pelo trabalho paciente de organização no dia a dia da fábrica. passa pela capacidade de consolidar ações unitárias, passa pela capacidade de organizar, planejar e propor as ações massa compreende e reconheça como de seu interesto dos trabalhadores a ocuparem na prática o seu órgão representativo de luta de massas que é o sindicato sem perder de vista, em nenhum momento, que o objetivo é a criação de um sindicalismo autonomo em relação ao Estado, democrático e profundamente enraizado nas bases

Central única, comissões e unidade dos trabalhadores

ma ação sindical unitária e democrática não pode se basear somente em questões gerais ou, então, no estabelecimento de alguns poucos pontos de concordância no plano tático. É preciso articular proposicões gerais unitárias com um programa de ação a curto e médio prazo. Esse programa deve traduzir em prática imediata as proposições gerais.

O objetivo mais geral da luta sindical no Brasil é o estabelecimento de um sindicalismo autônomo em relação ao Estado democrático e profundamente enraizado nas ba Esse objetivo encontra sua expressão mais ampla na luta pela Central Única dos Trabalhadores, e tem a sua expres-são mais particular nas organizações democráticas de representação nas fábricas, como é o caso das Comissões

A Central Única dos Trabalhadores deverá se tornar a expressão mais geral de unidade dos trabalhadores no plano

As comissões de Fábrica deverão vir a ser a expressão mais concreta da unidade sindical ao nivel da base

Hoje seria pura literatura tentar estabelecer um organorama para os níveis intermediários de organização sindi cal. isto é, para aquelas formas de organização que deverão ser constituídas entre as Comissões de Fábrica e a Central Unica dos Trabalhadores, (sindicatos, federações, confede rações, etc). Mas se não é possível prever a forma da montagem do sindicalismo brasileiro do futuro, já é possível e necessário afirmar que ele deverá ser regido por critérios democráticos e representativos em todos os níveis.

O caráter democrático da luta sindical é da maior importância. A luta por um sindicalismo democrático e unitário é uma parte importante das lutas democráticas no seu conjunto. Assim como a luta sindical reforça extraordinariamente o conjunto das lutas democráticas, a própria conquista do sindicalismo unitário está na dependência das conquistas democráticas a serem realizadas pelo conjunto

O CAMINHO PARA ALCANCAR OS OBJETIVOS GERAL

E preciso reconhecer que o caminho para alcançar os objetivos gerais da luta síndical passa pela capacidade de articular a luta pelo sindicato com a luta contra a estrutura

Para a classe operária brasileira o sindicato atual apesar de suas contradições internas, é o seu órgão representativo de massas. Isso ficou provado durante a última campanha salarial, quando acategoria metalúrgica da capital compareceu ao chamado do seu sindicato, estabelecen do na prática uma clara distinção entre sindicato e a direção pelega que se apossou dele.

O sindicato é reconhecido pelos trabalhadores, e é preciso valorizá-lo. Mas ao mesmo tempo é preciso saber trabalhar sobre as contradições do sindicalismo atual, resultantes da sua atual estrutura. Dentre essas contradições há duas a destacar

a. o sindicato é o organismo de massas da classe operária cujo controle e comando está nas mãos do Estado. Esse controle visa dificultar que o sindicato desempenhe o seu papel de instrumento da luta econômica dos trabalhadores.

com todas as implicações políticas dessa luta. b. o sindicato oficial é um organismo de massas da clas-se operária mas a sua direção não representa democraticamente os operários e nem é responsável perante eles. Na verdade, hoje as direções sindicais são responsáveis perante as Delegacias do Trabalho, perante o Ministério do Trabalho, mas não são responsáveis perante suas respectivas categorias. Mesmo aquelas direções que querem ser radical-mente responsáveis perante a classe, são limitados nisso, na

prática, pela estrutura sindical vigente.

A representatividade é um objetivo a ser conquistado Estamos plenamente convencidos de que somente se chegará a um sindicalismo democrático e representativo houver um amplo trabalho de organização dos companheiros através das Comissões de Fábrica. E para que a representatividade se transforme em pressão crescente das bases sobre as direções sindicais, é preciso que cada categoria em particular, e a classe operária em geral ocupe o sindicato.

A ocupação do sindicato pela massa operária, eis o cami-

nho correto para aguçar as contradições internas da estrutura sindical oficial. É preciso deixar claro, porém que a simples ocupação física do sindicato, através da simples presença, não é suficiente. Essa ocupação deve andar junto com uma orientação política correta que não perca de vista os objetivos gerais da luta sindical. Se essa orientação política segura existir, e se os companheiros das fábricas se inscreverem em massa no sindicato através de uma campanha ampla e permanente de sindicalização, ficará claro para todos que essa estrutura que ai está tem que ser mudada. Entre outras coisas, e isso é só um exemplo, ficará claro que o sindicato não pode ser uma peca auxiliar do INPS, pois com o crescimento do número de associados os serviços assistencias que os sindicatos assumiram, mas que devem caber aos órgãos previdenciários, serão ineficientes insuficientes. E se esse exemplo não for basta ter diante dos olhos o impacto que a participação maciça dos metalúrgicos de São Paulo nas assembléias do sindicato, durante a última campanha salarial da capital, produziu não só sobre a diretoria mas sim sobre toda a estrutura sindical brasileira.

Na luta pelo sindicalismo democrático o sindicato atual, com todos os seus defeitos e imperfeições, é uma peça chave, pois é um dos campos principais de luta, ao lado das fábricas. Temos que estar presentes no sindicato e nas fábricas para construir, desde já e na luta o sindicalismo que queremos para o futuro. O sindicalismo que queremos é aquele que vai das fábricas ao niveis mais gerais de organi zação e representação (a Central Única dos Trabalhadores) e deste nível mais geral volta para as fábricas, assegurando a participação permanente dos trabalhadores na vida de seu órgão representativo de massas.

O caminho para se chegar ao sindicalismo que queremos construir aerá longo e dificil. É da maior importância reconhecer que esta luta é parte do conjunto das lutas democráticas. Não se pode separar a luta sindical destas lutas, nem diluir a luta sindical nelas. Não se pode repetir o erro de 1946 quando, com a redemocratização, não se conseguiu levar a classe operária a romper com a camisa de força da estrutura sindical fascista. A luta pelo sindicalismo democrático está ligada à luta pelo conjunto das liberdades democráticas assim como a unha está ligada à carne.

O PAPEL DA OPOSIÇÃO SINDICAL NA LUTA PELOS **OBJETIVOS GERAIS**

A oposição Sindical não pode ser confundida com um organismo de massas e nem com um sindicalismo paralelo. A Oposição Sindical é uma união de militantes sindicais cujo objetivo é a construção de um sindicalismo autônomo em relação ao estado, democrático e profundamente enras

Como união de militantes sindicais, a sua ação se dá no interior da fábrica e do sindicato. Com base nessa presenca na vida sindical e em função de seus objetivos, o seu papel é planejar, organizar e propor a luta sindical, sempre em estreito contato com o conjunto da classe.

Organizar, planejar e propor a luta sindical é compreen dido pela Oposição Sindical no seu sentido mais amplo. Isso vai desde as lutas imediatas na fábrica (luta por melhores condições de higiene, de alimentação, de segurança no trabalho, etc.) até as lutas mais gerais pelas liberdade sindicais e liberdades democráticas.

Se é esse o papel da Oposição Sindical, é preciso reconhecer, na prática, que a execução, inclusive a decisão da execução das propostas não lhe cabe. A decisão da execução cabe a cada categoria em particular e ao conjunto da



Autênticos: impedir as manobras do regime

Na última parte do seu depoimento, José Alvaro Moisés preconiza uma nova estrutura sindical formulada por «autênticos» e oposições.

Por José Alvaro Moisés

momento, a questão mais importante que se coloca talvez seja tentar compreender como se comportarão, até o fim da trégua de 45 dias, isto é, até 13 de maio próximo os diversos ato-res envolvidos nesse conflito configurado pela greve de 1979.

Começando pelo governo é possível dizer que, mesmo da sua perspectiva, éle cometeu erros e acertos. Por um lado, fez tentativas claras de quebrar as novas lideranças sindicais que surgiram no ABC. E isso se deve a uma razão muito simples: o autoritarismo não está preparado políticamente e, portanto, não aguenta o confronto com interlocutores que tenham uma ampla hase popular de apoio. Ao decretar a intervenção, o regime decepou, momenta-

neamente, as lideranças do movimento de mansas (e isto, sempre em situações como essa, desarvora as bases e prejudica a continuidade do movimento). Mas o que b governo não contava é que o movimento pudesse presseguir, até mesmo para exigir a volta de suas lideranças. E é por isso que, mesmo a contragosto, o regime foi obrigado quase que a recuperar as lideranças do ABC - de modo particular. Luia - para poder ter algum canal de comunicação com a nalhadores da região. Neste caso, o governo sa hia que o MDB era inutil e que a Igreja era insuficiente para um diálogo que se enraizasse, efetivamente na massa.

Se é que era necessário continuar negociando com a massa, como a situação concreta indicou que sem as lide ranças tinham que ser chamadas de volta, de alguma forma, mesmo com o risco de sair fora da lei, como aconteceu. E é por isso que o governo, através do ministro Murilo Macedo, teve de assumir alguns compromissos que deixou bastante surpresos alguns observadores.

DUAS PERGUNTAS

Aqui, duas perguntas se colocam: Primeiro, como imaginar que o governo pudesse agir de outra forma, dentro da anunciada política do presidente Figueiredo, de realizar algum tipo de «abertura», qualquer que seja ela? Era impossível para o novo governo, dentro da situação criada, dar uma demonstração de força e, ao mesmo tempo, deixar de logo voltar atrás e anunciar que desejava continuar o

Mas agora vem a segunda pergunta. O problema consiste em saber até onde o regime está disposto a ir. Quer dizer, terminada a greve, tendo os trabalhadores voltado ao traba lho, o regime não pode agora, simplesmente pressionar pela aceitação do acordo homologado pela Federação dos Metalúrgicos no Estado de São Paulo, pois isso seria inaceitável para as liderancas, para não falar da massa de trabalha-

Por outro lado, o problema que enfrentam as lideranças sindicais também não é fácil de ser equacionado, pois, para menter sua capacidade de mobilização e, mesmo a confiança das bases, elas vão precisar conquistar nas negociações algum compromisso que seja aceitável para a massa isto é, algo que, em algum sentido, responda à reivindicação de ndo ter os 11% conquistados na greve do ano passado. descontados do aumento que venha a ser acordado para

UM PONTO DE HONRA

Para as lideranças sindicais, esta é uma questão muito dificil e contraditória, pois, como alguma delas tem repetido insistentemente nas últimas semanas, este é um ponto de houra para as bases. O problema está em saber se o regime está em condições de ao mesmo tempo que suspende as intervenções nos sindicatos, concordar com esta reivindicação que - diga-se de passagem - é contraditório com a sua

Quanto aos empresários - deixando de lado, por hora, a posição das pequenas e médias empresas - é evidente que estão, ao mesmo tempo, numa situação cômoda, mas cheia de mai-estar. Durante a greve, a DRT, a Justica do Traba lho e o governo atuaram claramente, a seu lado, pressio-nando es trabalhadores pelo fim da greve. Neste caso, ficou evidente durante o conflito social - que, no fundo, remete à natureza de classe da sociedade capitalista - que os empresários são fortes são apenas perque têm o controle do capi tal em suas mãos, mas porque todo o aparato jurídico e institucional labora, na maior parte das vezes, a seu favor.

O problema é que, numa situação autoritária, como a que vivemos no Brasil, a burocracia dirigente não é uma representação, pura e simples, do capital dentro do Estado ainda: quando o regime autoritário, como é o caso da atual situação brasileira, precisa se «liberalizar» por razõe: de sua própria crise interna, algum tipo de concessão ainda

DIVISAO ABERTA ENTRE OS EMPRESARIOS

Ora, isto complica todo o quadro, pois os empresários. embora comodamente instalados na solidariedade inicial que tiveram por parte da política do Estado, vão ter agora que rever a sua rigida posição de não fazer penhuma concessão além do acordo estabelecido com a Federação dos Metalúrgicos. E, como se sabe, mesmo entre os principais empresários tá existe uma divisão aberta la respeito dessas questões e está muito claro agora que apesar de ter sido o regime que estimulou os empresários a não conceder 1% a mais que os 63% inicialmente acordados com os similcatos do Interior, que existe muita gente dentro da Flesp que não quer simplesmente manter a posição imobilista

Observe-se, à margem, que, a esta altura, a tese da necessidade de negociações diretas entre trabalhadores e patrões já foi deixada ao largo. Ao contrário do que pediam no ano passado os líderes sindicais «autênticos», e muitos dos empresários envolvidos na greve atual, o Estado, através do Ministério do Trabalho, voltou a desempenhar o papel de vértice mais importante desse triângulo, que tão bem resume a legitimação do conflito social no Brasil. Que soluções imaginar para essa situação?

Sempre especulando, e longe de pretender sugerir. sequer, normas de ação para o movimento social, creio que é possível imaginar pelo menos duas hipóteses principais. A

primeira supõe uma imensa capacidade de autecipação politica per parte de regime, de tal ferma que consign retirar a iniciativa das mãos da classe trabalhadora, que defla grou a greve, para paralisar a capacidade do movimento de criar novos eventos na cena política.

Para que isto acontecesse, seria necessário que o regime comeguiase imobilizar, de modo quase absoluto, as liderasças sindicais. E foi isso aliás, que se tentou faser, com a intervenção, mas sem o esperado sucesso. Entretanto, vale a pena recordar que o governo Figueiredo conseguiu ganhar empo e espaço político onde pudesse inscrever, em meio ao quadro imobilista das oposições democráticas (inclusive do MDB), uma nova iniciativa de natureza autoritária: a ananciada reforma da CLT, que vai sendo feita «por cima», sem a norticipação dos diretamente interessados, apesar das ideranças operárias virem, há anos, lutando contra a estru-

A OPOSICÃO DEMOCRÁTICA VACILA: O REGIME AVANCA

Cabe observar que esta capacidade de retomar a iniciativa, por parte do regime, se deve também ao fato de que as oposições democráticas brasileiras, de medo particular os liberais e a esquerda dentro do MDB, não foram capazes de definir uma perspectiva própria em face dos passos re centes da crise da estrutura sindical, provocada pelas greves do ano passado e de 1979.

Quer dizer, o regime vai ocupando um campo de iniciati va que, tradicionalmente, seria próprio das oposições democráticas. A elas caberia, no momento em que a crise da estrutura sindical chega ao seu auge, propor perspectivas para a transformação política dos sindicatos em verdadei ras organizacões de mobilização da massa trabalhadora. O regime autoritário, que tão bem conviveu durante 15 anos com a estrutura parafacista do sindicalismo, só tem a ousa dia de tomar a iniciativa da mudança da CLT porque ninguém das oposições democráticas - nem os liberais, nem a esquerda — propôs, até o momento, nada para mudar a lei de greve e a estrutura sindical.

Em suma, o regime toma a iniciativa e ganha a frente são apenas porque sabe ousar, mas também purque os seus adversários deixam o campo livre para ele. A pergunta que pode ser feita, ao menos para os chamados «autênticos» do MDB. é porque ninguém até agora crion uma comissão de alto nível, com a participação das lideranças sindicais «autênticas» e das oposições sindicais, para formular um projeto de reforma da estrutura sindical. Por outro lado resta saber que nova desculpa esses setores políticos vão apresentar se acontecer de o governo Figueiredo preparar, ara o dia 1º de maio, um «pacotinho» com a reforma auto ritária da CLT, acompanhada da suspensão da intervenção

SUPERANDO AS LIMITAÇÕES

A segunda hipótese, que pode ser considerada mais otimista, depende, em grande parte, da capacidade de inici-ativa das próprias lideranças sindicais. Não resta dúvida

que a intervenção nos sindicatos do ABC criou condições dificeis para a continuidade do trabalho dessas lideranças. Entretanto, como elas já demonstraram que são capazes de fazer, a completa recuperação do papel dessas lideranças underá depender, entre outras coisas, de sua canacidade de reprimir uma mudança qualitativa nos rumos do movi-

Os préprios lideres sindicais sabem que, para manter a ixação necessária à deflagração de uma nova greve, caso isso venha a ser necessário, dependem de sua capacidade, de superar, na prática os estreitos limites da estrutura sindical. Ou seja dito que estamos diante de uma situação extremamente rica em termos de experiência política mas que é, ao mesmo tempo, bastante ambigua: existem lideranças capazes, com imenso apoio de massa, mas sem o controle dos organismos de defesa da classe trabalhadora para deflagração de uma nova greve, no momento em que fracassaram as negociações. Essa situação é bastante ilustrativa do desgaste que alcançou a estrutura sindical oficial

sos que as lideranças sindicais «autênticas» venham a dur, no prática, para estimular o desenvolvimento do sindicalismo de massas, para o qual a grande greve acenou. Hoje, não se trata mais simplesmente, de denunciar a estrutura sindical oficial. Mesmo porque há um consenso geral sobre o seu anacronismo e, diria mesmo, que ela não serve mais não só para os trabalhadores, mas nem para as multinacionais, nem para o governo.

De vários lados aparecem propostas de modificação da CLT. O problema, politicamente falando, está em saber quem vai ser capaz de dirigir o processo de transformação da estrutura sindical brasileira. E isto é uma coisa para a qual as lideranças sindicais «autênticas» do ABC estão certamente preparadas. (o mesmo, aliás, se pode dizer das

LEVAR A DEMOCRACIA **AS FÁBRICAS** A solução da greve de 1979, prevista para o próximo dia

13 de maio, passa, certamente, pelo atendimento das reivindicações de cunho salarial, mas se o que se quer é alcançar uma vitória mais séria para o movimento operário, é importante ter em conta que essa solução terá que passar pelas importantes questões a que a reivindicação do delegado sindical aludia no início da greve.

Trata-se de ver se é possível levar o processo de demo-cratização da sociedade até o plano das fábricas, pois é isso que a reivindicação do delegado sindical significa, em última análise. Por outras palavras, trata-se de saber se será possível manter viva, durante esse período de trégua, a reivindicação que no início da greve de 1979 levava mais longe as perspectivas políticas do movimento. Isto é, as perspectivas que aludiam ao combate à estrutura sindical autoritária e à conquista da liberdade de organização operá-

É bastante provável que se possa esperar das lideranças do ABC uma solução, para a greve, que não se circunscreva de modo imediato às reivindicações salariais, que certamente são muito importantes. Entretanto, após a experiência desta enorme greve de massas e do trauma provocado pela intervenção, a massa de trabalhadores do ABC deve estar na expectativa de alguma solução que signifique não se dobrar aos patrões e, por outro Jado, obter um saldo organizatório para as experiências e as lutas que ainda estão por vir. Parece que adiantaria, após a contraditória experiência deste ano, recuperar, simplesmente, a direcão do sindicato que se inscreve no quadro de uma estrutura sindical tão limitada. É precise ir mais adiaute agora e este mais adiante aponta na direcão da democratização do sindicalismo e na criação de melhores condições para a intervenção das bases operárias nas decisções sindicais.

Isto, aliás, é um ponto sempre enfatizado pelas liderancas sindicais do ABC. E é certo que, se há alguém, no atual quadro político, capaz de impedir que o regime ocupe. simplesmente. • espaço das oposições democráticas e. de resgatar os erros e as incapacidades dos setores mais avancados das oposições, como é o caso do MDB, que não foram capazes de definir uma perspectiva própria em face da questão, esse alguém são as lideranças sindicais «autênticas», que se formaram no país nestes últimos anos. Isto é

MUDAR A CLT

Ninguém melhor que essas lideranças para, talvez, dar o passo qualitativo inicial que signifique superar a simples denúncia da estrutura sindical por uma proposta para suplantá-la na prática e na Lei. As leis, como se sabe. só são legitimas quando espelham a vontade popular. E, no que diz respeito à estrutura sindical brasileira, já existem interlocutores políticos com legitimidade suficiente, e com o annio de base necessário para dizer quando, onde e como a estrutura do sindicalismo deve mudar. Não há razão para que as oposições populares deixem

esta bandeira nas mãos dos dirigentes do regime autoritário, cuja tradição ditatorial e elitista indica claramente onde podem ir. Já as lideranças sindicais «autênticas», que se formaram nos áltimos anos, têm todas as condições para dar os primeiros passos na direção da criação de uma comissão de alto nivel, formada fundamentalmente por lide ranças operárias, para propor a mudança da CLT. Como essas lideranças da provaram a sua vocação democrática, é certo que sahento ouvir outras correntes e outros setores do movimente opesicionista, como é o caso das Oposições Sindicais que, nos diversos setores sociais, vém crescendo nos últimos tempo. Isto para não falar de velhos sindicalistas brasileiros, que tanto lutaram no passado e que ainda estão vivos para dar o seu testemunho e a sua contribuição à transformação dos sindicatos em verdadeiros organismos de

Uma solução desse porte talvez permita situar, de modo mais justo, a dimensão e a importância que já assumiram, na politica brasileira, as lideranças sindicais cautênticas». Talvez uma iniciativa nessa direção permita superar não ape nas os imposses da greve, mas também o imenso vazio deixado pelo imobilismo das oposições democráticas e populares, que, no episódio dessa greve, foram pródigas em demonstrar a sua solidariedade aos grevistas, mas inúteis para a definição de uma perspectiva alternativa para um movimento histórico da sua importância.

Dia de festa e luta dos trabalhadores

Do Ciapoque ao Chui, este Primeiro de Maio será bem diferente de tantos quantos já foram realizados sob os auspícios e sob o controle da ditadura militar. Em todas as capitais, com maior ou menor grau de organização e de comparecimento de massa, que deverão conresponder ao nível de luta e combatividade alcançados em cada região, os sindicatos, associações de trabalhadores e oposições stadicais promoverão e participarão dos Atos Unitários de 1º de Maio.

O maior deles é mais do que certo, será mesmo em São Bernardo do Campo, em São Paulo, onde o Estádio de Vila Euclides será usado para reunir uma multidão que os menos otimistas estimam em 100 mil pessoas. 56 sindicatos de trabalhadores estão promovendo o acontecimento, o primeiro feito independentemente do governo e dos patrões (nenhum ministro ou autoridade governamental está convidada; se aparecer é de penetra). Liderados pelos sindicatos mais combatidos e pelas antigas diretorias passadas de São Bernardo, Santo André e São Caetano, o ato deverá constituir-se numa preparação para a deflagação de lutas importantes dos trabalhadores: no domingo seguinte, os metalúrgicos de São Bernardo voltam ao mesmo local para decidirem se aceitam a micharia proposta pelos patrões. E a partir dai também que a oposição sindical pretende lançar a campanha pelo aumento imediato de 30% entre os metalúrgicos de São Paulo, botando mais uma vez o pelego Joaquim dos Santos Andrade contra a parede. Joaquinzão, aliás, o arqui-traidor esta-

rá firme no palanque em Vila Euclides. Vai posar de combativo, assim como um monte de pelegos mais, misturando-se com os sindicalistas «autênticos» da nova safra, sem dúvida uma companhia incômoda e pouco recomendável, fruto de uma sempre difícil política de unidade sindical.

É por não tolerar a presença do maior interventor da América Latina, homem de confiança do governo, membro do diretório da ARENA, que as oposições sindicais revindicam o direito à palavra no ato unitário. Não de oposição biônica e sem representatividade, mas de trabalhadores cuja legimitidade é obtida no trabalho de organização dentro e fora dos sindicatos, combatendo a mesma estrutura sindical que os sindicalistas autênticos pretendem destruir e enquanto os Joaquins da vida só pretendem preserválas e cujo melhor exemplo é a Oposição Metalúrgica de São Paulo. E que equivocadamente, devido à maioria formada pelas direções conciliadoras, estarão sem

NOS ESTADOS

voz nesse ato.

Enquanto em Osasco as comemorações começam no dia 27, com um debate sobre «A mulher e a Luta do Trabalhador», marcado para as 19 horas no Sindicato dos Metalúrgicos, prevendo a realização de torneios esportivos, shows, projeção de filmes e uma concentração com dirigentes sindicais e os populares, marcada para o dia 29, à tarde no Ginásio José Liberati, numa promoção dos Sindicatos dos Metalúrgicos, Químicos, Comerciários, Bancários de São Paulo e Osasco e Têxteis de São Paulo, Osasco e Barueri, estão previstas manifestações importantes nos diversos Estados.

Do Ciapoque ao Chui, este Primeiro de Maio ninguém quer piquenique e futebol patrocinado do governo.

Neste Primeiro de Maio ninguém quer piquenique e futebol patrocinado dical no dia 29, um bailão no Sindicato

Os trabalhadores decidiram comemorar à sua maneira o seu dia, organizando Atos Unitários nos Estados.

Neles reivindicarão o direito de greve.

garantia no emprego;

liberdade e autonomia sindical.

salário-mínimo real unificado

ao mesmo tempo em que protestarão contra a carestia.

Em Minas Gerais, o governador nomeado Francelino Pereira vai anunciar a construção de uma grande praça de esportes para os trabalhadores. Mas estes, nem te ligo. Estarão mesmo participando da Missa marcada para a praça da CEMIG, na Cidade Industrial, às 8:30 da manhã e para o ato público que os sindicatos do Petroleiros, Rodoviários, Construção Civil, Gráficos e Associação de Sóciologos, Movimento do Custo de Vida, DCE da UFMG e (DBA promoverão na Praça do Trabalhador, ainda na Cidade Industrial. Também em João Monlevade haverá concentrações, o mesmo ocorrendo em Nova Lima, onde os mineiros vão mostrar que não pretendem mais «entregar de graça o «ouro

pros bandidos», isto é, os patrões sulafricanos que exploram as jazidas auriferas daquela cidade.

Na Bahia, o governo vai ver o que o trabalhador baiano tem»: muita vontade de derrubar a estrutura sindical e assumir as grandes bandeiras de lutas já levadas pelos trabalhadores do sul. Metalúrgicos, Petroleiros, Comerciários, Bancários, Químicos, Portuários, Gráficos, Jornalistas, Motoristas da Marinha Mercante e Navais vão concentrar-se no Colégio Dois de Julho, no Gárcia, no centro de Salvador, às 14 horas, para protestar contra a política salarial do governo. E não vão faltar peças de teatro e shows de música com alguns dos melhores cantores populares da Bahia.

dical no dia 29, um bailão no Sindicato dos Trabalhadores no Fumo, no dia 30 fazem parte das comemorações do 1º de Maio em Porto Alegre. E para mostrar que num só de fandango vive a gauchada, estão previstos cinco debates («As lutas dos Trabalhadores no Brasil hojen no dia 23, no Sindicato dos Metalúrgicos, «Moradia Popular», no Sindicato do Vestuário, no dia 24, « As novas leis trabalhistas», no Vestuário, no dia 25, «Reposição Salarial e Custo de Vida», na Federação dos Amigos de Bairro, no dia 26, «Saúde e Acidente do Trabalho) no Sindicato dos Gráficos, no dia 30. No dia 27, no Sindicato dos Bancários haverá a apresentacão do Documento oficial da Semana Sindical Independente que deverá culminar com uma grande concentração popular no dia 1º, realizada no Estádio do Reko. Segundo as duas Federações 19 Sindicatos, associações e entidades populares que organizam a «Semana Sindical Independente» ninguém quer bajulação

do governo: «não queremos festas e homenagens a autoridades e confraternizações com os patrões. O 1º de Maio é um dia de luta. Queremos o que é nosso: a riqueza do país que é criada pelo nosso trabalho».

Em Santa Catarina o 1º de Maio será bem diferente daquele de 1974, quando Geisel foi se «confraternizar» com os trabalhadores de Johnville. Neste ano, ele será marcado pela elaboração da Carta dos Trabalhadores do Sul de Santa Catarina, que o encerrará o Simpósio «O MDB e as liberdades aos Trabalkadores» realizado em Criciúma Liberdade Econômica, Liberdade Socio-Cultural, Liberdade Política e a Libertação dos Trabalhadores e o 1º de Maio» serão alguns dos temas do encontro, que ocorre num momento em que os mineiros do carvão, metalárgicos e motoristas se preparam para entrar em greve caso os patrões telmem em não lhes pagar a reposição salarial referente ao roubo de 1973, já reconhecido pelo Tribunal Regional do Trabalho.

Um mês depois a garra aumentou

Nem mesmo em dia de quermesse a pracinha da Igreja Matriz de São Bernardo tem ficado tão apinhada de gente, como costuma acontecer nos domingos, desde que o Quartel General dos Metalúrgicos foi transferido para lá. E o clima é mesmo de festa, que o digam os sorveteiros, pipoqueiros, vendedores de milho verde e proprietários dos bares das redondezas.

E a combatividade e a vontade de lutar do povão, então, está uma coisa séria, para incréu nenhum botar defeito. E quem afirma, como dizia o velho samba, «não sou eu nem ninguém»: são os operários da Polimatic que paralisaram o serviço porque os patrões avisaram que iam descontar os 15 dias parados em cinco parcelas, ou o pessoal da Taunus que fez o chefão mudar de idéia e deixar de descontar os mesmos dias no pagamento do dia 10, ou os da Schuller que não aceitaram, paralisando o trabalho, que os 15 dias fossem considerados como «empréstimo» Situação que se repetiu em São Caetano e Santo André, na Kodama, Metalúrgica São Justo, Sermar, na General Elétric, na Laminação Nacional e num monte de outras mais.

«ESTAMOS MELHOR PREPARADOS»

E para quem dividava, é só ver o gelo que os fura-greve estão enfrentando no trabalho, as porradas que muitos deles receberam do pessoal mais exaltado, as queixas dos patrões de que a situação não está se normalizando na produção, conforme divulgou a revista Exame, porque os trabalhadores se negam a fazer horas extras.

E são as horas extras, uma arma nas mãos dos patrões, pois permitem que eles façam estoques para se preparar para a eventualidade de nova greve, que o Lula e a diretoria tem combatido, «hoje mais do que nunca», como afirmou o Luis Inácio. Ele, a diretoria e a comissão de salário não escondem o sorriso de orelha a orelha quando falam que os trabalhadores «estão mais afiados do que navalha nova», prontos para outra.

«Estamos muito mais preparados agora do que antes, afirmou o Lula no domingo, 20, na concentração realizada por uns cinco mil trabalhadores, na saida da missa. «A volta ao trabalho permitiu que nos organizemos melhor, déssemos uma descansada para prosseguir parados de novo se não formos atendidos». Para ele, um mês após o retorno, o balanço é só um «paramos

no momento certo, nem uma hora antes, nem depois». Os trabalhadores estão mais firmes do que nunca. E se pararmos de novo, afirmou que 90% dos mensalistas vem com a gente».

E é justamente essa postura dos dirigentes de São Bernardo que vem desagradando o governo do Figueiredo e os patrões: pudera, eles pensavam que depois da intervenção e da suspensão da trégua, Lula e seus diretores fossem botar a viola no saco e cantar noutra freguesia (e teve muita gente boa que pensou assim também). E a desilusão veio logo, quando por palavras e atos, por declarações à imprensa, nos discursos pra massa, nas reuniões nas portas da fábrica, na distribuição dos jornais eles mostraram que não iam deixar a peteca cair.

E quem pensa que vai haver transação para voltar ao Sindicato, aqui vai o recado dado no último domingo: «só voltamos para o sindicato de cabeça erguida e se pudermos fazer o que fizemos até hoje. Do contrário podem ficar com o prédio. Porque a dignidade dessa diretoria não tem preço». As palavras do Lula mostram que a experiência dos últimos 30 dias, quando passaram a dirigir os metalúrgicos de São Bernardo lá da Igreja Matriz fez com que eles entendessem que «sindicato não é o prédio, não é feito dentro do prédio. É feito nas ruas e nas fábricas, pelos trabalhadores de mãos dadas».

Previdente, porque há muito boato de que o governo, se prevalecer a vontade do Mário«Pudim» Simonsen pode engrossar, «botar até tanque na rua», o presidente do sindicato dos metalúrgicos alerta a base. «Aconteça o que acontecer com a diretoria e com a comissão de Salários, vocês já sabem o que devem fazer».

E os metalúrgicos de São Bernardo sabem mesmo o que vão fazer no dia 13 de maio, data em que será realizada a assembléia, transferida do dia 10 para que a moçada possa tomar uma decisão mais tranquilla, com o pagamento do mês de abril no bolso: naquele dia, aniversário da libertação dos escravos e dia das mães, «o presente mais bonito que vocês vão dar pra mãe de vocês é comparecer ao Estádio de Vila Euclides prá gente tomar nossa decisão», insistiu o Lula.

E sobre a proposta dos patrões, que generosamente queriam dar mais dois por cento de aumento, (chegando a 60%) para os trabalhadores que ganham entre três e 10 salários mínimos, não houve nem papo (TD)

Patrões ficam a ver navios

Depoimento de um representante da Comissão de Salário e Propaganda dos operários navais de Niterói que continuam em greve.

«Desde o ano passado, quando da campanha salarial pelos 20% acima do indice estipulado pelo Governo, diversos companheiros sentiram a necessidade de tirarmos uma Comissão de Propaganda e Salário. Esta comissão, entre outras tarefas, estava principalmente encarregada de manter os trabalhadores mobilizados, sendo tirada com muita dificuldade. No entanto, graças à combatividade de alguns companheiros, foi possível trazér a luta até o estágio atual.

Inicialmente composta de 13 companheiros de diversos estaleiros, começamos a nos reunir semanalmente para elaboração de boletins informativos e convocatórios, já que o jornal do sindicato não vinha sendo editado. A partir de então, passamos a fazer uma campanha de sindicalização que era, no momento, o único meio que tinhamos para conseguir fundos para que o jornal voltasse a ser editado, e com uma página em aberto para a participação dos trabalhadores».

MOBILIZAÇÃO CRESCENTE

«As assembléias foram crescendo até à sessão que decidiria a greve, que mesmo não tendo ainda sido decretada, ocasionou uma vitória parcial, pois obtivemos aumentos escalonados de até 15%.

«Iniciando em Janeiro a campanha salarial de 1979 foi convocada a primeira assembléia geral com a participação de apenas 82 companheiros, quando ficou decidida a forma de encaminhar as reivindicações: convenção coletiva e assembléia permanente. A sessão seguinte, no mesmo local da anterior, isto é, na sede do Sindicato dos Operários Navais de Niterói já contava com 285 companheiros presentes

Para a obtenção do quorum minimo de setecentas assinaturas para o encaminhamento da convenção coletiva, um grupo de companheiros com grande ânimo de luta conseguiu, não só dentro do sindicato como também nas fábricas, sobretudo nas reuniões em hora de almoço, aumentar a participação para aprovação do conjunto de reivindicações. Dessa forma conseguiu-se reunir na sessão seguinte cerca de 1300 companheiros, quando foi aprovada a minuta de reivindicações.

AS REIVINDICAÇÕES E A GREVE

«As principais reivindicações eram: 1)
quadro de carreira com piso salarial de Cr\$
4.680,00 e teto de Cr\$ 13.000,00; 2) estabilidade
para a comissão de fábrica; 3) acréscimo de
35% sobre o salário-base relativos à insalubridade; 4) férias em dobro; 5) 100% nas horas
extras; 6) semana de 40 horas.

Na sessão seguinte, com aproximadamente 4000 participantes, ratificamos nossa posição e estipulamos um prazo de 20 dias para que o sindicato patronal se pronunciasse, o que não aconteceu.

Diante do silêncio dos patrões, marcamos nova assembléia para o dia 16 de abril, à qual compareceram 8.000 operários, tendo sido formada uma comissão com dois operários por empresa para participar das negociações diretas.

Até então, sem nenhuma resposta do sindi-

cato patronal (SINAVAL), deflagramos a greve por tempo indeterminado, programando assembléias diárias para mobilização dos operários navais». «Na véspera da deflagração da greve, dois

«Na véspera da deflagração da greve, dois companheiros da comissão de negociações foram demitidos, sendo logo a seguir readmitidos diante da força que adquiriu o movimento.

A primeira contraproposta patronal foi, rasgada em assembléia por um companheiro por ser considerada ridicula. A segunda também foi rejeitada. A terceira contraproposta, em clima de tensão, foi aceita pela assembléia. Porém, na hora de ser feita a homologação, no dia 28, os patrões recuarans. Resolveu-se então continuar a greve até que sejam atendidas nossas principais reivindica-

NOVAS REIVINDICAÇÕES

«O recuo e a irredutibilidade dos patrões deram novo ânimo à nossa luta. A assembléia de 2º feira, dia 23, foi marcada pela revolta dos presentes ao não cumprimento do acordo proposto pelos patrões e já aprovado pela Assembléia anterior. O piso de Cr\$ 3.000,00 proposto pelos patrões passou a ser considerado insatisfatório por todos, face ao novo salário mínimo a ser decretado em 1º de maio, passando a ser reivindicado Cr\$ 4.200,00 como piso.

Além deste piso salarial, as novas reivindicações, aprovadas pela unanimidade dos 8.000 metalúrgicos presentes, passaram a ser:

1) Aumento de \$5,6% para os que ganham de Cr\$ 4.200,00 a Cr\$ 6.340,00; de \$4% na faixa de Cr\$ 6.340,00 a Cr\$ 7.208,00; 30,6% na faixa de Cr\$ 7.200,00 a Cr\$ 10.000,00 e 48% para os que ganham mais de 10.009,00; 2) Acréscimo de 35% sobre piso de Cr\$ 4.200,00, relative à insalubridade; 3) adicional de 100% sobre as horas-extras trabalhadas; 4) garantia de emprego para todos os grevistas; 5) pagamento dos dias em greve.»

Luta operária na Zona Leste de São Paulo (5)

Nas torres de petróleo a força do PC

Mais uma vez o camarada Gildo. Como novo secretário de agitação do Comitê da Zona partiu dele a idéia de levantar uma torre metálica, em praça pública, para reativar a campanha do petróleo, que estava meio esquecida.

Por Antonio Carlos Felix Nunes

Era uma bela manhã de domingo. E. como de costume, o largo da Penha fervilhava de pessoas. Umas ociosas, encontando-se por ali, na expectativa das conversas banais; outras vinham em busca dos jornais ou de uma loja aberta para compras que não puderam fazer na véspera; outras estavam simplesmente de passagem, à espera do bonde ou a caminho da missa.

Seria um domingo rotineiro, se hoje o largo não amanhecesse ornado por aquela gigantesca torre metálica, a elevar-se comoumespigão entre os prédios mais altos da praça. Também, pudera! Os camaradas metalúrgicos, integrantes da base local, trabalhavam com destreza e perfeição, mostrando quanto eram bons profissionalmente. O serviço foi executado durante a madrugada, com a cobertura de outros camaradas, colocados de sobreaviso, nas imediações, para evitar um confronto com a polícia. A tarefa foi cumprida em menos de duas horas.

Em forma de pirâmide, era uma torre bem acabada, a simbolizar o mecanismo dos poços de petróleo. No seu pico, tremulava a bandeira brasileira, ao lado um cartaz com a frase bem yisível: «O petróleo é nosso!» A

torre se tornou alvo da admiração dos presentes. Um senhor gordo, ao apanhar o exemplar do seu jornal, comenta com o jornaleiro: «Coisa dos comunistas. Eles são persistentes e ousados. Um dia acabam vencendo». Perto do comentarista, Gino, Cecilia e Gentil sorriem entre si. O povo já percebera que aquilo fora obra do Partido. E isso é muito bom. Os três vieram sentir a reação da massa, e essas coisas ditas por populares são importantes para suas análises. A campanha do petróleo já estava meio esquecida, e uma ação dessa poderia reativá-la — o que seria decisivo para os próximos planos políticos do Partido.

A defesa do petróleo brasileiro, em que pesem as várias vitórias obtidas na área (Getúlio Vargas criou a Petrobrás, sob pressão) desde o grito de Monteiro Lobato, ainda era uma grande bandeira de luta empunhada pelo PC. Sabotada por governos titeres, 'serviçais do imperialismo ianque, a reivindicação unia comunistas e nacionalistas numa cruzada interminável. Ambos já haviam tido seus mártires. Por vezes, o movimento ensejava estranhas alianças políticas, nas quais dispares tendências ideológicas acabavam momentaneamente se harmonizando. O Partido tinha suficiente experiência dessas frentes únicas, sabia quanto elas lhe poderiam render em matéria de popularidade e de divulgação de sua plataforma revolucionária. Por isso, essa campanha continuava válida neste ano de 1955.

Partiu de Gino, o novo secretário de agitação do Comitê de Zona, a idéia de levantar essa torre. Tinha ele mania de eventos espetaculares, nem sempre viáveis. O de hoje, entretanto, havia dado certo. Com um sorriso largo, Gino agora ouve atento as conversas dos populares. Procura penetrar, como fazia sempre, o sentido das palavras, recolhendo subsidios para idealizar outros feitos bombásticos. Uma conclusão já tinha tirado: torres como essa deveriam ser erguidas em outros bairros. Os camaradas metalúrgicos mostraram ser isso possível.

Vai tecer-lhes rasgados elogios na próxima reunião da célula, e assim, estimula los para outras realizações desse porte. O fato de estar o Partido ali presente, como que materializado naquela armação de ferro e cercado da admiração popular, há de enchê-los de alegria e orgulho. Isso deve ser levado ao conhecimento de todos os camaradas das bases, para que se convençam de que seus projetos fantásticos, não poucas vezes repelidos, são realizáveis, Falou bem o senhor gordo: se todos fossem realmente persistentes e ousados, nesta manha domingueira o Partido estaria mostrando sua feição de aço para o povo de muitos bairros.

Entretanto, em reuniões de outros organismos a sua proposta tivera uma fria acolhida. Muitos camaradas acharam-na extremamente impraticável. Como erguer uma torre em praça pública sem que a policia tomasse ciência e chegasse antes da tarefa concluída? Missão complexa e demorada, bem diferente de distribuir panfletos, pichar um muro, colocar uma faixa no pontilhão da via férrea. Essas tarefas eram realizadas em poucos minutos, mas erguer uma torre ocuparia muitos homens e demandaria horas de trabalho.

Mas Gino, tanto insistiu, que acabou encontrando uma célula que topasse a parada. E ei-lo, agora, orgulhoso de sua vitoriosa iniciativa. Dirige um olhar alegre a Cecília, e lhe externiza o pensamento:

— Bonito, não! Temos agora de plantá-la no Tatuape, na vila Califórnia, na praça Silvio Romero... Essas torres são como as botas do Partido. E onde houver um largo, uma praça, um jardim, lá devemos pisar, a fim de que o povo saiba que somos gigante indomável e em nos acredite e confie».

Cecília não se empolgou muito com a retórica de Gino. Restabelecia-se do choque causado por aquele terrivel golpe infligido à organização fabril que fundara e ajudara a crescer, dando o melhor de si. De alguma forma,

sentia-se culpada pela admissão do tira Ferrante na célula. Porquanto, já se julgava suficientemente tarimbada embora não fosse tão antiga no Partido, como o Gino, que vinha da época da ditadura do Getúlio - para ter desconfiado daquele entusiasmo do recém recrutado militante. Sua obrigação seria mantê-lo em banho-maria, não lhe atribuir tantas missões importantes, as quais acabaram pondo-o em contato com alguns segredos da vida orgânica do Partido. Ao invés disso, deu asas ao Ferrante, na maior boa fé, só porque ele veio com aquela disposição incrivel de promover a luta parti-

Se Gino não o reconhecesse naquela fatidica reunião ampliada, ele seria hoje o secretário político do novo Comitê de Empresa. E tudo por sua causa, que chegou a apontar o policial para ocupar o importante cargo.

Depois desse incidente, Cecilia ficou muito abatida, ameaçou renunciar à sua atividade de «coringa», pensou em ganhar a vida na profissão de tecelā. Deixaria a militância e voltaria à sua condição inicial de membro de uma base qualquer. Porém, foi incentivada a continuar pelo próprio camarada Gino. Este, usando sua jeitosa maneira de convencer, fez com que Cecilia se conformasse com o desastre e se desfizesse daquele sentimento de culpa.

Afinal, todos os escaldes do Partido estavam sujeitos a infiltração policial. E a polícia em si, na verdade, era menos perigosa do que seus colaboradores gratuitos. Gino recordos-lhe dos casos havidos até o Comité Central. Delatores camuflados assunivam altos cargos relacionados com a autistificia do Partido, como a tesouraria, e nelas permaneceram longos amos. Sagnita, personagem do «Subterrâneos da Liberdade», de Jorge Amado, fora um exemplo disso: no tempo da ditadura revelou sua verdadeira face e entregou quase todo o CC.

O Partido dera umas férias a Cecilia, após a descoberta do tira Ferrante. Na volta, ela foi cooptada pelo próprio Gino, que sempre desejou te-la no Comitê de Zona, atuando ao seu lado. E, nesta condição, os dois estão nesta manha de domingo observando o comportamento da massa diante da torre de petróleo. Cecilia aprovou aquela impressão de Gino sobre a utilidade das Torres com certa frieza. Aceita, porém, sorridente, que ele leve os braços aos seus ombros e a aperte contra o peito. E se retiram, como um casal de namorados.

Na próxima semana: O PC entra na Campanha Eleitoral

omo era estruturado o CGT? Como ele se relacionava com os sindicatos, federações e confederações sindicais?

- O CGT partiu de uma

necessidade que depois da realização do IIIº Gongresso Sindical Nacional. que foi um Congresso de uma grande representação de líderes nacionais, chegou-se 'a conclusão que era necessário ter posteriormente uma comissão para que pudesse levar avante as reivindicações dos trabalhadores discutidas no Congresso. E, justamente nestes debates é que foi aventada a possibilidade da formação do CGT. Isto não era inovação pois no Iº Congresso dos Trabalhadores da Indústria, em 1945, salvo engano, promovido pela CNTI, tinha sido levantada a formação de uma confederação de trabalhadores, e o certo é que naquela época esta pretensão foi tachada de comunista, e o congresso foi dissolvido, presidido pelo Deoclesiano de Holanda Cavalcanti. Então a idéia do CGT não era nova, mas só no IIIº Congresso Nacional em 1960, no Teatro João Caetano no Rio de Janeiro, é que foi debatida esta tese. E teve um problema muito sério nesta ocasião, porque os dirigentes das mesmas confederações não estavam de acordo, então houve um debate muito grande, mas o certo é que acabou sendo aprovada a tese de formação do CGT. Seria estruturado da seguinte maneira: teria um conselho nacional provisório, formado por dois membros de cada Confederação Nacional de Trabalhadores, dois membros de cada federação nacional de trabalhadores e, também, membros de sindicatos nacionais. Assim, dentro deste princípio é que cada entidade que participava do congresso partiria para colaborar na estruturação do CGT. Pelo menos na CNTI, eu como presidente convoquei a reunião da diretoria, foi aprovada por unanimidade a participação e fomos indicados eu e o vice-presidente Dante Pelacani para a composição do Conselho Nacional do CGT, sendo que este conselho depois de reunião tiraria uma comissão executiva. E assim foi feito por outras confederações e federações.

Agora, por ser uma entidade em formação, e procurando ainda se estru-

OCGIDERIANI

Depois de 15 anos afastado da imprensa, Clodsmidt Riani, ex-presidente do Comando Geral dos Trabalhadores e da Confederação Nacional dos Trabalhadores, na Indústria, vai falar agora sobre o movimento sindical da sua época. É a segunda parte do depoimento concedido com exclusividade em Juiz de Fora a quatro repórteres.

Por Jorge Sanglard, Luiz Alberto Guilhermino, Ronaldo Dutra e Renato Dias.

turar foram constituídos provisoriamente nos estados comissões permanentes e conselhos sindicais. Além das entidades como PUA (Pacto de Unidade e Ação), que já estavam atuando na liderança com os sindicatos junto à base, e que enviariam elementos para que se efetuassem contatos com a direção do CGT. Portanto, tudo dependeria do contato das bases com os sindicatos e daí com estas entidades, que já havia em muitos Estados.

Nós chegamos a ter um regimento interno, e, inclusive, o presidente do OGT era eleito em caráter de rodizio entre os presidentes das confederações, o vice-presidente era eleito entre os vice-presidentes das confederações. Eu me lembro que fui indicado, fui eleito presidente, ficando de vice o Oswaldo Pacheco, que era da PUA e da orla marítima. Agora, nós estávamos também lutando para fazer um anteprojeto de modificação de toda estrutura sindical brasileira. Nessa época é que começamos a pensar em mudar a estrutura sindical mas, de antemão, já estávamos agindo de fato, como prova a atuação de entidades como CGT. Sendo que a modificação mais profunda, a principal, era a questão da confederação geral dos trabalhadores e até chegamos a fazer um organograma. Realizamos o IIº Congresso dos Trabalhadores da Indústria no Rio de Janeiro e lá submetemos para aprovação da base. Tinha lá mais de mil delegados e foi aprovado. De maneira que eu estava sobejamente credenciado não só por minha diretoria como pela



base de todos os sindicatos dos trabalhadores da indústria do Brasil a participar do CGT. Outra coisa que pretendíamos era criar em cada Estado apenas uma federação, porque ficam ai seis, sete federações e muitas vezes impossibilitando a unificação.

Agora isso tudo aí, ainda teria que ser debatido com as demais categorias. O OGT estava em formação, ainda era novo, estávamos caminhando, né? Mas estávamos, com o CGT, participando da vida política nacional, debatendo pelas reformas de base e conseguimos - Como foi isso?

 A gente não punha prá quebrar conforme diziam, mas dávamos a opinião política da classe operária. Nós estávamos conscientes do que estávamos fazendo. Não estávamos só cuidando da reivindicação de 13º salário, gratificação de natal, salário família, aposentadoria para trabalhos penosos, insalubres, 30 dias de férias, lei orgânica da previdência. Enfim, o CGT era a voz política da classe operária. — Mas a estrutura sindical vigente proibia a existência de uma central sindical. Como o CGT convivia com esta proi-

— A estrutura sindical brasileira era por demais conhecida de todos, e nós não levávamos em consideração aquilo que era projibitivo, o que importava era a nossa luta. Então, o problema de estar ligado ao Ministério do Trabalho não nos coagia, isso prá nós era de pouca valia porque nós cumpríamos com o nosso dever, com nossa obrigação, enquanto líderes sindicais, e não era um ministro do Trabalho que iria intervir nas nossas reuniões, na nossa maneira de agir e quando assim acontecia nós não concordávamos. Assim no nosso tempo existia a portaria do exministro Alencastro Guimarães que proibia qualquer reunião intersindical. Então, não se podia fazer reuniões com as demais categorias, inclusive nós fomos ao Ministro da Justiça da época reclamar. Mas nem por isso deixamos de lutar pela revogação desta portaria e continuamos fazendo sempre as nossas reuniões intersindicais. Eu me lembro até que aqui em Minas, para evitar qualquer interferência ou intervenção, realizava-se um congresso dos trabalhadores, um congresso sindical, e as resoluções eram encaminhadas por uma comissão permanente.

- Apesar da proibição, o CGT dirigia as assembléias intersindicais, não? É, isso aí a nível nacional, quando havia essas lutas. Mas mesmo

tensa, com a queda do gabinete do primeiro-ministro, entrando o Brochado da Rocha, então o CGT teve uma participação muito ativa. O pessoal do Rio de Janeiro, principalmente. levantou o problema de vetação de nomes de ministros. E eu me llembro que fui para ficar à testa destes acontecimentos em Brasília para levar ao Dr. João Goulart a reivindicação da classe operária brasileira, pelo menos do movimento sindical nacional. E nessa época, era para vetar dois nomes que estavam em foco. Um seria o ministro da Viação e Obras Públicas que era amigo do ex-presidente, era um homem de influência, se não me engano era o Dr. Berta, presidente da Varig e não concordava com o movimento sindical dos aeroviários. Então como é que um homem desse podia manter contato com a orla marítima, com os aeroviários, com a confederação. Então esta turma desse setor exigiu que se apresentasse isso ao presidente. E o outro ministro era o do Trabalho, Hugo de Faria, que já tinha sido ministro do Trabalho em

assim eu quero esclarecer, numa fase

de transição política e a situação muito

- Vocês conseguiram com a mobilização os dois vetos?

 Pelo menos, nenhum dos dois foi ministro na época. Me lembro que depois de falarmos com o presidente ele determinou que procurássemos o ministro Brochado da Rocha para levarmos as nossas reivindicações. Então o Brochado da Rocha queria a nossa opinião e queria que indicássemos o nome para ministro do Trabalho. E nós fomos muito francos, muito claros, e dissemos que a classe operária não tinha nomes e aquele que merecesse a confiança do presidente da República e do 1º ministro seria o nosso, menos aquele. E esperávmos que saisse um nome que soubesse compreender os interesses da classe operária brasileira, que soubesse manter contato com líderes sindicais.

"Não adiantava proibir. As greves saiam mesmo."



Rissa no enterro da lei de Greve, São João Del Rei, 1958,

omo o CGT analisava questões tais como: Autonomia sindical, Imposto Sindical, Lei de Greve (Decreto 9070), Controle das eleições sindicais? - A questão do imposto sindical, a

gente não chegou a debater esse assunto porque isso ai teria que ser na mudança da estrutura. Então a gente tinha que ver na parte econômica como é que ia manter as entidades. Pois imposto sindical era dividido para as confederafazer um estudo aprofundado disso.

Sobre a autonomia sindical a gente na prática procurava ir rompendo, não tínha problema, de acordo com as necessidades. Depois das nossas negociações, se não se chegava a um bom termo então nós lançavamos mão daquilo que nós achavamos que tínhamos direito. Não adiantava proibição, porque a greve era uma greve que foi feita aqui em Juiz de Fora em 1954, que foi uma greve por salário mínimo. Nessa época era de 900 cruzeiros foi para 2 mil cruzeiros, mais de 190%, Os empregadores não quiseram aceitar, já estava decretado pelo ficar? Então, não podiamos fazer reuniões intersindicais?... Nós fizemos, tiramos um comando geral de greve, estouramos a greve e fomos Como foi a mobilização contra a Lei de,

Greve «Decreto 9070»?

- Ora, a gente entendia que a greve era um direito líquido e certo. Bom, em 1958, houve um movimento de âmbito nacional e nós participamos de vários congressos aqui em Minas, no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro, no Espirito Santo, em São Paulo, quer dizer em qualquer brecha que se desse nós estávamos lá contra o famigerado 9070. Então, houve uma conscientização da classe operácia para revogação desse decreto que regulamentava a lei de greve. Eu me recordo que aqui em Minas nós nos batíamos por isse. E em São João Del Rei por exemplo, que tinha oito fábricas de tecido e a maioria dos trabalhadores era feminina estourou uma greve por reivindicação salarial e ele já estava sendo negado na prática pois a greve foi feitá. E até fizeram um enterro simbólico do 9070, passando pelas ruas com um caixão escrito «O 9070 morreu». Inclusive eu e o Sinval Bambirra (que era presidente da federamos a carregar o caixão. E o engraçado é que as lojas, à medida que passavamos iam fechan-

- Quais foram as principais greves articuladas pelo CGT? Como eram articuladas essas

 Nós muitas vezes éramos chamados para dar apoio ou discutir problemas de greves estouradas em várias partes. Por exemplo, eu me lembro quando da posse do dr. João Goulart, na presidência, foi falado que bouve greve em vários lugares... En não sei... O movimento estava mais voltado para o Rio Grande do Sul, a gente estava aqui em Minas também aterdeado com a situação. Mas não teve greve Estávamos procurando temar providências tis estavam todos presos. Haviam feito varias remites com o governador e depois no safrem de uma remitio no palácio, os sindicatos tinham sido invadidos e os líderes sindicais estavam present e também os lideres estudantis.

- O governador era o Magaihães? O governador era o Magalhães Pinto. Então, nós tivemos uma surpresa porque nós tinhamos levado no governador a nossa posição e queríamos uma posição do governador ao lado da legalidade, pois defeudiamos a posse do presidente. E então mós tivemos que procurar as lideres sindicais que não foram presos e innte com os estudentes, nós fizemos um movimento aqui em Minas Gerais, sendo que nas um comicio que coutou inclusive com vários

Agora, nessa questão de greve, houve aquela famosa, em outubro de 63, em São Paulo, a chamada greve dos 700 mil, e que era tentativa de unificar a data-base dos acordos udariais de várias categorias profissionais da indistria (14 categorias e que englobavam 79 indicatos e 4 federações). Mas não foi necessária a interferência direta do CGT porque os trabalhadores da indústria pediram apo federacões e estas da confederação, da CNTI, então nós como presidente junto com Benedito Cerqueira, que era meu secretário-geral, fomos nera São Paulo. Mas diante da situação, em que o governador do Estado, a secretaria de Segurança, de modo geral a repressão muito violen ta, nós tivemos que convocar dois diretores da CNTI, já que nós éramos ao todo sete, e assim com quatro elementos formávamos a maioria da diretoria. E assim nós instalamos provisoriamente a CNTI no Estado de São Paulo e levarms inclusive advogados. Portanto foi através da CNTI que nós participamos. E chegamos a ir até a Santos, oude houve também um movimento de greve e que vários outros trabalhado res que não eram da indústria já gueriam entrar em greve, em solidariedade. Ai sim, já oal de CGT. Nés inclusive disse que aceitávamos a colaboração, a solidariedade. deveriam paralisar es seus trabalhos ainda porque nós estávamos dando

a greve dos 700 mil, na prática, representava

negar a legislação sindical Bom, isso ai uño tinha dávida, de acordo com as necessidades a gente la avançando. A greve foi liderada pela CNTI mas partiu da base, dos sindicatos, partiu de uma intersindical, apesar de ser só de trabalhadores da indústria, onde as quatro federacées apojaram e née rança de fato. A greve não foi declarada ilegal mama decisão do tribunal regional do trabalho. inclusive o parecer jurídico da delegacia de Ministério do Trabalho foi no sestido que a CNII poderia liderar como érgão máximo dos adores da indústria. Embora assim, não entendesse o tribunal regional do trabalho que nessa questão não queria a participação do presidente da CNTI nas negociações. Mas acontece que com a pressão fomos convidados particularmente pelo presidente do tribunal e participamos das mesas redondas. Então, os patrões que negavam sentar na mesa com as intersindicas, tiveram que aceitar e negociar. Essa negociação conjunta de fato representou um avanco e de acordo com as necessidades iames rempendo com a legislação sindical. Além a greve foi também vitoriosa pois conseruma aumento de 80% para todas as categorias, quando indice de custo de vida ia a 70%.

eram muito atuantes"

"Os delegados sindicais



O dirigente do CGT faz comicio em Belo Horizonte pela posse de Goulari

uais eram as principais reivindicações dos trabalhadores já em 64? - Nós estávamos numa luta muito grande, com várias reivindicações, com muita garra, com muita combatividade e com a situação muito tensa. Então nós já estávamos praticamente exigindo do governo questão da reforma agrária, pois nós acháva-mos que já tinha chegado a hora de resolver esse problema. Foi instamente em marco de 64 que conneguimos com o presidente que fosse março foi realizada uma grande concentração no Rio de Janeiro com tedas as lideranças tinham quase 200 mil pessoas. Também nessa época reivindicavamos a encampação das refiarias particulares de petróleo. Manguinhos Capuava, etc cuja encampação foi decretada e logo após a vitória do movimento militar de 64 anulado esse decreto.

- Você acha que o fato das principais lideranças trem sido presas em 1º de abril impediu a deflagração de uma greve geral?

 Já no dia 30, pela manhã, quando cheguei na sede da CNTI, tive conhecimento de que vários lideres sindicais em vários Estados esta vam presen. No Rio mesmo, quando estávamos numa reunião de caráter de urgência para avaliar a situação, a sede da federação, não me lembro se a dos poritimos ou aeroviários já estava sendo invadida por policiais à paisana ou fardados, prendendo todos que se encontravam no recinto, encapuçando-os. Então a situação já estava muito agitada no dia 30 mesmo. E nós achiviamos que só a deflagração de uma greve geral é que poderia sustentar o governo, só o povo na rua. Essa seria uma greve política articutada pelo CGT para sustentação do governo que nós considerávamos um governo aliado porque estava atendendo às nossas reivindicacões econômicas, estava atendendo, pelo menos em parte, as nossas reivindicações de caráte social e também nos estávamos reivindicando iunto ao governo as reformas de base. Agora, a erque a reação policial foi muito forte, fomos sufocados pelo poder policial. Os sindicatos federações e confederações foram invadidos seus lideres principais foram presos, alguns conseguiram escapar e se asilaram e outros por a permaneceram e responderam a processos

- Mas já não bavia bá algum tempo uma ameaça de greve geral por parte do CGT caso o Congresso não aprovasse as reformas de base? Isso não, eu, por exemplo, nunca me lembro de ter ameaçado ninguém. Eu nunca fui de ameacar, en era de fazer. Então num caso desses não se ameaça fazer uma greve...Agora pela imprensa pode dizer que havia... Eu me

lembro, perfeitamente, por exempio que no caso da reivindicação do 13º salário nós deflagramos uma greve e já havia uma preparação, a classe já estava preparada para que caso fosse negado

- Então não bavia uma preparação, um esboco de resistência, visto que a organização

de base ainda era frágil - Não isso assim não... O nosso movimento sindical, por mais que eles queiram falar que nós éramos agitadores isso e aquilo não teve nada disso. A nossa preocupação era única e exclusivamente com as reivindicações do interesse dos trabalhadores, principalmente reivincas eram questões políticas de interesse nacional. Então era uma Petrobrás dos brasileiros, era a distribuição do petróleo também feita por nós, e assim também era com a área da energia elétrica, nada de Light... Além da parte tributária que precisava de reforma, assim como a parte bancária e a reforma agrária, ssa luta era nesse sentido. Nós estávamos lutando por um governo democrático, isso nós cansamos de falar nos nossos manifestos públicos, principalmente do CGT.

- Como o CGT analisava as seguintes questões: Fundo de Greve, Delegado Sindical,

Comissões de Fabrica? - O CGT não chegou a discutir a questão de um fundo de greve, isso ficava principalmente com os sindicatos. Quanto à questão dos dele gados sindicais, estes sim, eram muito tes. Eles eram a ligação entre os sindicatos e os trabalhadores, e a participação dos delega dos sindicais era fundamental no encaminha mento das reivindicações dos trabalhadores. Embora nem todos os sindicatos tivessem seus delegados sindicais. Em particular, as comissões de fábrica não estavam ainda sendo discutidas. Os trabalhos voltados para a base eram feitos através dos sindicatos, mais pelos delega-

Como você veria boje a criação de uma central única dos trabalhadores? Ela deveria ter a mesma estrutura do CGT? Como ela se articularia em os delegados sindicais, comissões de

- Rom, isso aí é uma necessidade dos traba lhadores. Agora depende do espírito de luta da sindical e com a mobilização é que se partirá para a estrutura e ai, é com o pessoal que está esus onosicões sindicais. Agora, na minha época, antes de mim e agora, a aecessidade do delegado sindical ou da comissão de fábrica é a

"Aí, eu falei assim pro Getúlio..."

iani, como você começou na vida pú-- Tudo começou com uma discussão sobre aumento salarial, em 1949, mais ou menos. Em uma das assembléias eu fiz uma sugestão de que deveria fazer parte na comissão um elemento da Força e Luz, onde en era em-pregado. Resultado a escolha caiu sobre mim, que tinha tido a idéia. Essa comissão discutia sempre no Ministério do Trabalko, no Rio. Era patrão e empregado em mesa-redonda, como se chamava, e era presidida pelo ministro do Trabalho ou seu preposto. Nessas reuniões en tive lá vários debates, e trouxe vários esclarecimentos para a turma que eu representava, e fui contra a diretoria do Sindicato. Já fui logo dis-cordando porque eu achava que os companheiros não lutavam com a bravura com que eu estava iniciando e que se fossemos mais aguerri-dos nos conseguiríamos mais aumentos, mais percentagens. E com esse meu ponto de vista, com esse meu esclarecimento na assembléia, eu imediatamente já fiquei estimado, visto com bons olhos pelos meus colegas e passei então a ser um elemento de oposição à diretoria e já com o apoio da classe, de imediato. Nessa época você tinha quanto anos?

- De anos assim eu não sei. Mas foi mais

Logo em seguida, no Sindicato, veio a lista de

veral para a Junta de Conciliação e Julga

mento. Ai já foi formada a chapa, vários ele-

mentos queriam colocar men nome, ai um lá não concordaram com as duas chapas que tinham e fui formar a terceira, que foi a chapa mais votada, embora eu não tenha sido escolhido para vogal. Então já começou a minha liderança ou ninha participação efetiva no Sindicato. In clusive passei a ser até votado, escolhido para representante. Ai veio, logo em seguida, se não da diretoria do Sindicato, Então, imediatamente a gente fezuma chapa e eu já fui o candidato à ate do Sindicato de Carris Urbanos de Juiz de Fora. E com a usinha chapa nós fomos vitoriosos, mas a diretoria do Sindicato não concordou, naquele tempo valia tudo, então recorreu, falando que eu mão pertencia à categoria nos eu já pagava o Sindicato, tinha sido eleito para uma percão de coisas e ele disse que eu não pertencia. E com isse não foi válida e eu não pude tomar posse com a minha diretoria Bom, feita a nova eleição, então eu fui no pessoal do bonde, escolhi um motorneiro ou um condutor de confiança, e prometi dar os votos meus da Forca e Luz lá, porque a turma tinha confiança comigo, e então nós elegemos uma diretoria que merecia a nossa confiança. Então eu apanhei crédito da classe, porque enfrentava a situação. Veio logo depois essa questão de delegados eleitores para em, Belo Horizonte, elege rem o Conselho Deliberativo da CAPFESF gados em Serviços Públicos) e então me apre sentaram como candidato. Eu não ia me candidatar porque eu estava de férias e confesso s vocês que nem sabia o que era isso direito. E ser representante da Caixa de Aposentadoria era coisa importante, não é? Para defender os empregados. Mas confesso que não estava a par. Mas na hora lá eu não gostei, porque um elemento levantou, na Assembléia, e falou que ali, todos os que fossem eleitos, tinha que assi um documento que, se por acaso fosse trair a classe, tinhe que renunciar. Naquela hora mexeu com os meus sentimentos. Bom, vocês que rem saber de uma coisa? Eu não sei o que é que for eleito aqui é porque merece a confiança da clasae e ó, seu presidente, eu sou candidato. Arrama os documento que eu son candidato. E fui candidato, e fui eleito. E com isso passei apertado, porque quatro anos, naquele tempo, em Belo Horizonte, que não tinha estrada rodo viária, a parte ferroviária não era de acordo. nós tinhamos ainda aqueles trens a carvão. Então chegavam as máquinas ai para subir a serra e não subiam. Tinha que pedir reforços em Santos Dumont. Então era aquela la não la Aquela situação toda dificil, a gente tinha que andar de noturno, andar de segunda classe porque não tinha verba para viajar. A Companhia Mineira também não ajudava, não pagava o repouso semanal remunerado, a gente tinha que ir nas sextas-feiras para as reuniões aos nábados Então era tudo difícil. Mas com o tempo en já consegui até da polícia, passe para ir e voltar, eles lá já passaram a pagar uma verba melhor e estão foram muitos sacrificios, quatro assos, essas viagens. Então eu viajava nesse ctrem baianco, misturado com o pessoal que vinha aí da Bahin, vinha lá do norte de Minas, e então a gente viajava nesse trem de segunda classe mesmo. Uma situação dificilima. Mas com isso com a nossa representação naquele tempo, nós casa própria para vários companheiros. Então vecê vê hoje um doutor Nicolau, que foi da Mineira, vê um doutor Polito, hoje, yê um doutor Walter Barros, hoje da Mineira, e vê vários companheiros tá, porque são antigos. En estou citando vários nomes deles como doutores por-

que antigos engenheiros lá da Mineira, o doutor Geraldo Jardim, e vários colegas meus da Mineira, eu também, com essa casa. Então foram verbas que conseguimos no Conselho para a construção da casa própria. Então os processos de aposentadoria, de pensões, a gente cuidava de cada um, com a máxima atenção e com aquilo, estão, a gente teve crédito com a classe, certo? Inclusive, a hora que vocês puderem dar um pulo aqui no Eldorado, logo na chegada, ao lado esquerdo, tem uma granja ali, com cin-quenta lotes vagos. Cinquenta lotes. Aquilo foi comprado por um milhão de cruzeiros, quer dizer, vinte contos, naquela época, cada lote, sem intermediários, não teve corretagens para ficar mais barato. Está até hoje para ser construída a casa para o operário, porque até hoje está lá, com um valor inestimável, para a construção de vários apartamentos haratos para a classe operária. Quando vocês quiserem podem fotografar, esclarecer, isso tudo. Chegou-se até a fazer projetos de construção. Com isso é que eu estou explicando como é que a gente conheceu o apoio da classe, não é? Em todos os setores em que a gente reivindicava. Bom, quando veio a luta do salário mínimo, então, que é aquela comissão de 1954, eu cheguei em Belo Horizonte e fui indicado pelos meus colegas para ser o relabancada, nós tivemos uma atuação muito firme, e nós couseguimos um salário que estava praticamente proposto pelo governo. Foi justamente a queda do João Goulart em 52 como ministro. Foi justamente por causa desse anteprojeto de lei de salário mínimo e também de um anteprojeto que era a extensão trabalhista ao homem rio do Trabalho, a reação foi em cima e ele teve que se exonerar do Ministério do Trabalho. pedida a exoneração dele de Ministério do

Por causa desses dois anteprojetos? - Por causa desses dois anteprojetos. Bom, nesse estudo que o Ministério do Trabalho fez, foi, no meu modo de entender, embora não tinha uma cultura geral que pudesse me dar um gabarito e parte intelectual não tinha nenhuma para avaliar a parte econômica, mas pelo estudo prático que a gente fez foi um estudo fabuloso, mais sério que podia existir da situação econômica. Permitia que Minas Gerais, no interior, pudesse ter um salário de dois mil cruzeiros, que era até então 650 cruzeiros, e as pri-Nova Lima, São João Del Rei, poderiam passar para dois mil e duzentos cruzeiros. De novecenos a dois mil e duzentos. Com isso aí os patrões jamais concordariam e nós então conseguimos esse salário, que foi decretado. E depois de decretado, os patrões em Minas não concordaram em absoluto com esse pagamento, então nós tivemos que decretar uma greve geral no Minas, já faziamos parte também do Comando Geral, que era a Comissão Organizadora do VIII Congresso dos Trabulhadores em Minas Gerais e também 2º secretário, indicado pelos companheiros. Resultado: a greve em Belo Ho rizonte durou um dia, e daqui de Juiz de Fora durou cinco dias, porque os patrões aqui foram mais reacionários, se uniram mais, reuniram forças, mas nos resistimos e inclusive formos vitoriosos. Isso foi em 1954. Logo que terminamos a greve, acho que foi em agosto, dia 21,00 24 de agosto, porque dia 13 de agosto eu tive com o doutor Getúlio, que esteve em Belo Harizonte, e eu falei como relator da bancada, pedindo a ele que se mantivesse lá porque a gente iria manter o decreto dele. Então o resultado foi esse. Logo em seguida houve a morte do Getúlio. Aí a classe trabalhadora em Juiz de Fora reuniu uma comissão intersindical de operários de fábricas e foram me levar o pedido para ser candidato a deputado. En não quia aceitar porque o meu ideal era sindical, porque estava numa luta daquela, tremenda, conseguimos aquela vitória, com aquele apoio, cuidar de política... Não estava na minha mente cuidar de nada disso. E dificil contar muitas coisas porque a gente tem de retroagir. Por exemplo, em 1950 eu fui candidato a vereador e não ganhei não. Depois, se datura. Mas então me indicaram, isso em agosto, e eu não tinha tempo de fazer a camnha em agosto e setembro. Mesmo assim, os operários resolveram e o PTB de Juiz de Fora completamente contra. Totalmente. Os vereadores contra, a direção contra, o diretório contra, o presidente, que era deputado federal. contra, tudo contra a minha/candidatura, que era a pedido dos operários. Inclusive foram centra a candidatura de dois vereadores que seriam o Landau e, se não me engano, o Elzio Bruni, que também não tiveram o registro pelo PTB. Aí os trabalhadores reforcaram a comissão, e foram a Belo Horizonte, e na votação da Executiva conseguiram lá, por um voto a mais, 5 a 4, que eu conseguisse ser candidato a deputado estadual. Aí eles me elegeram. Juiz de Fora, se não me engano, naquela época, devia ter uns 30 mil eleitores, e eu fui eleito com 9 mil e 300 votos. Sem dinheiro e sem nada, só com os operários.

Foi assim que en comecei na vida pública.

1962/63

de todos os órgãos colegiados.

A greve era uma greve complicada porque era no estatuto de cada universidade que a questão ia ser regulamentada. Naquela época existiam trinta e tantas universidades. Cada conselho universitário tinha que decidir se incluia no estatuto quantos representantes, etc. Depois de dois meses a greve foi encerrada com uma vitória parcial. Em algumas universidades, muito poucas, se não me falha a memória Paraíba, Católica de Minas e mais uma ou duas deram a representação que se pedia. Algumas faculdades isoladas e outras que pertenciam a Universidades, mas que tinham seus estatutos próprios, também regulamentaram concedendo um terço de representação. Em outras se estabeleceu outro tipo de repre-

sentação plural e propusemos um terço Reconstruir a UNE sem olhar pra trás e avaliar sua experiência de mais de 40 anos, seria fundar uma entidade no ar. Para subsidiar o movimento estudantil, hoje às vésperas da reconstrução de sua entidade nacional, EM TEMPO inicia uma série de reportagens contando o que foi a luta dos estudantes nos últimos anos. Nesta edição, Vinicius Caldeira Brandt. hoje pesquisador do CEBRAP, e presidente da UNE na gestão 62/63, num longo e documentado depoimento, conta a conjuntura da época, a estrutura da entidade, suas lutas principais bem como as divergências entre as várias correntes políticas.

Depoimento a Cândida Vieira

sentação plural. De qualquer forma, o princípio de regulamentação plural ficou

Enfim, a vitória foi muito desigual. Mas de qualquer forma a luta pela reforma universitária não se encerrou ai. Aliás, a greve nós encerramos menos em função da vitória ou da derrota, mas em função da conjuntura política, porque havia ameaças de golpe e o movimento estudantil precisava se reagrupar dentro das faculdades para não ser pego de surpresa nesse processo. Além da reforma universitária se propunha outras coisas como democratização no sentido de abertura para fora da universidade e se estabeleceu como princípio básico a partir de seminários e conselhos da UNE a luta pela abolição do vestibular.

A UNE CONTRA OS GOLPES A UNE ao saber de qualquer tentativa de golpe, denunciava e mobilizava os estudantes para protestar. Por exemplo, ainda durante a greve pela Reforma

Universitária surgiram tentativas de golpe, diga-se de passagem de lados diferentes; tinha um golpe da direita de sempre e um golpe dos milicos que se diziam «nacionalistas» mas que eram, de fato, reacionários. Todas as facções tentavam usar o movimento estudantil como pretexto de golpe e tentavam aproveitar o fato de que estávamos em greve. Você sabe como isso funciona na prática com dois meses de greve, você não mantém nível de mobilização. Pode-se manter a greve em si — a ausência na faculdade - mas o nível de reunião, de mobilização, de assembléia, torna-se dificil.

Nós terminamos a greve para permitir a remobilização e as manifestações contra essas tentativas de golpe. Essas manifestações podiam ser manifestações de rua. Em alguns casos era importante a simples denúncia. Os golpistas tinham gente berrando contra o governo, mas tinham também gente infiltrada dentro do

governo. E houve um momento que a gente se deu conta de que o próprio ministro da Guerra, O Amaury Kruel estava no esquema do golpe. Eu como presidente da UNE é que levei esta denúncia a público, pela rádio. Naquela situação você tinha condições - como presidente da UNE-de ir às estações de rádio e televisão e denunciar o ministro da Guerra como golpista. Não é que a grande imprensa gostasse da UNE. Houve até um momento em que os donos dos jornais fizeram um acordo para boicotar a UNE.

Então, era como se a UNE não existisse, coisas que o «Estadão», tem costume de fazer com várias pessoas - coisa que não é só do «Estadão» - para conseguir furar isso foi um processo longo. Conseguia-se furar porque um jornalista ficava tentando toda hora enfiar matéria e de vez em quando acabava saindo, sem destaque, mas saía. No caso de rádio e televisão, apesar do controle por parte do governo, sempre saia alguma coisa, principalmente por causa da concorrência entre as empresas.

Na verdade as primeiras denúncias foram feitas de surpresa porque não se gravava, era ao vivo, alguns repórteres quase que caíam para trás, outros desligavam o microfone, mas você já tinha falado alguma coisa. As vêzes tinha-se condições de falar longamente. Nesse episódio do Kruel eu falei mais ou menos longamente na rádio Mayrinck Veiga denunciando claramente que o sr. Amau-

ry Kruel tinha ligações com o esquema

golpista, e desafiando-o a responder certas perguntas».



minha gestão começou com a luta pela reforma universitária. Nos estávamos em greve nacional quando houve o Congresso de Quitandinha. Naquele momento tratava-se da luta pela reforma universitária como luta pela democratização da universidade. Isto em dois níveis: um era o poder na universidade; que até então era exer-

cido pelos conselhos universitários e

congregações unicamente constituídos por

catedráticos, que eram os donos de cada

cadeira ou disciplina. Nesse terreno os

estudantes propunham abolir a cátedra

vitalicia e estabelecer alguns esquemas

de aferição periódica da capacidade dos

professores; e ao mesmo tempo a mudan-

ca na composição dos conselhos universi-

tários, congregações, conselhos departa-

mentais, etc. Naquele caso tratava-se de

se regulamentar um item da Lei de

Diretrizes e Bases que dizia assegurada

a representação dos estudantes nos

Então, como se entendia essa repre-

sentação? Até então o representante do

DCE era membro do conselho universitá-

rio, o representante do CA era membro

da congregação. Passou-se a exigir repre-

órgãos de direção da universidade.

"Movimento popular não é populismo"

oje em dia se fala muito em movimentos populares, e relativo a 64 se diz que tais movimentos eram populistas, ou seja, que estavam atrelados ao governo e às classes dominantes e isso e aquilo. No que se refere ao movimento estudantil esse tipo de afirmação revela muita ignorância do que se passava, porque na verdade, se havia um movimento de massas independente nesse pais em relação ao governo foi exatamente a UNE.

Havia muitos movimentos sociais, inclusive boa parte do movimento operário, que também mostrava independência em relação aos entrechoques das classes dominantes. Em geral o que as pessoas que procuram fazer ou reescrever a história desse período não estão entendendo é que uma conjuntura de crise das classes dominantes como aquela, os movimentos populares tinham uma força política considerável. Dificilmente se ousava reprimir os grandes movimentos de massa, apesar da repressão existir. Na minha gestão por exemplo, a sede da UNE foi cercada, pelas tropas da PM da Guabanara, para tentar impedir que se fizesse um congresso de solidariedade a Cuba. Havia repressão a passeatas, mas era num outro contexto: como você representava uma força politica, podia fazer frente à repressão que ela era fraca naquele contexto. No caso do cerco da UNE, por exem-

plo, eles puseram as tropas, mas tiveram que tirar, prendiam estudantes mas tinham que soltar imediatamente. Isso não decorria de nenhum acerto, arreglo ou intimidade entre o movimento de massas e o poder. O poder reconhecia no movimento de massas também um

CREDITO CORTADO

Inclusive, para enfrentar a greve nacional o governo tentou bloquear os recursos da UNE. Na época nós tinhamos, por lei, o direito de terverbas (por volta de 15 milhões de cruzeiros velhos) consignadas pelo orçamento da União.

No caso da minha gestão, por exemplo, o governo se esqueceu de cumprir essa lei, não mandou na proposta orçamentária a inclusão da verba. A verba teve que ser estabelecida no Congresso, com projeto de emenda ao orçamento pelos deputados de oposição. Depois, para pagarem essa verba, havia os trâmites burocráticos. Embora estivesse na lei, o Ministro da Educação tinha que assinar um cheque, mas ele podia assinar hoje, esquecer ou deixar para depois de amanhã ou o mês que vem. Então, por exemplo, durante todo o periodo da greve não saia um

tostão de verba para a UNE. Então acontecia isso. Você tinha verba aprovada pelo congresso mas o governo tinha condições de bloquear o seu recebimento efetivo.

Dessa situação nós nos safávamos porque a UNE tinha força política e podiamos recorrer a empréstimos na rede bancária, dando como garantia a nossa verba vinculada ao orçamento. Houve um momento que o governo proibiu através de uma circular do Banco do Brasil (que naquele tempo tinha as funções do Banco Central) que os bancos dessem crédito a entidades não lucrativas. Então, eu fui obrigado a assinar promissórias em meu nome pessoal e não no da UNE. Mas evidentemente eles sabiam que estavam emprestando para a UNE, porque inclusive eu não tinha patrimônio pessoal para garantir os empréstimos. A gente se safava exatamente por causa do momento de contradições, eles acabavam tendo que ceder.

Nessa própria questão da reforma universitária, mais adiante o governo voltou a aceitar a reivindicação dos estudantes, já no fim do governo João Goulart. No famoso comicio 13 de março, a questao da reforma universitaria toi incluida entre as medidas a serem adotadas, depois de vários atritos. Entretanto, o fato de termos posições conflitantes, de termos divergências com o governo, não impedia que o movimento estudantil tivesse uma posição contra o golpe, pela demo-

Aliança operário-estudantil x direita

aquela época o movimento estudantil era muito representativo, pois, das quinhentas e tantas faculdades em todo pais, cada uma delas tinha o seu Diretório ou Centro Acadêmico. A filiação do estudante ao Centro Acadêmico era automática, A filiação dos Centros Acadêmicos à UNE não era automática, era decida em assembléia. Das quinhentas e tantas faculdades que existiam, somente cinco não faziam parte da UNE. Então 99°c das faculdades estavam ligadas à UNE e dos congressos da UNE participavam delegados das faculdades, eleitos nas escolas. Independentemente do tamanho delas eram eleitos dois representantes dos Centros Académicos com direito a voto. Havia também representantes dos DCEs, UEEs, e da própria diretoria da UNE, mas estes só tinham direito a voz nos congressos.

A forma dessa eleição dos representantes de cada faculdade variava. Em algumas escolas fazia-se uma assembléia especialmente para isso, em outras os delegados já eram eleitos junto com a diretoria do Centro, outros, ainda, faziam eleições em urna; enfim, cabia a cada Centro Acadêmico decidir a escolha dos seus representantes, de acordo com os seus estatutos.

ALIANCA OPERARIA ESTUDANTIL

Esses mil e poucos delegados eram das mais diversas tendências. Haviam escolas em que a majoria dos estudantes apojava uma determinada tendência em outras apoiavam uma outra. De modo que o congresso era muito, representativo das forças reais existentes no movimento estudantil. As eleições da UNE expressavam o que era realmente a massa estudantil no Brasil naquele momento. Você tinha congressos em que a direita ganhava, noutros a esquerda. E como a UNE era representativa, nenhuma tendência se afastava da entidade pelo fato de perder as eleições, as decisões eram acatadas. Posteriormente, com o próprio desenvolvimento das lutas sociais no pais e com o maior nivel de consciência que se conseguiu alcançar, a direita passou a ser minúscula. Nesse momento esquentou a campanha da reação pela desfiliação dos Centros Acadêmicos da UNE, mas conseguiram algumas poucas. Essa tentativa de desfiliação não deu certo, porque na verdade quem tentasse dividir não encontrava respaldo na massa, que reconhecia na UNE um processo democrático de deliberação. Até o' fim a direita participava dos congressos da UNE, sabendo que era minori-

As divergências eram em relação às questões políticas mais gerais. Estávamos vivendo uma

etapa de intensas lutas sociais no Brasil. O movimento estudantil ligou-se estreitamente a outros movimentos sociais, havia manifestações conjuntas entre os estudantes sindicatos e associações as mais variadas. A partir de um certo momento começou a haver uma relação mais institucionalizada. Surgiu a Frente de Mobilização Popular, que era basicamente uma forma de coordenação da CGT, da UNE, da Frente Parlamentar Nacionalista e algumas associações democráticas menores, como a dos sargentos. Essa frente funcionava como frente de verdade. Não tinha poder deliberativo acima das entidades que a compunham. Embora os estatutos da UNE consagrassem expressamente a aliança operária estudantil para que isso deixasse de ser uma frase dos estatutos, ir à forma concreta de como se relacionar com outros setores sociais, acarretava divergências políticas. Vamos dizer claramente: a direita no movimento estudantil tinha algumas caracteristicas meio pelegas, tanto que se -não tem noticias de grandes lutas do movimento estudantil comandadas pela direita, nem mesmo ao nível das reivindicações universitárias. Aliás, na década de quarenta a direita do movimento estudantil era os «ministerialistas», os elementos que tendiam a compor com as autoridades ministeriais. Mais adiante, no fim da década de 50 e início da década de 60, os estudantes acompanharam a radicalização geral da sociedade, que foi contada pelo golpe de 64. Nisso havia até estudantes que apoiaram o golpe, embora não me conste que nenhuma facção organizada tivesse chegado a apoiar o golpe.

Em determinado momento a corrente de direita no movimento estudantil, já não era claramente uma corrente pelega, mas a sua tendência era de querer que o movimento universitário não fizesse politica, que a UNE fosse uma espécie de sindicato dos estudantes para defender os seus interesses. Tudo bem se se faz uma greve para melhorar o nivel de ensino, uma greve para baixar o preço do restaurante, desconto do cinema. Agora, essa de se meter em politica... Esse foi durante muito tempo o programa da direita. Esse negócio da UNE se meter em lutas sociais, de apoiar lutas políticas dos trabalhadores ou manifestar contra o imperialismo, isso é trazer a política para o movimento estudantil, isso é infiltração, é comunismo e todas essas coisas que a gente houve o governo falar.

Essa direita do movimento estudantil muitas vezes estava atrelada a outros setores políticos existentes. No congresso da UNE de Santo André, o porta-voz da oposição era o Marco Antônio Maciel, atual governador de Pernambuco. Evidentemente o Maciel não era um estudante desvinculado de qualquer tendência política, ele representava tendências bem definidas.

DIREITA E ESQUERDA

Basicamente sempre existiu esquerda e direita no movimento estudantil, se bem que esquerda e direita podia significar coisas diferentes em diversos momentos. Num determinado momento podia ser contra o Estado Novo, contra os tais ministerialistas; num outro momento podia significar estar a favor de uma participação política mais intensa dos estudantes; num outro momento podia significar dar apoio a lutas populares; em determinados momentos podia significar a defesa da escola pública contra o ensino pago. Esse corte entre esquerda e direita, naturalmente acompanha os cortes existentes na sociedade. Você então não pode estabelecer uma corrente como se fosse sempre a mesma coisa.

Os setores que eram majoritários de 1956 em diante, a grosso modo chamados de esquerda, também tinham uma composição muito variada.

Havia estudantes com posições politicas muito determinadas, muito claras, e aqueles que apoiavami o conjunto do programa da UNE como movimento de massa, sem ter vinculos políticos com essa ou aquela corrente. A imensa maioria dos estudantes que apoiava a UNE não tinha esse tipo de vinculo. Como o processo de escolha da diretoria da UNE era realmente democrático, todas as correntes tinham como estar representadas e, na verdade, eram representadas proporcionalmente ao seu peso político. No congresso se fazia a unidade apesar das divergências sobre alguns pontos. E possível, durante todo aquele período, falar-se que a posição da UNE era acatada por todos. Claro que numa discussão de uma questão qualquer podiam surgir 20 propostas no Congresso. Quando era aprovada uma moção, um programa, a minoria se submetia à decisão da maioria. Além disto, era expressamente proibido a qualquer dirigente de entidade estudantil, pelos estatutos existentes, e da UNE especificamente, a tomada de posição em questões de política partidária-eleitoral. Não havia hipótese do movimento estudantil apoiar estes ou aquele candidato numa eleição. Isso não quer dizer que os estudantes não fizessem política partidária. Se estivessem num posto de direção da entidade não podiam dar palpite nesse assunto, não podiam apoiar a candidatura de A ou B, partido A ou B. Isso hoje pode até parecer meio desatualizado, mas decorria justamente do caráter representativo UNE como movimento de massas. E até mesmo os estudantes que faziam política partidária tinham uma compreensão de que no momento que tentassem atrelar a entidade a um programa de uma facção, a entidade se esvaziaria, perderia a sua representatividade.»

Ontem e hoje: 1962/68/79

muito dificil comparar o movimento estudantil enquanto tal sem comparar os próprios períodos. É claro que as condições que o país estava em 68 eram muito distintas das condições que a gente estava vivendo em 62/63, como hoje, são muito distintas desses dois períodos. Ao contar o que era o movimento estudantil de 62/63 não estou propondo um modelo que seja adequado para qualquer movimento estudantil em qualquer

Eu acho que aquele movimento estudantil era adequado para aquela epoca. Havia diferencas nas possibilidades de luta dos estudantes. Por exemplo não se pode esquecer que se vivia um período de relativas liberdades democráticas. A UNE era uma coisa reconhecida, legal, embora houvesse tentativas de reprimir, era muito difi-

Fazia-se tudo abertamente. 'As portas da UNE estavam totalmente abertas, quem queria entrava lá e fuçava lá a vontade. Não tinha nada que devesse ser escondido. Agora, quando se imagina o movimento estudantil em claras condições de repressão, especificamente em 68, é claro que é muito mais dificil você manter as deliberações abertas, porque o movimento está sendo reprimido. A própria comunicação entre as entidades tornou-se cada vez mais dificil. O contexto político entre os próprios estudantes também era

Por exemplo, a direita no movimento estudantil em 68 já não existia. Se existia direita pelo menos não estava movimentada dentro das entidades. Na verdade, os debates sobre o conteúdo das posições se travavam entre as tendências de oposição ao regime. Você vê claramente pelo noticiário desse período que eram levadas à praça pública as divergências entre as diversas facções de oposição ao regime. De uma forma em que cada facção tentava mobilizar em função de uma alternativa política determinada e não em função de um objeto que pudesse ser conjunto para o movimento estudantil.

No movimento estudantil recente você vê de novo algumas coisas desse tipo, as facções que não se sentem representadas numa diretoria não participam da vida da entidade, ou então uma facção que se vê à frente de uma entidade, em vez de fazer uma política da entidade faz a sua própria política, de uma forma estreita fechada, sectária. Eu acho que isso não se deve só às condições atuais que dificultam a democracia em geral. Revela também uma certa incompreensão dos próprios dirigentes estudantis em relação à democracia. É a diferença entre você defender posições de um movimento democrático de massas ou defender posições de uma facção politica. Hoje se pensa em reconstruir a UNE.

Para isso vai ser preciso encontrar mecanismos de convivência entre os estudantes de muitas correntes de pensamento e com orientações as mais diversas. Se não se encontrar alguma forma de regra do jogo que possa ser respeitada por todos, então vai ser dificil reconstruir o movimento estudantil unitário. É claro que há exemplos nos países onde os estudantes são representados por várias entidades. Mas é isso que se quer? Isso eu só posso formular como pergunta porque não sou estudante. Mas os estudantes querem uma UNE que os representem enquanto grupo social que tem determinados objetivos, querem um movimento que explicite as posições do conjunto dos estudantes, ou não?

Essa é uma pergunta que o congresso da UNE

FUNDAÇÃO OU RECONSTRUÇÃO

Outra questão importante é a da continuidade ou não da UNE. Reaparecer a UNE com o nome UNE, até talvez ter uma sede não parece ser o essencial, embora posssa ser importante dado que justamente a UNE simbolizou neste país durante tantos anos, antes e depois do golpe, uma luta dos estudantes pelo regime democrático, contra a ditadura. O fato de que se possa reconstituir a UNE já significa uma vitória da luta pela democracia. Eu vi o cartaz do congresso de «fundação» da UNE. Eu sei que há uma tendência que considera que a palavra fundação é mais adequada para dar uma idéia de descontinuidade mostrar que a UNE que estão criando não é a UNE do passado. Certamente a UNE que estão criando agora não é a UNE do passado. A UNE de 1962 não era a mesma de 1959, não era a mesma de 37, não era a mesma de 45. Essa idéia de que, com uma denominação, você rompe com a continuidade histórica, a meu ver, é uma ques-

Na verdade a continuidade não está em você fazer as coisas iguaizinhas, porque seria burrice, seria marcar passo. Mas se há um sentido geral dessa luta do movimento estudantil durante esserquarenta e poucos anos - e eu acho que há - então o problema não é saber se a UNE vai ter uma sede, ou colar uma galeria de retratos dos ex-diretores. Não é nada disso. Eu pessoalmente estou torcendo para que ela exista e que não seja igual à do meu tempo, mas que seja adequada ao momento que o povo brasileiro está vivendo».

A luta pelo poder

Um dos maiores entendidos sobre a China e a Revolução Cultural chinesa analisa agui a situação atual da luta interna dentro do Partido Comunista chinês. Esse artigo foi publicado pelo Le Monde Diplomatique de abril de 79.

Por Jean Daubier

Dois fatos contraditórios caracterizam a situação atual da China: a crítica a Kang Sheng, que acentua o questionamento à revolução cultural e ilustra a influência de Deng Xiaoping, e a forte resistência de outros dirigentes ciosos da continuidade do maoismo e bastante prudentes.

«Kang Sheng foi um membro importante do Bando dos Quatro... Ele nasceu em 1903 em Shandong, de uma família de donos de terra... Considerando-se que a esposa de Mao e Zhamg Chunqiao são da mesma região, fala-se deles como o bando de Shandong» Estas linhas são extraídas do Guangjiaoqing, revista de língua chinesa publicada em Hong Kong em janeiro

O autor, KeTien, parece ter informações provenientes de Pekin, isto porque as revistas progressistas de Hong Kong têm publicado tais textos, destinados a preparar os meios esquerdistas da colônia para revelações sobre a situação

As múltiplas conversações privadas com dirigentes chineses confirmam a crítica a Kang Sheng assim como diversos artigos que apareceram na imprensa central. Nesse sentido, o Diário do Povo, seguindo o processo familiar de não dar o nome do interessado, contenta-se em designá-lo como «um indivíduo que dirigia a segurança

Trata-se de um fato importante, que coloca a «desmaoização» em um estágio superior. Para compreender isso é necessário frisar que Kang Sheng teve um papel fundamental na revolução cultural. Até 1970 ele foi conselheiro do grupo encarregado da revolução cultural, e estava muito próximo de Mao, que lhe confiou os serviços especiais do regime. No fim dos anos 60, Kang aparecia nas fotos ao lado de Mao, Chu Enlai e Lin Piao e Chen Pota: eles eram os cinco dirigentes do regime chamado. de «quartel general do proletariado». Depois disso, Kang tornou-se membro do comitê permanente do bureau político e vice presidente do, partido. Em 1970 uma doença grave o afastou do poder. Na sua morte, em dezembro de 1975, ele foi objeto de exéquias nacionais. No seu elogio fúnebre, o marechal Ye Jianying declara: «O camarada Kang Sheng lutou toda a sua vida pelo comunismo e pelo triunfo da revolução» «Os jornais pediam para se fazer uma última homenagem ao «grande revolucionário proletário, ao glorioso dirigente antirevisionista».

A FALSIFICAÇÃO DA HISTORIA

A crer-se nos últimos artigos publicados em Pekin e Hong Kong, Kang Sheng não era o comunista que pensávamos. O artigo do Guangjiaoqing afirma que esse homem, que passou muitos anos em Moscou a partir de 1932 e que representava a China no Komintern era um «trotskysta», quando a bem da verdade, essa trajetória lhe valera uma sólida reputação de stalinista. Mas isso não parece embaraçar os autores dos artigos, nem os dirigentes encarregados de «reestabelecer a

Segundo eles, Kang Sheng tinha laços «secretos» com a IV Internacional, e as provas disso teriam sido fornecidas pelo próprio Marechal Tito em sua viagem à China no outono de 1977. Estas provas e documentos pernaneceram todavia confidenciais e, como nos casos anteriores de Lin Piao, Liu Shaogi e Deng Xiaoping, podemos pensar que os veteranos da revolução são na verdade opositores de longa data e «golpistas». Essas fantásticas acusações e os amálgamas estranhos que as acompanham tornam muito duvidosas as acusações, mas o que importa aqui é entender essa critica póstuma dentro da conjuntura atual.

O Diário do Povo de 26 de Fevereiro publicou um longo artigo que aprofunda o questionamento da revolução cultural, fazendo-a aparecer explicitamente como um movimento anti-partido. Suas fases principais, notadamente as revoltas operárias de Shangai em janeiro de 1967 e a instauração dos primeiros comitês revolucionários são postos em termos totalmente negativos: «Em 7 de janeiro de 1967 (data da substituição do comitê municipal) um vento sinistro de tomada do poder se abateu sobre Changai, Qingdao, Shanxi, Guizhou e Heilongjiang» Por outro lado a resistên cia que esse movimento encontra por parte de acertos veteranos do partido, conhecidos históricamente como a «contra-corrente de fevereiro» é exaltada no artigo como uma «gloriosa defesa dos princípios do partido comunistas». Assim, os papéis são invertidos, bem como os julgamentos a respeito dos acontecimentos e dos homens.

Ora, essa reinterpretação da história tem sérias implicações. O descrédito lançado sobre a revolução cultural recai, também, sobre os dirigentes cuja ascensão está ligada ao papel que desempenharam nela. Notemos que o presidente Hua figura na primeira linha desses dirigentes, juntamente com seus aliados no bureau político, Wang Dongxing e Qi Denggui. Além disso, o grande número de militantes e quadros médios admitidos no partido durante aquele decênio são colocados em posição incômoda. O que eles devem pensar e o que se pode pensar deles quando o mesmo artigo no Diário do Povo diz que «o grupo encarregado da Revolução Cultural caiu nas mãos de um punhado de renegados, de agentes secretos, de golpistas e de contrarevolucionários com duas caras, que exerciam u ma ditadura fascista»?

DENG: PELA DEPURAÇÃO

Para compreender-se a profundidade deste problema, é necessário saber que desde a sua volta em 1977, Deng Xiaoping não parou de exigir uma vasta depuração do Partido. Evidentemente, ele invoca a necessidade de ampliar a luta contra Lin Piao, contra os «Quatro» e seus partidários, é aí que a questão se torna delicada porque todo militante que participou da Revolução Cultural entra mais ou menos nessa categoria bastante imprecisa.

Os guardiões da ortodoxia, agrupados em torno do Presidente Hua Guofeng conseguiram até agora impedir que a «campanha de saneamento» atingisse uma grande amplitude. Eles protegem os jovens comunistas e os quadros novos trazidos por eles para o partido e que consituem uma base de seu poder.

Para Deng Xiaoping ao contrário, estes jovens formados nas lutas e nos afrontamentos da década passada, fizeram o seu aprendizado político numa época onde a fidelidade a Mao era imperativa e onde o Partido estava dessacralizado; a seus olhos, portanto, eles trazem o germe de uma nova contestação ao aparelho; Deng quer vê-los cada vez mais longe do poder e, se possível, da

Deng deixou claro na conferência nacional sobre o trabalho político no Exército, em julho de 1978: «Nós devemos desmantelar o núcleo fraccionista burguês dos Quatro e reestruturar as equipes dirigentes. Devemos aprofundar esta luta e levála até o fim: em nenhum caso devemos aceitar que ela seja abafada», disse. Depois disso, Deng conseguiu ampliar sua luta parcialmente. Ele obrigou o prefeito e o chefe da guarnição de Pekin a fazerem autocritica, mas não consej ir mais longe no seu intento. O comitê central, reunido em dezembro.estabeleceu um novo compromisso: todas as vítimas da revolução cultural são reabilitadas, (uma satisfação dada a Deng) mas param as perseguições aos esquerdistas (satisfação dada a Hua Guofeng).

O acordo prevaleceu, e chegamos assim a um dos pontos-chave da conjuntura atual. O viceprimeiro-ministro bate-se contra uma forte oposição, que depois de algum tempo parada, volta a manifestar-se discretamente na imprensa oficial. Numerosos comentaristas ocidentais vêem em Deng o realizador de um «degêlo», o mais democrático dos novos dirigentes, o promotor da «Liberalização» na China. Mas as coisas são mais complicadas. Vemos por exemplo que a atual campanha pela democracia é dirigida contra o vice-primeiro-ministro. Este dado da situação interna aparecia desde o verão e agora torna-se mais precioso. Os partidários de uma relativa continuidade do maoísmo estão prestes a chamar Deng à ordem - mas, é claro, indiretamente, à maneira chinesa.

O que reprovam em Deng? Primeiro o seu estilo muito pessoal, o que explica o número de artigos publicados exaltando a ção coletiva do partido. É uma questão de princípio, que diz respeito à natureza de nosso partido e de nosso Estado», escrevia em 1º de fevereiro o Diário do Povo. Em 5 de março, o mesmo jornal consagrou um artigo à memória de Chu Enlai «que sempre recusou que se exagerasse o seu papel individual» e gostava de consultar amplamente os seus colaboradores. E necessário acrescentar a esses textos a recente decisão de se endereçar os documentos «ao comitê central» e não mais a cessa ou aquela personalidade» «Não mais colocar na frente os indivíduos», dizem os numerosos artigios ao tema da democracia no partido aparece como

O órgão oficial do partido evocou recentemente as «divisões» e os «rancores» do passado; fazendo alusão ao cespírito revanchista» e foi indiretamente a uma eventual depuração, ele recomendou preservar-se «a unidade e a estabilidades. Ele citou uma ópera encenada em Tiantsin entitulada «O general e o primeiro-ministro estão em harmonia». Assim como aconteceu frequentemente no passado, a lembrança de uma obra de arte fornece a chave da situação atual. O general poderia ser o Marechal Ye Jianying, número 2 do regime, que influi bastante sobre os quadros antigos do Partido, tanto civis quanto militares, Esses homens têm um peso decisivo na tomada de decisões e favorecem uma política centrista e prudente. São partidários de uma «desmaoização», reduzida, em todo caso, bastante lenta, o que não corresponde ao temperamento

O referido artigo do 5 de março refletia sem nenhuma dúvida o ponto de vista desses dirigentes: «Os Quatro foram abatidos, seu núcleo fraccionista destruído e as equipes dirigentes, em todas as linhas, já estão depuradas. É um fato que não se pode negligenciar». Isto significa que os quadros novos devem ser deixados em paz e que não se deve submeter o Partido a uma nova depuração. Isso poderia ser uma réplica às declarações que Deng fez no último mês de

DOIS PROJETOS

Para que se compreenda melhor a essência dos conflitos atuais é necessário acrescentar que clivagens profundas somam-se aos debates sobre a herança do maoísmo e sobre a revolução cultural. Hua Guofeng foi durante muito tempo um dirigente regional e tem numerosos apoios nas provincias enquanto Deng é de longa data um dirigente central.

Ora, os quadros locais desconfiam da tendência a uma excessiva centralização, que comprometeria as suas posições. Os projetos modernizantes de uma industrialização rápida implicam em um alto grau de centralização, Eles pedem inclusive um reforço das estruturas verticais de decisão num país onde, depois de 1949, o maoismo favoreceu uma regionalização relativa das decisões de investimento e de exploração de recursos. Assim, não é espantoso atualmente a um apelo à ortodoxia em matéria de desenvolvimento econômico. A primazia dada à indústria pesada nesses últimos meses e à qual se associa o nome de Deng está sendo desvalorizada hoje em proveito da agricultura e da indústria leve. Em 24 de fevereiro, o «Diário do Povo» assinalava que a palavra de ordem «tomar o aço por base não deve servir para fixar arbitrariamente objetivos de produção desligados da realidade porque (esses processos) levam a modificar o equilíbrio da economia nacional». Essa visão mais clássica (em termos maoístas) do crescimento já teria levado à revisão de determinados contratos feitos com o estrangeiros.



Repressão aos dissidentes

Uma ampla campanha contra os dissidentes que integram o «Movimento pela Democracia» na China vem tentando justificar o aumento substancial da repressão política no país.

Por Dan Dickeson, da Intercontinental Press

No início de março, o regime chinês lançou um duro ataque contra o movimento dissidente, anunciando novas restrições à liberdade de expressão e prendendo

A decisão de reprimir a dissidência foi tomada aparentemente pelo vice-primeiro-ministro Deng Xiaoping, que teria declarado que o Movimento pela Democracia fora «muito longe». Falando para dirigentes do, governo e do Partido Comunista durante uma reunião convocada para discutir a invasão do Vietnã pela China. Deng acusou os dissidentes de se reunirem com estrangeiros que vivem no país e de «vender segredos de

Em editorial publicado no dia 18 de março no «Diário de Pequim», Deng reiterou as acusações contra o movimento dissidente. Quatro dias depois, o «Diáro de Pequim» e o «Jornal dos Trabalhdores» abriram granum slogan burguês que não deveria ser defendido numa sociedade «socialista» como a China.

No dia 31 de março, o «Diário do Povo» publicou um anúncio da Comissão Revolucionária de Pequim (órgão que administra a Capital) onde, pela primeira vez, são anunciadas restrições concretas à atividade dissidente. Estipulava que os jornais — murais (os dabiaos) só poderiam ser afixados em pontos previamente autorizados, estabelecendo também que reuniões públicas ou manifestações só poderiam ser realizadas sob supervisão policial

A Comissão advertiu, ao mesmo tempo que «aqueles que se opõem ao socialismo, opõem-se aos dirigentes do Partido Comunista, à ditadura do proletariado, ao Marxismo-Leninismo e aos ensinamentos de Mao Tsetung, acrescentando que os que revelarem segredos de estado se opõem também à Constituição e à lei». Além disso, as novas ordens proibiam a divulgação de qualquer «dazibao», publicação ou desenhos contrários à

NOVAS RESTRICÕES À DEMOCRACIA

No dia 1 de abril, o governo ordenou a retirada de todos os cartazes dos muros de Pequim. . com exceção daqueles afixados no chamado «Muro da Democracia». O regime também estabeleceu a vigilância policial aos dissidentes mais conhecidos. Alguns membros do Partido Comunista estariam sendo investigados por possíveis ligações com o movimento dissidente

Insistentes rumores espalharam-se em seguida pela capital chinesa dando conta de prisões de dissidentes. Essas tentativas de intimidar a oposição foram, pelo menos em parte, bem sucedidas. Escassearam os jor-nais-murais e as discussões públicas junto ao «Muro da Democracia» desde ofinal de março. O jornal dissidente «Referências para as Massas» anunciou que suspenderia sua plublicação temporariamente.

Apesar das restrições, alguns dissidentes não se intimidaram e lançaram esforços desesperados para denunciar e tentar neutralizar as ações empreendidas pela nova liderança chinesa. No dia 23 de março, apareceu um cartaz no Muro da Democracia rechaçando veementemente as calúnias contra os defensores dos direitos humanos. Denunciando a atual liderança do PC como «os herdeiros o fruto impuro da Camarilha dos Quatro», o cartaz assinalava:

«O governo sustenta que, em função do fato de a questão dos direitos humanos ter sido levantada pelo povo norte-americano no século XVIII, qualquer pessoa que exige agora o respeito a esses direitos seria, portanto, defensora do capitalismo. A quem eles estão tentando enganar? Isso demonstra apenas que o povo chinês continua a ser oprimido, mesmo em nossa sociedade socialista, mesmo após a queda da Camarilha dos

DENG NÃO MERECE CONFIANCA

Dias depois, um grupo de dissidentes reuniu-se no Muro da Democracia para vender panfletos denunciando Deng Xiaoping. Acusavam o vice-primeiro-ministro de manter «a mesma espécie de ditadura» que viveram sob o governo de Mao Tse-tung. Observando que o «primeiro-ministro Hua Kuo-feng tenta atribuir ao Movimento pela Democracia o fracasso de seu modelo econômico», os dissidentes advertiam que, enquanto Deng continuar negando os direitos humanos ao povo chinês, ele não terá a confiança da população.

No dia 4 de abril, quatro ativistas da Aliança dos Direitos Humanos tentaram afixar no Muro da Democracia um cartaz intitulado «O Slogan dos Direitos Humanos è a Fraude do Marxismo-Leninismo». Destacando que «os inimigos da democracia precipitaram o ataque», o «dazibao» atribuía a supressão das liberdades individuais aos burocratas que sabem que. se o movimento democrático sair vitorioso, «eles não mais poderão manter seus cargos, os quais lhes dão renda substancial, sem necessitar ser responsáveis pelo povo».

Os autores do manifesto, após reafirmarem sua condição de comunistas, qualificaram os críticos dos direitos humanos na imprensa oficial de «imbecis, para quem o Marxismo deve, necessariamente, significar a abolição dos direitos humanos e políticos». Em seguida. indagaram: «por que eles (os críticos) não analisam as exigências concretas formuladas pelo movimento democrático chinês para determinar, de forma definitiva, se elas representam os interesses da burguesia ou os do

Os quatro ativistas não tiveram tempo, contudo, de afixar todas as folhas de seu jornal no Muro da Democracia, pois foram presos por policiais a paisana que patrulhavam a área central de Pequim. Outros quatro dissidentes foram presos no dia seguinte, no terceiro aniversário da manifestação na Praça da Paz Celestial por partidários do falecido primeiro-ministro Chu En-lai reprimidos violentamente pelas forças de segurança de Mao Tse-tung

DISSIDENTES PRESOS

Até o dia 5 de abril, cerca de 15 dissidentes haviam sido presos, entre os quais três preeminentes líderes do Movimento pela Democracia:

 Ren Wanding, de 35 anos, vice-presidente da Aliança dos Direitos Humanos, fora classificado de «mau elemento» em 1968, durante a Revolução Cultural, sendo reabilitando somente no final do ano passado. Não se sabe quais acusações lhe foram imputadas

- Fu Yuehua, de 32 anos, ativista presa no dia 17 de janeiro, depois de ajudar camponeses que se dirigiram Pequim para exigir mais alimentos e vestuários. Em março, Deng Xiaoping informou pessoalmente que ela seria submetida a um julgamento público, mas eram conflitantes as informações sobre as acusações que pesavam contra a dissidente. O jornal de Hong Kong «Guan Cha Jia» informou em fevereiro que Fu fora acusada de ter participado da organização de uma manifestação que a Aliança dos Direitos Humanos pretendia realizar por ocasião da viagem de Deng aos Estados Unidos. Outras fontes revelam que ela foi detida depois de pedir asilo numa embaixada estrangeira, versão desmentida pelos membros de sua familia.

- Wei Jingshen, de 26 anos, eletricista preso no dia 29 de marco. Um dos dois dissidentes mais atuantes de Pequim, Wei escreveu um artigo na publicação «Investigações» exigindo prioridade para a redemocratização da China, onde fez violentas críticas a Deng Xiaoping.

A atual campanha contra os dis séria desde a criação do Muro da Democracia, em Pequim, em novembro do ano passado. Embora as autoridades em Pequim, Xangai e outras cidades tentassem periodicamente controlar as críticas públicas. essa é a primeira vez que Deng assume abertamente a

A falsa acusação de «venda de segredos de estado a estrangeiros» visa, obviamente, desacreditar aqueles que criticaram a invasão do Vietnã. Mas reflete também o medo do regime de que os defensores dos direitos democráticos na China possam unir-se a seus verdadeiros aliados - a classe trabalhadora de outros

Com a palavra, o novo Governo

Em sua primeira entrevista exclusiva à Revista Afrique Asie, o novo presidente da Uganda. Prof. Yusufu Lule caracteriza o novo regime como respeitador dos direitos dos povos

e dos homens, não alinhado, atuante em todas as lutas de libertação da África e sobretudo como o restaurador da dignidade da Uganda, ensanguentada pela ditadura de Idi Amin.

Qual é a sua preocupação mais imediata na situação atual da Uganda?

Com a queda do regime sanguinário e despótico de Idi Amin, temos o esfacelamento de seu exército e devemos evitar os massacres e as destruições inúteis. Porque o «exército» de Amin, que deveria «liberar a Palestina, reconquistar o Sinai, derrotar os mercenários de Bob Denard em Comores, fazer explodir o Império Britânico, salvar os povos da Africa Austral submetidos à dominação rascista e neo-colonial», não passava de um mito.

Um mito inventado e glorificado por um homem que se sustentava de um lado pelos serviços secretos ocidentais para desacreditar os regimes progressistas da África e de outro por «conse lheiros» e «especialistas» estrangeiros que se prostravam aos pés de um ditador que zombava deles.

Mas como uma parcela da opinião oficial e pública africana, árabe e mesmo socialista caiu nesse conto?

- Sim, eu também me faço todas essas perguntas: como regimes que se proclamam progressistas e revolucionários puderam crer em um só instante: que esse homem pudesse ser progressista e honesto?

Alguma vez eles viram um só soldado ugandense tornar-se voluntário para combater Israel ou as forças neocolonialistas?

Alguma vez, viram Idi Amin enviar voluntários para combater os agressores sul-africanos ocidentais que inter-

vieram na África ou em qualquer outro lugar?

Como puderam acreditar na sinceridade deste individuo, que não passava de um assassino? Como puderam enviar armas, combustivel, quadros e fazer-lhe empréstimos? Poderiam ignorar as centenas de milhares de vitimas ugandenses, torturadas, liquidadas, assassinadas?

Como não puderam ver que os militares ugandenses verdadeiramente patriotas se rebelaram e ligaram-se à Frente Nacional pela Libertação de Uganda (FNLU), dirigida pelo general Ibrahim Mondo, que foi ministro da Defesa de Amin, mas que rapidamente

Como você explicaria a brusca queda do regime de Kampala?

- Durante anos e anos o povo ugandense viveu sob terror. Amin não se contentava «apenas» em executar sumariamente todos aqueles de quem suspeitava que estivesse conspirado contra si, mesmo sem qualquer prova.

Quando ele glorificava Hitler, isto não era uma simples fórmula destinada a amedrontar os seus inimigos, como ele pretendeu se justificar. De fato, era porque ele acreditava profundamente, que os métodos nazistas de liquidação em massa eram os mais eficazes para eliminar toda oposição e para aterrorizar todos aqueles que poderiam conspirar contra ele. É por causa disso que a formação da FNLU, e nossas primeiras vitórias contra as forças de Amin galvanizaram a opinião pública e levaram a numerosas desercões e rebeliões no exército. As tropas da FLNU avançaram em três eixos, a oeste, sob Mityama, a sudeste sobre Mpigi e ao sul, na direção de Entebe. E o exército ugandense literalmente se volatizou.

Nossas informações confirmam que nos últimos tempos Amin não podia contar com mais de cinco mil homens, na sua maior parte mercenários do Zaire, sudaneses veteranos da guerra de Anijamja, que se travou no sul do Sudão nos anos 60.

Por outro lado, para assegurar o restabelecimento de uma administração civil à medida em que íamos liberando as provincias, nós fomos nomeando responsáveis. E o coronel Omaria foi designado comandante adjunto do novo exército nacional de libe-

Vocês foram apoiados por países progressistas. Mas corre o boato de que tropas líbias e palestinas bateram-se ao lado dos homens de Amin. Ora, os meios oficiais de Trípoli e Arafat negam categoricamente.

Os países progressistas africanos e outros paises da «primeira linha» nos sustentaram e continuam a nos enviar uma ajuda preciosa, que aceitamos de bom grado porque ela se coloca no quadro da luta comum que os povos africanos devem travar contra o imperialismo e todos os ditadores sanguinários que ele sustenta e que ele arma.

Mas, contrariamente ao que diz uma certa imprensa, não é o exército tanzaniano que libera Uganda: são as forças ugandenses livres, são nossos soldados,

No que concerne à Libia, não sabemos até agora se existem tropas libias em Uganda como alguns afirmam. Tudo o que sabemos é que Tripoli sustentou Amin e que enviou a ele armas e combustivel e mesmo- aviões e que

zeram recentemente a escala em

Tenta-se transformar esta liberação de Uganda em uma «guerra de religião». Isso é falso e estúpido. Todo mundo sabe que os muçulmanos representam entre 5 e 10% da nossa população e que entre os generais e coronéis que aderiram a nós existem muitos muculmanos.

Por outro lado, consideramos o regime de Amin como antimuculmano. Com efeito, como disse o próprio Kadhafi, jamais o Isla permitiu ou autorizou massacres, repressão arbitrária ou

Para nós, Amin lanca o descrédito não somente sobre os regimes progressistas e não alinhados, com os quais ele ousa se identificar mas também sobre o Islã tal como ele deve ser interpre-

Qual será a política do novo regime

Será um regime respeitador dos direitos dos povos e dos homens. Um regime que adotará uma política de não-alinhamento, que militará pelos direitos dos colonizados, oprimidos e explorados, quer se trate de palestinos, de sul-africanos e namíbios ou saharianos.

Um regime que tomará parte na luta de todos aqueles que querem assegurar a dignidade. da África, a soberania e a independência nacional dos paises que a compõem e pôr fim ao

Trata-se para nós de lavar a honra de Uganda, de limpar ao que foi a louca e sanguinária ditadura de Idi Amin Dada, que causou indignação no mundo inteiro. Trata-se de desassociar o nome de Uganda à brutalidade, ao despotismo e o terror. E nós o conse-

A fragilidade da Oposição

A Frente de Libertação Nacional de Uganda se constutuiu nos dias 22 e 23 de março na famosa Conferência de Moshi, patrocinada pelo presidente Julio Neurere da Tanzânia.

Essa conferência contou com a presença de mais de 100 exilados ugandenses, representando cerca de 20 grupos de oposição e que cobriam uma vasta escala política desde monarquistas até marxistas. Apesar das grandes divergências políticas entre os opositores de Amin, todas as correntes integraram a Frente e a Conferência elegeu um Comitê Executivo com 11 membros e que atualmente constitui o novo governo da Uganda.

O comitê é presidido pelo Dr Yusufu Lule, que também assume o cargo de presidente da República como um candidato de conciliação. Lule é bem aceito por um amplo segmento de ugandenses, assim como pelos Estados africanos vizinhos e os países do Oeste, pelo menos como um líder de transição. Sua aceitação vem do tempo em que foi vice-reitor da Universidade de Makerere em Uganda, que era considerada uma das melhores escolas da África antes do expurgo feito por Amin. Além disso, Lule foi colega de Nyerere na Universidade de Edimburgo na Escócia e tem com ele uma boa relacão de trabalho.

Até o momento, o programa de governo de Lule, é o mais genérico possível, refletindo a frágil base de união do movimento. Um colunista do «Tansanian Sunday News» - jornal de propriedade do governo da Tanzânia comentou recentemente que a

«Uganda tem talvez o maior número de divisões e distinções sociais que qualquer outro país africano. Mesmo antes da chegada dos colonizadores britânicos as várias tribos existentes guerreavam entre si. Apesar de tudo que se possa pensar dele, Milton Obote e o responsável pelo sentimento de nacionalismo que hoje existe na

Obote, que tem 2 representantes no Comitê Executivo da FNLU afirma ter o apoio de um dos mais ativos grupos guerrilheiros o «Revolta Nacional». Mas essa afirmação é contestada por numerosos analistas que citam inclusive a facção de Yoweri Musevani dentro dessa organização como anti-Obote e afinado ideologicamente com a Frelimo (Frente de Libertação de Moçam-

No outro extremo, situa-se a «Organização Nacionalista de Uganda», de origem conservadora, composta principalmente por Bagandas, tribo monarquista que foi perseguida pelo governo de Milton Obote e que teria sido o autor de um frustrado golpe de estado contra Amin no outono passado. Também ligado a esse grupo está o segmento cristão, «A volta», liderado pelo bispo Kivengere e que conta com o apoio do pastor evangélico americano de direita Billy Graham.

A meio caminho entre tais grupos está o recente «Movimento para Salvar Uganda» (SUM) que se pretende apolítico e atribal mas quer contribuir atvamente na reconstrução da Uganda

Reinaldo: com a bola no pé e a cabeça no lugar

Depoimento à Sandra Starling e Virgilio Guimaraes

amos falar de sua volta ao campo. Você disse numa recente entrevista prá uma emissora de BH que está com saudades da torcida e que acha que ela está com saudade do seu futebol. Então fale de sua ansiedade frente a esta

Essa ansiedade vem da responsabilidade que a gente tem, que é criada uma coisa que já nos compromete com a torcida. Essa responsabilidade é um desafio prá gente. Foi criada essa responsabilidade e eu tenho que assumir isso, como já assumi aí outras barras bem pesadas. Então essa ansiedade é que desgasta a gente, cansa. A gente fica querendo que logo comece o iogo. E a torcida também vai ficar namela expectativa, porque elà acredita muito no meu

Como é essa relação entre o jogador e a torcida? Quando a torcida grita lá, qual é a relação que se estabelece entre o jogador e a torcida?

A única coisa que sensibiliza a gente, que emociona a gente no meio do futebol é a torcida. Não é um diretor que vai incentivar... A preocupação do jogador é sempre assim: ele estar bem com a torcida. A torcida é o ponto de apoio nosso. Se a torcida tá com a gente, todo mundo vai ter de agüentar a gente. A simpatia que a torcida tem pelo jogador coloca o jogador numa posição que a gente não pode fugir, não pode se rebelar. Eu por exemplo tenho de atender tudo que ela exige de mim. É uma coisa eleita ali, eles elegeram. O povo, a torcida toda é que

Mas a torcida já acabou com muito jogador de futehol

A torcida vaia, mas vaia porque, ela fica possessa, o negócio dela é ali na hora. Mas você tem esperanca que ela tenha um pouco mais de tolerância. Mas tem a influência da imprensa, a imprensa é capaz de manipular muito bem uma massa. A torcida é influenciável,, é uma criança e é capaz de mudar totalmente de opinião, você

A torcida já te fez tremer alguma vez lá, com aqueles «Rei, Rei, Rei Reinaldo é nosso Rei»?

Ó, vou te falar, antes do jogo eu fico grilado, me preocupo, fico nervoso, mas na hora que entro no Mineirão, aquilo lá te atinge, você não fica parado mesmo. Agora, depois você consegue se desligar você não escuta aquilo lá, sua atenção fica toda na bola.

«eu vou continuar agindo desta maneira, embora não possa fazer muita coisa...»

E agora com essa volta aí. Você está voltando como o «Messias» que tá salvando o Atlético. como é que você está?

Eu já estive em outras situações assim. Sei da responsabilidade. Agora se eu me der mal no primeiro jogo, não vou me abater, vou jogar meu futebol, e a torcida não vai me desacreditar. Se a gente tem consciência até onde pode chegar, seu valor mesmo... Sei que tenho futebol. O jogador tern uma coisa, tem a fase, quando ele chega lá em cima, mas aquilo não é o normal dele. O normal dele é sempre regular, todo bom jogador é assim, a gente tem de manter é a regulari-

Mas o Atlético tá numa situação ruim com sua torcida, depois do problema do passe do Dario nenhum atleticano engoliu isso ai - a sua volta na quarta-feira tem um sentido maior: quase que reconciliar o Atlético com a sua torcida.

O meu caso e o do Dario são dois casos bem diferentes. O Dario é um jogador, é um ídolo no Atlético, mas ele agora... Se fosse em 1971 seria uma revolução. Mas agora era um jogador emprestado, de passe muito caro. Estou falando como a diretoria raciocinou: seria um investimento de retorno muito difícil. No meu caso, não, sou um jogador já contratado, então a jogada deles deve ser essa: vender o Dario e eu entrar logo pra abafar. A torcida está com um relacionamento mau, porque o time realmente não está hem. Mas desde que comece a ter vitórias, a torcida novamente vai ter um bom relacionamento. No futebol tem essa roda viva aí. E sempre assim. O Atlético foi campeão há pouco dias. Na semana seguinte já estava assim. O Atlético é muito grande, qualquer coisa pequena que acontece lá aparece deste tamanho.

Na época da Copa disseram «será que o Reinaldo tremeu» o que será que houve com ele». O Departamento médico dizia que o Reinaldo tava bem, que houve?

Não existe esse negócio do jogador tremer, depois de ele estar jogando há muito tempo. Nas primeiras partidas como quando vai estrear a gente sente um pouco, como vou sentir nesse jogo agora. Mas na Copa o problema todo era físico, eu realmente sabia que não tinha condição nenhuma. Minha condição era muito pouca mesmo, mas eu estava lutando contra aquilo, queria jogar de qualquer jeito, então a gente ficava omitindo uma coisa que já estava ficando nítida prá todo mundo. A gente, eu já fui aqui do Atlético assim, tanto que comecei a treinar e tive de parar e fazer exercícios especiais por causa disso. Então meu problema na Seleção foi um problema físico, eu não tinha condição nenhuma. Tinha condição bem ruim. Chegava a um ponto que eu não tinha flexão na perna

E você passou nos exames do Departamento

O problema é que elés estavam me poupando pra me colocar. Tanto que o Coutinho disse que se eu jogasse 20 minutos tava bom, entende? Bom, eu já estava inscrito na Copa, pegamos um campo ruim, aí é que piorou mais ainda a contusão, tanto que só joguei duas partidas e voltei na última partida da Copa. Então eu estava um jogador assim só mesmo se não tivesse outro é que eu entrava. Meu joelho já estava ruim, não podia fazer esforço físico nenhum que ele inchava. As vezes eu ficava sem treinar, na hora que acordava, de' manhã, ele já estava todo

E aquelas notícias de que suas declarações políticas tiveram relação com sua situação na Copa, aquilo ali teve influência?

A volta de Reinaldo é como o gol. É coisa prá sacudir o futebol e os cartolas. É coisa, principalmente, prá sacudir a massa. Afinal, Reinaldo simboliza o futebol de arte, de habilidade, de criatividade e de gol. Simboliza ainda o rompimento com a imagem do jogador bonzinho, passivo, do tipo que aceita tudo.

E muito mais que isso: é o bastidor, a realidade do futebol que coloca prá todo mundo conhecer. Depois de dez meses afastado, Reinaldo volta ao campo, prá dar um trato na pelota e, como ele mesmo diz, pra procurar o gol a qualquer custo: «Se for preciso me arrebentar todo com os zagueirões para marcar um gol, eu me arrebento. Quero é o gol, a felicidade da massa». Nesta entrevista exclusiva, Reinaldo não fala apenas de futebol. Fala também de política, de anistia, de abertura. E dá risada quando os repórteres perguntam: «Como é Reinaldo, você é o Lula dos jogadores de futebol?».



Bom, o problema daquelas declarações não teve influência direta, não. No meu afastamento do time, não, o problema mesmo foi só o problema fisico. Entende. Dentro de campo é uma coisa, fora do campo sou um cidadão como qual-

Nem pressão? Assim: usar a possibilidade do corte pra com isso te pressionar pra você não dar declarações, porque elas tiveram muita repercussão porque você estava na Copa...

O negócio vem de cima, né. A gente... o negócio é tão sutil, eles são tão sutis nas declarações deles, quando chamam a atenção da gente, a gente não pode afirmar, a gente deduz que com a gente. Indireta, né. Então a gente já fica... A gente depende deles porque quando eu fui prá Copa, senti que já estava sozinho. Sozinho, assim, sozinho com minha classe, dentro da Seleção. Porque tinha muita gente ai me dando uma força, mesmo a imprensa apoiou tudo, mas lá dentro, quando a gente entra lá dentro da concentração, é só a gente, porque a imprensa está fora. Então, se eles me xingassem lá dentro, eu também não podia sair falando o que aconteceu. Então aí já envolve um outro problema. Não houve realmente uma pressão: «você não pode fazer isso», mas existiu aquelas sutilezas deles. Afinal nosso objetivo não era brigar lá, a gente não tava pensando em dividir mas em somar, a gente tava realmente pensando na Copa do Mundo. Mas infelizmente o futebol envolve muita

«Anistia parcial? Não, que isso! Anistia tem que ser a ampla, geral e irrestrita. Por que restrita? Só se vai ser pro sobrinho de alguém lá...»

·Vamos voltar atrás, no problema de agora, de quarta-feira. Já falamos aqui da importância de sua volta ao campo. Foi fácil você renovar contrato com o Atlético? Catimbaram ai em cima do seu joelho?

Esse negócio de contrato já virou rotina. Sempre quando há renovação de contrato há aquela discussão. O clube oferece muito pouco, pra depois ir cedendo, e o atleta pede muito, prá depois ir cedendo e chegar a um acerto. Fiz uma pedida, que eu não sei se é justa com relação ao que eu jogo, mas que é uma pedida dentro da realidade do futebol mineiro, do futebol brasileiro. Tanto que não fiz pedida exorbitante nem nada. Justa. Mas a renovação demorou mesmo e demorou porque o Atlético estava com umas idéias pequenas, provincianas mesmo. O Atlético ainda não se conscientizou de que é um grande time e que tem mesmo de investir, mas acabou cedendo. Dois meses prá depois dar aquilo que eu queria. Depois que o Atlético passou a sofrer uma pressão da torcida, da imprensa, aí eles foram cedendo até chegar onde eu estava querendo. Agora que foi catimbado, foi. Eu até fiquei muito chateado, chateado, muito magoado com o Atlético porque o Atlético usou esse argumento: o quanto que gastou com a operação, e eu nunca argumentei com os gols que eu fiz, com o quanto que já me machuquei pelo Atlético. Nunca argumentei com nada disso. Aí fiquei chateado com o Atlético quando eles falaram assim, quando falaram até que eu era um contrato de risco.

Fiquei chateado com o Atlético. Aí eu falei, se è per causa disso, eu não vou ceder mesmo, se vocês acham que é um contrato de risco, podem me colocar à venda. Eu não tenho interesse

nenhum em sair do Atlético, mas já que vocês estão pensando assim... Acho que não seria uma boa, mas também não me afeto, não

Vocês jogadores têm alguma entidade que se coloque do lado de vocês por exemplo, nesse negócio de renovação de contrato, na defesa de seus direitos, para que vocês não enfrentem os clubes isoladamente?

Tem a Agape, Associação de Garantia do Atleta Profissional, que em termos de jogadores seria assim um intermediário um sindicato dos jogadores, mas ela não toma uma posição definitiva, assim, a favor do atleta. O plano deles agora é com ex-atleta. A Agape tá procurando mais é ser amiga do clube e tendo muito cuidado, muito receio de tomar uma posição a favor do jogador, quando toma é por trás, nunca toma

Então a coisa fica assim isolada. Há pouca participação dos jogadores dentro da Agape, há desunião dos jogadores, e também a falta de propaganda da Agape prá incentivar os jogadores a procurarem seus interesses.

Como fica a grande massa dos jogadores? Aqueles que não são famosos. Um jogador deste, renovaria o contrato com uma contusão como a

Os exemplos tão ai. Aconteceu com o Márcio, aconteceu com o Angelo e também aconteceu comigo, que estava machucado na época. Eles não têm pressa de renovar. O clube fica assim, fica com medo de fazer um contrato que eles chamam de contrato de risco. Agora há jogadores que se chamam privilegiados dentro da classe, se existe um por cento é muito. A maioria dos sem prestigio eles vão fazendo dentro daquilo que o clube quer, renovam dentro das bases que o clube quer, não tem oportunidade nenhuma de fazer aparecer o seu valor mesmo.

Não compromete o tempo de vida enquanto profissional, enquanto atleta, ir aceitando qualquer condição? Você por ex. começou a jogar com 16 anos, no tempo do Telé... É claro que com um esforço maior do que o que você poderia render... O Atlético vem dizer hoje que é um contrato de risco, quando você já deu todo o risco de sua atuação de profissional pro Atlético. Como é isso?

É lógico. Como comecei a jogar com 16 anos, isso qualquer um sabe, que um menino de 16 anos pode ter um corpo de um rapaz de 20 mas a estrutura física, a força física dele é de um menino de 16 anos. Então por isso é que eu disse que fiquei magoado, porque em todas as partidas ai eu estou correndo um risco no dible e agora, quando estou contundido, eles vem alegar que isso seria um contrato de risco, que não sabiam se eu ia voltar, se eu vou ser o mesmo. Issc deixa a gente numa desconfiança e a tristeza que a gente fica com os dirigentes de futebol.

Reinaldo, a gente sabe o quanto você é consciente desse contraste entre o que o jogador representa prá um time e mesmo pro país, quando se trata de uma copa, e as condições em que ele exerce sua profissão, como ele é tratado enquanto trabalhador: Como você vive esse drama entre fazer aquilo que você gosta e que fez bem e essa percepção do papel que você cumpre, seja dentro do time, seja dentro do sistema como um todo?

Jogador é aquilo mesmo, um controlador de massas. Então o ideal pros dirigentes dos times de futebol seria que o jogador fosse um ídolo e um ídolo sem consciência, né. Um ídolo só consciente pra jogar bola: esse é que seria o ideal pra eles, que eles podiam manipular muito bem. Mas então a gente tendo consciência e sabendo também de todas as dificuldades que tem trabalhador, o povo, a gente também tem nossa reivindicações e quando a gente faz a gente é taxado às vezes de, é... líder negativo, qualquer coisa assim. Mas eu vou continuar agindo desta maneira embora eu não possa fazer muita coisa, porque eu estou sozinho, quer dizer, a classe

ainda está muito desunida. Então, você fazer um movimento, você sozinho, é meio difícil, né, só quando a gente mudar esse controle de futebol, mas vai demorar muito tempo ainda, tem de rapar, limpar tudo, acabar com tudo, aí vem uma nova mentalização porque esses dirigentes, eles têm consciência desses problemas, eles fazem vista grossa porque pra eles é melhor. Então têm coisas que eles reconhecem que a gente tem direito mas fingem, ignoram, como até há pouco tempo o 13º salário, era coisa que tem de pagar, né? Qualquer um recebe, qualquer trabalhador aí recebe, né. No entanto, o nosso não pagavam. Agora não pagam por quê?

E agora eles estão pagando? Agora eles estão pagando, depois de muito tempo, insistindo e tal, até ameaçando, porque o jogador também às vezes ameaça.

Não, greve não ainda não chega a tal ponto. Também faz um outro tipo de ameaça que eles dizem fazer corpo mole. Isso não existe muito no futebol principalmente dentro do Atlético, a gente só simula, você entende, só simula assim uma coisa, aí eles entendem, aí com o «diálogo».

Reinaldo, que você acha dessa abertura política? Está havendo mesmo? É a que você queria? Acho que abertura é o que todo mundo quer, né? Agora, eu acho que não tá bem definida ainda. Todo mundo fica criando expectativa. Todo mundo começa a falar mas fala assim... PSD mesmo. «Tá tudo bem, tal».

E quanto a uma abertura pro futebol? O futebol que é comparado com mil coisas ai, criticado, só que dentro do futebol teria de ser dirigido racionalmente como profissão mesmo. O que não é. No Brasil ele é dirigido por emoção, emocionalmente então depende de uma vitória, quando ganha tá tudo bem. Perdeu aí começa a surgir a onda. Futebol teria de ser, perdendo ou ganhando ser a mesma coisa, o que não é. Por isso que eu disse que precisava no futebol uma mudança quase radical, fora do campo.

Quem deveria dirigir as coisas? Os próprios jogadores? Precisa ter cartola?

È claro que precisa de um dirigente, mas o jogador que é a parte principal, mais interessada é o que é menos ouvido. Vou dar um exemplo. É feito um campeonato aí, jogo quarta, quinta, sábado, domingo feriado, Dia do Trabalhador, Dia do Tiradentes, dia de todo mundo, então faz essa maratona no futebol e o jogador não é consultado: então quer dizer, o interesse é do clube, é somente em ter renda. Já que um clube de futebol tem fins lucrativos, né, então não sei prá onde é desviada essa renda, já que o jogador tá sempre em dificuldade, tá sempre lutando. Então acho que essa renda tá mal distribuída: alguns ganham mais, outros ganham menos é mal dividida essa renda. Então o que teria de haver é o jogador ser consultado, sobre uma reunião lá em que vão decidir uma tabela de campeonato, o presidente da Agape lá devia chegar e ter participação também e fazer uma tabela boa pro jogador, que o jogador pudesse até render mais. Quando não consulta nada o jogador, tudo que é feito no futebol ai, jogador num tá nem sabendo. A gente só sabe entrar em campo e jogar bola.

Quer dizer que no futebol a abertura não chegou ainda, e democracia lá tá...

No futebol tá assim e por isso é que falei que não vai mudar tão cedo. Eu acho que um diretor de futebol, um presidente é eleito pela torcida já que é por um conselheiro que é um torcedor. Só que a partir do momento em que ele é o presidente, é o diretor, ele que antes era um torcedor e que gostava do jogador, ele começa a distanciar do jogador, achando que o jogador quer é passar ele pra trás quando não é nada disso. Aí é que começa aquela coisa, diretor querendo passar jogador pra trás, jogador querendo passar diretor prá trás. Até uma falta de respeito, né. Quer dizer no Atlético até é bom, mas ainda exitem umas coisas primárias, bobas dentro do

Atlético. Deixa você chateado. Vou dar um exemplo: assim, «quando vai sair o pagamento?» «Ah, não sei, amanhã, amanhã .«Com quem tá o dinheiro?» Com aquele ali». Você vai naquele ali, diz que tá com o outro. Não dão definição de nada. Olha não temos dinheiro, ou vai pagar no

«figuei muito chateado, muito magoado com o Atlético porque o Atlético usou esse argumento: o quanto gastou com a operação, e eu nunca argumentei com os gols que fiz, com o quanto me machuquei pelo Atlético...»

E a concentração, é coisa importante pro

É importante pro jogador. Não digo assim uma semana, um mês. Mas na véspera do jogo é bom evitar uma série de problemas, como você vê: telefone. Lá não tem telefone, não tem cobrador, ninguém vai te encher o saco. Não tem nego pra fazer seguro de vida com você, pra vender consórcio de carro. Não aparece nenhum picareta lá. É um sossego.

Você deu uma declaração sobre anistia. O governo está falando em anistia parcial. É essa a

Parcial? Não, que isso? Anistia tem que ser a ampla geral e irrestrita. Por que restrita? Só se porque vai ser pro sobrinho de alguém lá. Anistia parcial, que porra de anistia é essa? Vou falar com sinceridade, esse negócio de política, eu tou lendo tou acompanhando tal, mas acho que sobre política vocês deviam entrevistar outros jogadores. Eu aqui estou falando como Zé Reinaldo, o problema é que todo mundo me vê primeiro como Reinaldo, pô, então confunde um pouco. Achava que deviam procurar mais jogadores justamente pra todo mundo ir interessando pela coisa. Porque eu já falei, se for falar de novo, vou falar as mesmas coisas. O Zico falou foi bom. Todo mundo devia falar, o Zico, o Toninho Cerezzo, o Marcelo, o Joãozinho. Então todo mindo fala depois fica mais fácil a gente dar uma entrevista.

E na concentração, vocês conversam sobre

Não, é difícil você conversar um negócio desse. Uma que há aquele negócio... tem medo, né, só jogador não, muita gente tem medo. Outra que é um problema que não interessa ao jogador lá não, tá meio distante. Não tem como conversar. Fica na mesma. O papo na concentração ninguém tem coragem de falar muito não. bonita mas pô, o que que a Agape já fez pro jogador? Devia convocar toda segunda-feira os jogadores pra irem lá pra gente discutir, conversar, nunca teve uma assembléia, nunca teve nada. Fica tudo muito distante. Não tem entidade nenhuma que leve a isso, é luta isolada. Você tem de pegar jogadores, todo mundo e não só gente de nome. Todo dia não vai repórter esportivo no Atlético? porque vocês não vão lá, não deixami uma parte pro esporte no seu jornal e não fazem um outro tipo de fala sobre música, política, teatro? Jogador também não vai se oferecer pra falar. Ele vai ficar com mais medo, se ele não é famoso. Eu também fiquei com medo quando dei aquela entrevista mas eu pensei assim: «Born, talvez af eu dando um impulso, alguém pode até vir ai falandos. Então eu fiquei esperando. Ninguém acompanhou. E agora acho que devia insistir mais com os outros jogadores, pros jogadores participarem mais fora do futebol. Jogador, eu vou falar, jogador com a força que tem... Trabalhador e jogador aqui no Brasil é uma força. Talvez até o trabalhador tenha mais consciência. No entanto, o nível cultural de jogador e trabalhador não é tão diferente não é

Então porque que o trabalhador tem uma participação em tudo na vida e jogador tá alie-

Será que o Reinaldo seria o Lula dos jogadores de futebol?

Tem muita gente ai que pode ser o Lula. Eu não quero, não tenho intenção nenhuma de ser um líder. Eu na situação que estou, jogador privilegiado, me interesso pelas coisas. Puxa, um cara que é carente, se você for nele, é claro que ele vai participar, se é pra melhorar ele também, então ele vai. Não vai porque não conhece essas coisas.

E fora do campo, Reinaldo, como é sua vida? Fora do futebol, gosto de ficar em casa, fiz curso de fotografia, não gosto de ficar parado. Amanhã vem uma professora aqui em casa dar aula de matemática, física e química. Parei no 3º científico e vou terminar o científico e depois continuar estudando. Fiz o curso de somaterapia com Roberto Freire. Estou com vontade de fazer vestibular de História, porque gosto de História. História é o maior barato.

Eu procuro misturar com o pessoal, fico inibido, constrangido quando sou tratado diferente tipos, arrumar cadeira pra mim, etc. Então

E na rua, como é? É difícil ser famoso?

entre os amigos sou visto de outra maneira. Apesar de que na rua o pessoal me pare mas vou ouvir minha voz, proposta de casamento. Assim numa boa. Agora as mulheres, aparecem no telefone, muita menina telefona só pra ouvir minha voz, proposta de casamento. Assim pra sair. Vou te contar uma coisa: Saio na rua de carro, paro no sinal, ai as meninas olham, riem. Mas eu sei que estão rindo pra mim aí... dancei nessa. As meninas que eu transo, não têm nada a ver com o jogador. Transam comigo, com o Zé, não com o Reinaldo. Porque se tiver com o Reinaldo corto logo. Se namorada ficar com ciúme de menina que telefona essa não vai ser minha namorada. A namorada tem que ser uma de cabeça boa demais. Vai ficar com ciúme da menina que pede autógrafo na rua? Propriedade privada em namoro, de jeito nenhum.

Primeiro "round" é dos funcionários

Enquanto só funcionários estaduais sentem o sabor de sua primeira vitória, conseguindo pressionar Maluf a iniciar as negociações, os servidores municipais levam uma rasteira da bancada emedebista onde os vereadores aprovam o projeto de Setúbal. A greve se amplia, atingindo 300 na Câmara, mil assalariados.

Como avançar a luta e manter a unidade?

Por Candida Vieira

Com a greve abrangendo cerca de 300 mil funcionários estaduais e municipais e ainda com perspectivas de ganhar novas adesões, com o MDB fechando questão em rejeitar o projeto de aumento encaminhado pelo governador Paulo Salim Maluf e o Governo Federal prometendo se pronunciar a respeito das greves nos diversos Estados, o movimento grevista em São Paulo começa a enfrentar algumas divergências sérias.

De um lado, os professores primários e secundários, através do seu comando de greve, vêm insistentemente defendendo a necessidade da realização de uma assembléia conjunta de todo o funcionalismo e a criação de um Comando Único de Greve. Do outro, a Comissão Permanente, que aglutina 32 associações do funcionalismo, também insistentemente afirma não ser possível a realização de uma assembléia conjunta e nem a viabilizar um comando geral.

O representante do Comando Geral de Greve dos professores, Paulo Frateschi, afirma que a Comissão Permanente cumpriu um papel importante na organização dos funcionários, «mas nesta hora em que estamos em greve precisamos de organismos de combate. A Comissão Permanente não tem dado respostas que o movimento está exigindo, porque ela não apresenta mobilidade suficiente. Ela precisa passar por um processo dentro dela mesma».

MAIOR UNIDADE

A proposta de maior unidade entre o funcionalismo, segundo Paulo Frateschi, não significa abandonar a organizacão e as decisões setoriais. «Propomos que esse comando único seja constituido basicamente pelos setores que estão em greve. E para isso é necessário uma assembléia conjunta para aprovação, permitindo uma forma mais «dinâmica». E acrescenta ainda. muitos receiam o número de professores (180 mil em greve), que poderiam absorver os outros setores, mas não deveria ser assim, deve-se respeitar a participação e a organização dos professores.

De outro lado, a Comissão Permanente, que surgiu depois das lutas do ano passado, considera incorreta a convocação de uma assembléia geral do funcionalismo, uma vez que não existe consenso sobre a questão nas assembléias setoriais. E alguns argumentos são alinhados: não seria possível um local para a realização de uma assembléia conjunta; existem muitas diferenças entre os diversos setores do funcionalismo e discordam da proposta de um comando único porque na atual Comissão Permanente participam alguns setores que não estão em greve, mas que, no entanto, estão participando do movimento.

EMBRIÃO DE SINDICATO

Na verdade, como Em Tempo já publicou na semana passada, muitos dos membros da Comissão Permanente encaram a possibilidade desse organismo vir a tornar-se num embrião de sindicato, dos servidores, dessa forma não interessaria formar um comando único de greve, que viesse a afastar aqueles setores não grevistas mas que continuam participando da Coordenação Permanente. A esse respeito, vários professores primários e secundários dizem inclusive, que a Comissão Permanente está muito mais preocupada com o futuro dos funcionários, que com



Outras divergências entre as posições apareciam claramente na assembléia unificada de professores primários, secundários e universitários. Enquanto o CGG dos professores enfatizava a necessidade de se exercer as maiores pressões sobre o Executivo, com a convocação de um ato público em frente ao Palácio Bandeirantes, o Comando Permanente dava ênfase especial em pressionar a Assembléia Legislativa, para que os parlamentares do MDB rejeitem a proposta encaminhada pelo governador.

Apesar das divergências a esse respeito, na terça-feira, o funcionalismo em bloco, ou seja, 45 setores compareceram para pressionar o governador Paulo Maluf forcando o início das negociações. Esse é um dado altamente positivo, que aponta possíveis avanços para uma maior unidade do movimento, mesmo porque, segundo os professores primários e secundários, essa unidade já está se realizando no interior do Estado, onde professores e funcionários dão o exemplo, participando em assembléias conjuntas, bem como os funcionários municipais, que fizeram assembléias conjuntas.

GUERRA DE NÚMEROS

Uma verdadeira guerra de números entre os funcionários e o Governo estabeleceu-se a

respeito do Orçamento do Estado de São Paulo, com ambos os lados tentando mostrar a sua posição, ou seja, o Estado dizendo que não poderá dar o aumento e os funcionários tentando provar que isto é perfeitamente possível. Em um debate promovido pelo jornal «Folha de São Paulo», no qual deveriam comparecer o secretário da Fazenda Afonso Celso Pastore e o secretário do Planejamento, Rubens Vaz da Costa e a Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp), esta última não compareceu, o que provocou alguns comentários azedos do jornal e um certo desgaste para o funcionalismo. Mas a Adusp fez questão de esclarecer que está disposta a participar de um debate público, com a assistência do funcionalismo e aberto à toda imprensa, sob o patrocínio da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), para que os números sejam esclarecidos. Para Paulo Frateschi, do CGG dos professores primáriose secundários, é importante desmascarar os dados do Governo, mas issodeve ser realizado em debate público, para que as questões políticas sejam explicitadas, pois não ganhamos nada em termos de gráficos, mas sim questionando porque não existem verbas para o aumento salarial do funcionalismo».

Negociações começam e a greve continua

Por Jesus Varela



Enfim, o governador paulista Paulo Salim Maluf se curva ante os grevistas. Após voltar de mais uma viagem com o «Trem da Alegria», da cidade de Bauru e, frente a uma concentração do funcionalismo no Palácio dos Bandeirantes, não tendo alternativa, se dispôs a receber uma comissão de representantes dos

Com cerca de 5.000 participantes, que agitavam faixas e gritavam palavras de ordem como «A greve continua», «O Palácio é do Povo», «Abertura», setenta, mais dois mil (referindo-se à reivindicação grevista de reajuste salarial de 70% mais Cr\$ 2.000.00 fixos), a concentração contou com a participação de mais de 45 entidades e de caravanas vindas de cidades do interior, entre elas Jundiai, Piracicaba, Sorocaba e Ribeirão Preto.

No encontro, onde dificultou-se o trabalho da imprensa, enquanto Maluf condicionava o início das negociações à volta ao trabalho, os funcionários reivindicavam negociações com a greve, o que depois de mais de uma hora, foi aceito pelo governador. As negociações estão a cargo de 44 representantes dos grevistas de um lado, e o secretariado do Estado, de outro.

No fim da reunião, a comissão fez um relato da conversa inicial e reafirmou a posição de negociar parados. Reafirmou, também, que, mesmo tendo conseguido essa vitória, «é necessário, nessa hora importante, manter a mobilização, a unidade e a luta com firmeza, porque a vitória será do povo». E mais, que «a vitória depende da organização. Vamos continuar organizados e unidos até a vitória».

Enquanto a comissão negociava, os participantes da concentração recebiam o informe de que a Câmara havia aprovado o 3.000 mil em todo o Estado (dos projeto de aumento do funcionalismo municipal, muito embora, o MDB tivesse fechado questão contra. A resposta foi pronta. Depois de algumas discussões e da votação, ficou acertado o apoio massivo aos funcionários municipais, organizando-se em seguida um piquete na administração Regional da Sé, para paralisar os lixeiros.

DE PORRETE NA MAO

Antes da concentração no Palácio dos Bandeirantes, a situação parecia caminhar para um impasse. Se de um lado, os ministros de Brasília falavam na necessidade de se aprender a conviver com a greve, pois ela faz parte de um jogo democrático, de outro, as autoridades paulistas mostravam-se bastantes instransigentes com os grevistas.

Contra as paralisações iniciadas pelos professores há mais de 15 dias e depois engrossada com o funcionalismo estadual e municipal, atingindo setores vitais como hospitais e postos de saúde, tanto o Município como o Estado não tinham acenado com a possibilidade de entendimentos. Pelo contrário. O governador Paulo Salim Maluf, no mesmo dia em que se manifestou aberto para conversar, distribuia à imprensa uma nota oficial (assinada por sete secretários, ligados aos setores em greve), dispondo-se a punir os grevistas com base na Constituição Federal e no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis, ou seja, vamos conversar mas o porrete fica comigo.

Os grevistas, por seu lado, não queriam saber de nada. Apenas aguardavam as reuniões da Câmara e da Assembléia Legislativa onde as mensagens de aumento seriam rejeitadas, criando um impasse que levaria ao início das negociações.

De modo geral todos viam boas possibilidades numa negociação. Esta, entretanto, estava condicionada à aceitação por parte do Estado e do Município, de dois pré-requisitos básicos: não punição dos grevistas e o pagamento dos dias parados. As pressões sentidas no início da greve aumentam, tanto da parte das chefias, como dos policiais. Segundo os grevistas, o termômetro da repressão é a própria mobilização. Quanto mais firme e forte se apresenta o movimento paredista, maior e mais violenta é a repressão.

MAIS GREVISTAS

Da semana passada para cá, a greve se expandiu sensivelmente, totalizando agora perto de

quais, 30.000 são municipais). Na área de Educação, a paralisação atingiu 196 cidades do Interior e 1500 escolas na Grande São Paulo. No Estado são perto de 3.600 escolas, totalizando mais de 180.000 professores estaduais. A Adusp informa que a paralisação é total, depois da adesão do Campus de Ribeirão Preto, da Escola Superior de Agronomia Luis de Queiroz e da Faculdade de Direito do Largo do São Francisco. Na UNICAMP também a greve é total depois da adesão seu campus de Piracicaba (odontologia) e do H.C. local. Na UNESP, faltam algumas unidades para a paralisação total. No momento 15 estão paradas.

No setor de Saúde, as informações dão conta de que continua a paralisação no Hospital do Servidor Público, iniciada há mais de 15 dias, onde a adesão é total e o ânimo é grande. Nesta semana, entraram no movimento o Instituto Adolf Lutz, o Hospital Emílio Ribas (que enfrenta sua primeira greve desde que foi fundado em 1881), o Hospital Santo Ângelo de Mogi das Cruzes, o Hospital São Paulo e o Hospital Franco da Rocha (hospital psiquiátrico, mais conhecido como Juqueri). Os postos de Saúde ainda mantêm a paralisação.

Aderiram, também, a COBES - Coordenadoria do Bem-Estar Social, Supervisões Regionais de Assistência Social, Supervisão Regional de Remoções de Favelas da Administração da Sé, alguns setores da Secretaria da Agricultura, a Coordenadoria de Saúde da Comunidade, o IPE (Instituto de Pesquisas Econômicas) e o IPT — (Instituto de Pesquisas Tecnológicas (empresa mista que está reivindicando 15% acima do índice oficial, mais Cr\$ 2.000,00 fixos. Lá houve a intervenção da polícia, que ocupou todo o espaço, na última segunda-feira, os coveiros do Cemitério da Vila Formosa (um dos maiores da América Latina, responsável por 80 dos 200 sepultamentos diários da capital. Os coveiros estão apenas enterrando os mortos, recusando-se a fazer os demais serviços de reparo e conservação de sepulturas).

Em Campinas, as informações dão conta da existência de 12 mil grevistas, reponsáveis pela paralisação das escolas estaduais, Unicamp, Delegacia da Receita Tributária, Centros e Postos de Saúde, Secretaria da Promoção Social, Secretaria da Agricultura, Instituto Agronômico e a CATI — Coordenadoria de Assitência Inte-

Frente à greve dos funcionários públicos que se avizinhava, o governador Salim Maluf resolveu preparar um plano que, se bem sucedido, deveria resultar em uma armadilha para o movimento. Ao governo caberia: a) fazer «ouvidos de mercador», ignorando o mérito e a justeza das reivindicações salariais e b) esperar, sem negociar, o esvaziamento da mobilização, escudandose por trás de um emaranhado de números e cifras. Seu argumento seria simples: existiriam limites orçamentários que impediriam um aumento salarial por sobre os índices propostos. Para completar, o escudeiro (e ex-diretor da Faculdade de Economia da USP) Celso Pastore esgrimiria, com perícia tecnocrática, os dados referentes ao Orçamento do Estado, sua Receita e Despesa, para fortalecer seu argumento. E, se necessário, não deveriam faltar aqueles que executassem, ou simplesmente ameaçassem, punições ao grevistas. E assim foi feito.

RISCO GRANDE

Este plano, muito pouco original, também foi executado pelo governo do estado do Rio Grande do Sul com o resultado que conhecemos, ou seja, o fortalecimento do movimento de professores e sua posterior vitória. Em São Paulo, o movimento tem-se fortalecido durante esta primeira semana de paralisação. Desde seu inicio, inúmeras adesões se materializaram e consolidou-se uma Comissão Permanente. No entanto, o governador ainda não se dignou a criar os canais necessários para a discussão com os grevistas, mas aceita e implementa canais de debate sobre a nuvem de fumaça que levantou com os números e cifras do

Os economistas que, como membros da

ADUSP e na melhor das intenções, se dispuseram como interlocutores do movimento a enfrentar duo Maluf/Pastore no campo e com as regras do jogo governamentais, cairam, seguramente a contra-gosto, na armadilha. Em primeiro lugar, parecem ter-se esquecido que estamos, ainda, em regime autoritário, senão ditatorial e que, portanto, todos os canais para a obtenção de informações e dados são dificultados para as forças populares, sendo de uso quase exclusive do governo e de seus tecnocratas. Assim, limitar-se aos números e cifras do argumento do Governo do Estado é, na melhor das hipóteses, encontrarse em nítida desvantagem e embrenhar-se numa discussão de tecnocratas em segundo lugar, aceitando o jogo dos números implica aceitar, na prática, o argumento do governo, isto é, existindo realmente limites orçamentários deveriam os funcionários limitar-se aos reajustes propostos pelo governo. Em terceiro lugar, limitando-se aos números e cifras referentes ao Orçamento do Estado, os economistas aceitam a ocultação das responsabilidades do Governo Federal e dos regimes militares que se sucederam desde 1964.

Não resta a menor dúvida que o movimento popular deve preparar-se para utilizar, em todos os momentos, todas as armas possíveis na luta pela defesa de seus interesses. Entre estas armas encontra-se o conhecimento da economia politica e de todos os instrumentos que o regime utiliza para mascarar a exploração tal como, no caso presente, as questões orçamentárias.

Mas não podemos enfrentar esta luta exclusivamente no plano dos números e do orcamento do Estado, para mostrar unicamente que não

existiriam limites que impossibilitasse o reajuste que reivindicam os funcionários públicos. Tratase, antes de mais nada, de mostrar concretamente que os trabalhadores, os professores e os funcionários públicos não podem ser responsabilizados pelo descalabro das finanças estadual e municipal e muito menos pelos resultados de uma politica economica que lhes atinge cotidianamente nos seus interesses mais imediatos. Trata-se de mostrar como as reivindicações salariais dos funcionários são justas e até mesmo comedidas, levando-se em conta a enorme erosão que sofreram seus salários reais durante estes quinze anos de ditadura. Trata-se de mostrar, também, mas não exclusivamente, que os dados esgrimidos pelo sr. Pastore são equivocados ou mal-intencionados, mas mostrando, sobretudo, que mesmo que fossem justificados não caberia aos funcionários apertar o cinto que, de resto, apertam há varios anos. Trata-se de mostrar a responsabilidade do Governo Federal e de sua politica econômica antidemocrática e antipopular. Trata-se enfim de saber mostrar como a luta dos funcionários por melhores condições de vida é indissociável da luta pela conquista da democracia em todos os níveis.

Os economistas que quizeram esgrimir-se com os números dos srs. Maluf e Pastore perderam uma grande oportunidade de contribuir para a organização e mobilização do movimento a que pertencem. A sua não participação no debate promovido pelas «Folhas» e a nota enviada pela ADUSP parecem demonstrar que o movimento, como um todo, não está disposto a cair na armadilha, mas preparar uma intervenção qualitativamente diferente. A paralização continua.

0 MDB na hora do pega...

Apesar da bancada do MDB na Câmara Municipal (13 vereadores) ter fechado a questão de não aprovar o projeto de aumento do funcionalismo encaminhado pelo prefeito Olavo Setúbal. na hora da votação. oito vereadores. ou seja, a maioria da bancada do MDB reabriu novamente a questão e aprovou o projeto, prejudicando 65 mil servidores. O nome dos deputados que votaram contra os interesses do funcionalismo são os seguintes: Yuki Shigue Tamura Davi Roysen, Almir Guimarães, Mário Américo, Jorge Tomaz de Lima, Paulo Rui de Oliveira, Shiguemi Kita e Dércio Chagas Tosta.

As coisas inclusive já estavam muito bem preparadas. Desde cedo as

galerias da Câmara. foram ocupadas por funcionários não grevistas, transportados por carros oficiais, com a clara intenção de modificar a votação. Isto inclusive já estava decidido desde uma reunião realizada entre o prefeito Olavo Setúbal e as cheftas das administrações regionais. Essa manobra impediu que os grevistas conseguissem entrar para pressionar no sentido da rejeição do projeto. O MDB, por seu lado, que precisava somente do voto de um vereador da Arena para rejeitar o projeto, modificou a sua posição uma hora antes da votação, servindose de regimento que permite a maioria da bancada abrir novamente qualquer questão anteriormente fechada.

